

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCOS MARIANO

**(IN)VISIBILIDADE DAS CPIs DA ALEP EM UMA ANÁLISE DA COBERTURA
POLÍTICA DE TRÊS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

CURITIBA

2015

MARCOS MARIANO

(IN)VISIBILIDADE DAS CPIs DA ALEP EM UMA ANÁLISE DA COBERTURA
POLÍTICA DE TRÊS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

CURITIBA

2015

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca do Campus Cabral

Mariano, Marcos

(In)visibilidade das CPIs da ALEP em uma análise da cobertura política de três meios de comunicação / Marcos Mariano – Curitiba, 2015.

164 f. : il. color.

Orientador : Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná.

1. Mídia - Aspectos políticos. 2. Imprensa e política - Paraná. 3. Corrupção - Investigação I.Título. II. Cervi, Emerson Urizzi.

CDD 302



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Rua Bom Jesus, 650 – Juvevê - Fone: 3313-2025

Marcos Mariano (2013)

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, após arguir o candidato **Marcos Mariano**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado “**(IN)VISIBILIDADE DAS CPIs DA ALEP EM UMA ANÁLISE DA COBERTURA POLÍTICA DE TRÊS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**”, é de parecer favorável à *aprovação* do acadêmico, habilitando-o ao título de *Mestre* em Comunicação, linha de pesquisa “Comunicação, Política e Atores Coletivos” da área de concentração em Comunicação e Sociedade. Curitiba, 23 de março de 2015.

Prof Dr. Sergio Braga

Profª Drª Kelly Prudêncio

Prof Dr Emerson Urizzi Cervi
Orientador e presidente da banca examinadora



ATA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata da Sessão Pública, de defesa de dissertação para obtenção do Título de Mestre em Comunicação. No dia 23 de março de 2015, às 14h00min, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, composta pelos Professores Doutores Sergio Braga, Kelly Prudencio, e Emerson Urizzi Cervi, orientador e presidente da Banca Examinadora, com a finalidade de julgar a dissertação do candidato **Marcos Mariano**, intitulada “(IN)VISIBILIDADE DAS CPIs DA ALEP EM UMA ANÁLISE DA COBERTURA POLÍTICA DE TRÊS MEIOS DE COMUNICAÇÃO”, para obtenção do grau de mestre em Comunicação. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feito pelo orientador Dr. Emerson Urizzi Cervi. Após haver analisado o referido trabalho e argüido o candidato, os membros da banca examinadora deliberaram pela “*Aprovação*.....” do acadêmico, habilitando-o ao título de Mestre em Comunicação, linha de pesquisa “Comunicação, Política e Atores Coletivos” da área de concentração em “Comunicação e Sociedade”, desde que apresente a versão definitiva da dissertação conforme regimento interno do programa. Curitiba, 23 de março de 2015.

Prof Dr. Sergio Braga

Profª Drª Kelly Prudencio

Prof Dr Emerson Urizzi Cervi
Orientador e presidente da banca examinadora

Dedico este trabalho a minha esposa e meus filhos.

AGRADECIMENTOS

A **Vida** é uma caminhada, trajetória de desafios, transformações e conhecimentos que contribuem para nosso enriquecimento. Com isso muita coisa muda... menos as que são realmente essenciais. Por isso, nesta dedicatória, quero lembrar de todos vocês, que neste espaço de tempo contribuíram nesta minha jornada.

A **Deus**, pela oportunidade da vida, pela perfeição do meu corpo físico e todos os meus sentidos, pelo suporte nos dias difíceis de desânimo em achar que tudo estava errado e pela força que me conduziu a um “sou capaz”.

A **Minha Família**, base sustentadora e formadora dos meus princípios e valores morais. Minha esposa Luciane, meus filhos João Marcos, Ana Paula e Maria Clara que sempre foram fonte inspiradora e força que me incentivaram a seguir adiante.

Ao **professor** Dr. Emerson Urizzi Cervi, que aceitou assumir a minha orientação, me guiou na pesquisa e me direcionou até concluí-la com críticas e sugestões que enriqueceram e contribuíram no fortalecimento do trabalho final e de minha formação como pesquisador. Ao professor Dr. João Somma Neto, pelo estímulo e compreensão. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná pela força e encorajamento nos momentos de dúvidas.

Aos **professores** Dra. Kelly Prudêncio e Dr. Sérgio Braga, que desde a qualificação me direcionaram e fizeram observações substanciais e generosas para o engrandecimento da pesquisa.

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, pelo investimento na minha qualificação profissional.

Ao **amigo** Felipe Harmata Marinho, orientador desde a graduação, que me incentivou em aceitar este desafio. Aos colegas do programa Renata Caleffi, Eduardo Covalesky, Michele Silva, que me ajudaram com suas sugestões e críticas e aos colegas do grupo de pesquisa da imagem que contribuíram com este trabalho por meio das pesquisas.

A **todos as pessoas** que me deram força, motivação e nunca dispensavam um incentivo e me ajudaram a enfrentar as mudanças da vida e saber crescer com elas. O meu eterno agradecimento por torcerem pelo meu sucesso pessoal e profissional. A vocês este meu agradecimento e por muitos outros que o caminhar da vida possa me levar a fazer.

“Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país cego e um país miasmado, um país de ideias falsas e sentimentos pervertidos, um país que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios, que lhe exploram as instituições”.

Rui Barbosa

RESUMO

Este estudo desenvolve uma análise comparativa da cobertura política sobre o trabalho das CPIs da Assembleia Legislativa do Paraná – CPI dos Planos de Saúde, CPI da Telefonia Móvel e CPI dos Pedágios –, durante o ano de 2013, realizada pela assessoria de imprensa da ALEP, comparada com o jornal diário Metro e com os telejornais da RPC TV, relativizando o conceito de escândalo político midiático de Thompson (2002). Tendo como referência a perspectiva do enquadramento, entendido como uma ideia central organizadora, a investigação buscou identificar mecanismos midiáticos de administração da cobertura política, especialmente a dinâmica de apresentação da luta simbólica travada durante tais episódios e a participação de fontes de informação na cobertura. Para orientar a avaliação do noticiário, a pesquisa emprega a técnica descritiva do conteúdo com a intenção de verificar o que se assemelha e se distancia dos veículos estudados. Uma das hipóteses é a forma de abordagem do tema CPI pelos meios de comunicação escolhidos para a pesquisa e a outra a invisibilidade da cobertura regional comparada à CPIs nacionais. Como resultado, a pesquisa pode comprovar que a mídia tradicional contribuiu com a (in)visibilidade ao reproduzir as fontes oficiais e não houve uma cobrança maior, por parte dos grupos de oposição, do trabalho das CPIs estudadas.

Palavras-chave: Cobertura política; CPIs da ALEP; Visibilidade; Análise Comparativa.

ABSTRACT

This study develops a comparative analysis about the political coverage of the work of CPIs (Parliamentary Commission of Inquiry) from Paraná's Legislative Assembly – Health Insurance CPI, Mobile Telephony CPI and Tolls CPI -, along the year of 2013, held by ALEP's press consultancy, compared to the daily newspaper Metro and RPC TV's newscasts, relativizing the concept of Thompson's (2002) political media scandal. Referencing the perspective of the framework, understood as a central organizing idea, the investigation sought to identify media mechanisms of political coverage administration, especially the dynamics of the presentation of the symbolical fight held during such episodes and the participation of information sources on the coverage. To orient the evaluation of newcast, the research employs descriptive contents of the technique with the intention of checking that resembles and distance of the vehicles studied. One hypothesis is the form of CPI approach to the subject by the media chosen for the research and the other the (in)visibility of regional coverage compared to the national CPIs. As the result, the research can prove that the traditional media contributes to the (in)visibility when broadcasting the official sources while there were no major supervision, from the opposing groups, on the work of the studied CPIs.

Keywords: Coverage policy; ALEP's CPIs; Visibility; Comparative Analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias

Agepar – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná

ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná

AMP – Associação Médica do Paraná

ANS – Agência Nacional de Saúde

Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CRM – Conselho Regional de Medicina

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

DEM – Democratas

EPM – Escândalo Político Midiático

FIA – Fundação Instituto de Administração

Fiep – Federação das Indústrias do Paraná

MD – Mobilização Democrática

MP – Ministério Público

MPF – Ministério Público Federal

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEN – Partido Ecológico Nacional

PF – Polícia Federal

PSC – Partido Social Cristão

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSD – Partido Social Democrático

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PT – Partido dos Trabalhadores

PP – Partido Progressista

PV – Partido Verde

RPC TV – Rede Paranaense de Comunicação

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

Uniodonto – Sociedade Cooperativa de Serviços Odontológicos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	JOHN B. THOMPSON, ESCÂNDALOS POLÍTICOS MUDIÁTICOS E A COBERTURA ELEITORAL “NADA ESCANDALOSA” DE CPIs.....	17
2.1	THOMPSON E A TEORIA SOCIAL DO ESCÂNDALO	18
2.2	ESCÂNDALOS POLÍTICOS MUDIÁTICOS	21
2.3	COBERTURA POLÍTICA DE CPIs NACIONAIS	21
2.3.1	Cobertura política em revistas.....	23
2.3.2	CPI do Mensalão	25
2.3.3	CPI da Petrobras.....	26
2.3.4	O caso “diários secretos” da ALEP.....	28
2.4	ESCÂNDALOS E VISIBILIDADES NO CAMPO DO JORNALISMO	31
2.5	ENQUADRAMENTO, ALGUMAS VERTENTES	34
2.6	“PACOTE INTERPRETATIVO” DE ENQUADRAMENTO	35
3.	APRESENTAÇÃO DA COBERTURA POLÍTICA DAS CPIs DA ALEP	39
3.1	CONCEITUANDO A ESCOLHA DA COBERTURA.....	39
3.2	AS CPIs DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ ANALISADAS	40
3.2.1	CPI dos Planos de Saúde	42
3.2.2	CPI da Telefonía Móvel	43
3.2.3	CPI dos Pedágios.....	43
4	COBERTURA SOBRE AS CPIs DA ALEP: PESQUISA DE CAMPO	46
4.1	A ESCOLHA DAS COBERTURAS	46
4.2	COBERTURA DA CPI DOS PLANOS DE SAÚDE	48
4.2.1	Cobertura durante o mês de fevereiro de 2013	48
4.2.2	Cobertura durante o mês de março de 2013	49
4.2.3	Cobertura durante o mês de abril de 2013.....	50
4.2.4	Cobertura durante o mês de maio de 2013	52
4.2.5	Cobertura durante o mês de junho de 2013	54
4.2.6	Relatório final da CPI dos Planos de Saúde	54
4.3	COBERTURA DA CPI DA TELEFONIA MÓVEL.....	56
4.3.1	Cobertura durante o mês de abril de 2013.....	56
4.3.2	Cobertura durante o mês de maio de 2013	56
4.3.3	Cobertura durante o mês de junho de 2013.....	59

4.3.4 Cobertura durante o mês de julho de 2013.....	61
4.3.5 Cobertura durante o mês de agosto de 2013	61
4.3.6 Cobertura durante o mês de setembro de 2013	62
4.3.7 Relatório final da CPI da Telefonia Móvel	64
4.4 COBERTURA DA CPI DOS PEDÁGIOS	65
4.4.1 Cobertura durante o mês de julho de 2013.....	65
4.4.2 Cobertura durante o mês de agosto de 2013	67
4.4.3 Cobertura durante o mês de setembro de 2013	71
4.4.4 Cobertura durante o mês de outubro de 2013	75
4.4.5 Cobertura durante o mês de novembro de 2013.....	79
4.4.6 Cobertura durante o mês de dezembro de 2013	82
4.4.7 Relatório final da CPI dos Pedágios.....	82
4.4.8 Considerações da pesquisa	83
4.5 ALGUNS “ACHADOS” DA PESQUISA	84
5 CONCLUSÕES.....	91
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICES.....	97

1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de estudar a forma de abordagem dada às notícias sobre CPI da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná esta pesquisa analisa a mediação feita por três meios de comunicação (assessoria de imprensa da ALEP, telejornais da RPC TV e o jornal Metro) e como ela apresenta o tema ao público geral. Pretende-se responder a seguinte pergunta: Como foi a cobertura que os meios de comunicação deram às CPIs da Assembleia Legislativa do Paraná durante o ano de 2013. As CPIs regionais têm o mesmo tratamento que é dado às CPIs nacionais? Esta pergunta é pertinente para uma análise comparativa, pois pode determinar os tipos de abordagens, quais CPIs tiveram maior cobertura jornalística na mídia.

Durante o ano de 2013 – o ano de recorte escolhido para a realização da pesquisa –, estavam em funcionamento as seguintes CPIs na Assembleia Legislativa do Paraná: CPI dos Grandes Devedores de Tributos; CPI Ibope Eleições 2012; CPI da Copa do Mundo; CPI da Telefonia Móvel; CPI dos Planos de Saúde e CPI dos Pedágios. Para nossa pesquisa, foram consideradas e coletados os materiais produzidos que abordaram a cobertura de três das CPIs relacionadas: CPI dos Pedágios, CPI dos Planos de Saúde e CPI da Telefonia Móvel. Este recorte se fez necessário porque pelo levantamento de materiais produzidos, estas CPIs foram as que maior número de cobertura tiveram nos três meios de comunicação analisados.

Uma escolha considerada fundamental, foi a delimitação dos meios de comunicação analisados. Avaliar de forma comparativa três meios de comunicação diferentes – assessoria de imprensa da ALEP, telejornais da RPC TV e o jornal diário Metro – teve a intenção de, num primeiro momento, propiciar uma análise comparativa de linhas editoriais diferentes e também para verificar o que se assemelha e se distancia dos veículos comparados. E foi com esse intuito que preferimos nos concentrar em veículos que pudessem atingir a um maior número de pessoas e de públicos variados, levando em consideração, também, que esta pesquisa trata de mídia e Legislativo, o que não é comum no Brasil.

Restringimos nossa análise de televisão aos telejornais da RPC TV por ser este veículo de comunicação o de maior audiência¹ em suas oito emissoras do estado e, principalmente, porque este veículo disponibiliza o conteúdo das reportagens na internet, diferente dos telejornais concorrentes que não deixam disponível o conteúdo para acesso das reportagens e quando estas reportagens estão disponíveis na internet ficam por um período de tempo

¹Pesquisa Ibope confirma liderança da RPC TV no Paraná. Disponível em: <http://www.portaldapropaganda.com.br/portal/propaganda/36853--pesquisa-ibope-confirma-lideranca-da-rpc-tv-no-parana>. Acesso em: 13 set 2014.

limitado, o que prejudicaria a pesquisa. A escolha pelo jornal diário Metro se fez por ser este um meio novo de comunicação e pelas edições estarem disponíveis em formato PDF no site do jornal. As matérias sobre as CPIs foram levantadas por meio da Agência Sinal de Notícias, que é o conjunto de mídias pertencentes ao Legislativo paranaense sob a coordenação do departamento de Divulgação da Assembleia. A agência é composta por quatro vertentes: notícias/releases; TV Sinal; Rádio Sinal e web/redes sociais. O jornal Gazeta do Povo, mesmo sendo o veículo de maior circulação no Paraná e de maior tiragem, não foi utilizado na pesquisa porque faz parte do mesmo grupo de comunicação da RPC TV no estado e também por considerarmos que os veículos do mesmo grupo possuem uma mesma linha editorial.

Uma hipótese é a forma de abordagem do tema CPIs pelos meios de comunicação escolhidos para a pesquisa. A assessoria de imprensa da ALEP, por exemplo, tende a ser mais institucional, a princípio neutra, sobre o dia a dia das CPIs. Já os telejornais da RPC tendem a ter o poder mais investigativo, indo além do simples factual da notícia. E por último o jornal Metro atuaria meramente de forma factual ao relatar o trabalho das CPIs, porém a forma de abordagem de cada um desses meios de comunicação tende a variar.

Esta dissertação nasceu sob a forte intenção de verificar se a cobertura política dada às CPIs regionais tinha tanto espaço na mídia comparada às CPIs nacionais. A cobertura jornalística do escândalo do “mensalão”, por exemplo, ocorrido em 2005, nos mostra essa dinâmica. Um canal público – a TV Senado – utilizou, pela primeira vez, os depoimentos das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), ao vivo, e alcançaram níveis significativos de audiência. O acompanhamento diário das sessões das CPIs pelo canal do Legislativo também permitiu o registro e a reprodução, pelas principais emissoras abertas, dos momentos mais dramáticos da crise. A crise política de 2005 levou deputados e senadores aos programas de rádio, jornal e televisão, reservando-se para os mais ilustres parlamentares os horários nobres do fim do dia, ao vivo na TV Senado e a tempo de entrarem nos principais noticiários. A internet produziu pautas jornalísticas e repercussão pública dos acontecimentos, em interação com o público mais interessado e com as empresas jornalísticas. A crise tornou-se assunto de blogs de opinião mais gerais, e deu origem a outros que antes não existiam, além de aumentar exponencialmente a frequência dos mais antigos, portanto o tema teve visibilidade nos meios de comunicação, diferentemente do que ocorreu com as CPIs da ALEP pesquisadas, como será tratado mais adiante.

Levando em consideração esse contexto – sem a pretensão de solucionar a questão ou propor um modelo geral de análise –, verificamos empiricamente como os escândalos são apresentados pela mídia por meio de uma abordagem comparativa, de forma a privilegiar a

identificação de possíveis padrões e recorrências (sem a preocupação de descrever de forma detalhada as infinitas particularidades de cada caso).

Ao fazer a cobertura de acontecimentos políticos e abordar assuntos que sejam de interesse da população, a mídia também sofre influências que podem acarretar que foco ou direcionamento suas matérias terão. Wilson Gomes (2007) destaca que ao selecionar e processar o conteúdo que a mídia considera relevante e do interesse do seu público, ela intervém na formação do pensamento da opinião pública. As escolhas e enquadramentos influenciam e direcionam os leitores, além de agendar os temas e assuntos que farão parte do debate público, podendo até mesmo interferir na agenda política ao apresentar temas que repercutem entre os cidadãos e eleitores (DRUMMOND, 2013).

.....

Para apresentar resultados empíricos da pesquisa, primeiramente buscamos reconstruir os caminhos traçados para alcançá-la. No **Capítulo I**, trataremos de estudos que abordaram a cobertura de escândalos políticos no Brasil e de casos escandalosos que viraram CPI nacional relativizando com os conceitos de escândalos políticos mediáticos de John B. Thompson. A pesquisa nos mostrou que aqui, regionalmente, não houve escândalo nessa cobertura. O **Capítulo II** aborda o contexto das CPIs da Assembleia Legislativa do Paraná e das CPIs analisadas. **Capítulo III** traz a cobertura das CPIs analisadas e sua visibilidade. Nas **Considerações Finais** buscaremos estabelecer elementos centrais trazidos pelos dados da pesquisa que, de certa forma, possam apontar problemas futuros para a área.

2 JOHN B. THOMPSON, ESCÂNDALOS POLÍTICOS MUDIÁTICOS E A COBERTURA ELEITORAL "NADA ESCANDALOSA" DE CPIS

Os profissionais da comunicação (leia-se jornalistas), exercem uma função social vital para a sociedade. Nunca é demais ressaltar que um dos dogmas do jornalista, conforme nos lembra Bucci (2009, p. 94), é ter como cliente o cidadão, o leitor, o telespectador. “Ouvir todos os envolvidos, buscar a verdade, fazer as perguntas mais incômodas para as suas fontes em nome da busca da verdade é um dever de todo jornalista”, assevera. E isso só é possível com uma imprensa livre. “A liberdade não é apenas o primeiro: é também o mais árduo dever da imprensa. E, por fim, o ponto fatal: a liberdade não existe para a prática do elogio; ela existe para incomodar, para olhar a cena com espírito crítico” (BUCCI, 2008, p. 226).

Os escândalos no campo do jornalismo apresentam uma parceria ambivalente de profissionais da imprensa e fontes de informação Gomes (2004: 143-144). São ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões, que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública (THOMPSON, 2002, p. 47). A utilização dos escândalos como meio para a disputa política faz com que os escândalos sejam definidos, em sua origem, como lutas pelo “poder simbólico”. Quando falamos em campo da política, nos baseamos na argumentação de Thompson (2002) que, tendo Bourdieu como referência, defende que todo escândalo que atinge o campo da política é um escândalo político, seja ele sexual, financeiro ou propriamente político.

Especialmente no campo da política, os escândalos podem interferir na dinâmica de reputação e confiança dos atores envolvidos. Diferenciamos aqui a política. Do grego “politikós”: aquilo que é relativo à “pólis” (cidade) ou seja, tudo o que se refere à administração pública, ao poder de influência do homem sobre o homem e à arte de transformar a sociedade por meio das ideias, da mobilização, da cobrança, da organização.

A ampla cobertura da imprensa contribuiu para a instalação de um palanque eleitoral de dimensão nacional. Focada mais na responsabilização de pessoas que na discussão de problemas estruturais da prática política, como o financiamento de campanhas, a imprensa ampliou, a nosso ver, a luta dos atores por oportunidades de visibilidade. Do ponto de vista do sistema democrático, embora identifiquemos uma saudável pluralização da oferta informativa, o predomínio do oportunismo midiático como principal estratégia política dos agentes públicos, oferece uma série de questões para o sistema representativo e para a democracia de massa na contemporaneidade.

2.1 THOMPSON E A TEORIA SOCIAL DO ESCÂNDALO

Com a redemocratização do país no fim da década de 1980 e o restabelecimento da liberdade de imprensa como direito efetivamente garantido na Constituição de 1988, os escândalos políticos na mídia se intensificaram e ela passou a ser utilizada como um instrumento propício para sua difusão. A estruturação de aparatos fiscalizadores, como é o caso do Ministério Público, também explica em parte o aumento com que escândalos se apresentam (CHAIA, 2001; NASCIMENTO, 2008). Senne (2009) aborda em sua pesquisa que um dos casos mais marcantes, discutido por uma ampla literatura especializada, foi o processo de *impeachment* do primeiro presidente da República do Brasil eleito sob o voto direto pós-redemocratização. A queda de Fernando Collor de Mello em 1992 mostrou de forma escancarada um cenário em que a mídia consolida sua importância – aparece de forma fundamental tanto na eleição do então desconhecido governador do estado de Alagoas como em sua derrubada² (SENNE, 2009, p.14).

Thompson caracteriza o escândalo midiático como um fenômeno moderno que teve início no final do século XVIII principalmente com “desenvolvimentos ligados à invenção e exploração dos novos meios de comunicação e de difusão da informação”, para relatar as mudanças que ocorreram desde a invenção da imprensa por Gutenberg em 1440, depois dos jornais semanais e diários, em seguida pela descoberta da eletricidade, telefone e mais no início do século XX, a transmissão por rádio e televisão.

O desenvolvimento de novos meios trouxe mudanças na troca de informações, o que antes era feito face a face, de caráter dialógico, passou a ter a interação de pessoas por um meio técnico em espaços-temporais distantes. Essas mudanças causadas pelo nascimento dos meios eletrônicos, especialmente no plano dos escândalos políticos, são fundamentais não só por terem ampliado a difusão dos conteúdos, mas principalmente na medida em que alteraram o modo pelo qual as notícias passaram a ser apresentadas e a própria natureza da visibilidade política.

Surge, então, com a introdução dos meios de comunicação um novo ambiente de informação, conforme aponta Thompson (2002, p.313-4) mais intenso pois a quantidade de informação é maior, mais extenso por haver uma amplitude maior e menos controlável, já que

² Ainda que a presença da mídia como elemento determinante na ascensão e queda de Collor da Presidência da República seja evidente, a mensuração da efetiva influência dos meios de comunicação é um tema controverso. O retorno do mesmo Collor ao Senado Federal, em 2006, é uma demonstração de que o tema envolve outras variáveis fundamentais (SENNE, 2009, p.14).

a proliferação das formas midiáticas de comunicação mantem ocultas informações ou determinam as consequências de possíveis revelações. Como lembra Thompson (2002:31), nessa era de visibilidade midiática, o escândalo é um risco que ameaça constantemente tragar os indivíduos cujas vidas se tornaram o foco da atenção pública.

No âmbito da política, o fluxo contínuo, intenso, acelerado e multidimensional de informação caracterizam esse novo ambiente, estando os atores sujeitos a ondas cada vez mais crescentes de hiperexposição (GOMES, 2004, p. 112). Paulatinamente, a censura prévia passa a ser vista como uma “brutalidade arcaica”, (GOMES, 2004, p. 112). Nesse cenário de informações as exposições de figuras públicas ganham uma importância cada vez maior, como sistematiza Miguel (2004):

- a. A mídia tornou-se o principal instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos comuns;
- b. O discurso político transformou-se, adaptando-se às formas preferidas pelos meios de comunicação de massa;
- c. A pauta de questões relevantes, postas para a deliberação pública, é em grande parte condicionada pela visibilidade de cada questão nos meios de comunicação;
- d. Muito mais do que no passado, os candidatos à elite política devem cuidar da “retaguarda” das suas vidas, isto é, das esferas privadas, que não deveriam estar expostas aos olhos do público. A gestão do escândalo político torna-se um componente cotidiano das ações de governo, partidos, parlamentares e candidatos (MIGUEL, 2004, p. 8-9).

Quando em um ambiente não é exercido o controle de informações pode-se esperar que qualquer esforço para controlar essa exposição de figuras públicas tenha uma importância cada vez maior. Com a alteração brutal na escalada da visibilidade pública, os impactos da exposição podem escapar das rédeas das autoridades envolvidas e, ocasionalmente, funcionar contra elas (THOMPSON, 1998, p. 16). Como lembra o autor, “o escândalo é um risco profissional da política na era da visibilidade mediada” (THOMPSON, 1998, p. 130).

Escândalos, de qualquer natureza, podem ser vistos como acontecimentos confusos justamente porque valores e normas são contestados ou estes acabam sendo implicados a partir dos desdobramentos subsequentes de ações e falas dos personagens envolvidos. Há, invariavelmente, uma repercussão implícita a partir de sua divulgação. Esse caráter transgressor ou que contradiz determinados valores da sociedade é a primeira característica que define um escândalo. Mas, adverte Thompson, essa ação ou esse acontecimento devem se tornar conhecidos de outros, possuir um certo grau de desaprovação pública e ter potencial para prejudicar a reputação dos indivíduos, embora esta última não seja uma condição necessária.

Thompson explica que os escândalos não são novos, na verdade existem há séculos, mas foi a partir do desenvolvimento das sociedades modernas que eles passaram a sofrer influências das formas midiáticas de comunicação:

Escândalos midiáticos não são simplesmente escândalos noticiados pela mídia e que existem independentemente dela: eles são, de diferentes maneiras e até certo ponto, constituídos por formas midiáticas de comunicação. Como se deu essa conexão entre escândalo e mídia? Que há no escândalo que se preste a uma exibição na e através da mídia, e o que há nela que facilite a ocorrência de escândalo? Há, certamente, uma estreita afinidade entre escândalo e mídia que foi explorada pelos provedores da palavra impressa desde a era dos panfletos e dos libelos: o escândalo vende (THOMPSON, 2002, p. 59).

Cabe registrar que Thompson entende que os escândalos puderam crescer e se expandir a partir da presença efetiva dos meios de comunicação. Eles operam como um esquema referencial, concentrando a atenção em um indivíduo ou uma suposta atividade, impedindo que o escândalo se encerre rapidamente e permitindo que o fluxo de informação em torno dele tenha abrigo em seus espaços editoriais. Na prática, é preciso que imprensa e jornalistas passem a ter interesse em explorar esses assuntos. É por isso que se pode falar em narrativas prolongadas porque, como o autor já sinalizava: – O escândalo vende! E por que escândalo e política permitem, cada vez mais, associações nas sociedades modernas?

Em primeiro lugar, a política em uma democracia liberal é um campo de forças competitivas que são organizadas e mobilizadas através de partidos e outros grupos de interesse. Isso cria uma atmosfera tensa, algumas vezes altamente carregada, em que o conflito e a confrontação são a norma; partidos e outros grupos de interesse estão constantemente preocupados em atacar seus opositores, procurando tirar proveito dos possíveis pontos fracos existentes. Nessas circunstâncias, o escândalo pode ser uma arma poderosa. (THOMPSON, 2002, p. 128).

Um ponto importante na obra de Thompson, ainda para se compreender a natureza de um escândalo político, é quando afirma ser necessário conhecer a estrutura desse campo e é onde entra o conceito de campo do sociólogo francês Pierre Bourdieu, visto como um espaço de posições cujas propriedades são definidas pelas relações entre essas posições e pelos recursos ligados a ela, e onde os indivíduos fazem usos desses recursos a fim de alcançarem seus objetivos. Para Bourdieu (1998), são nesses espaços que ocorrem conflitos e tensões, que vão definir a produção da realidade social. Dessa forma, cada campo cria suas próprias leis que regem a entrada, a permanência e a saída dos atores sociais (NUNOMURA, 2013, p. 40).

Sendo assim, pode-se compreender que, pela interdependência entre os políticos e os representantes dos meios de comunicação, para o exercício do poder, é preciso lançar mão de

vários recursos, mas principalmente a mídia, que produz e transmite capital simbólico (BOURDIEU, 1998). Compreende-se, assim, o ciclo para delinear o que Thompson chamou de teoria social do escândalo, quando “escândalos são lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo”:

Alguns escândalos se referem sobretudo ao poder político, com a infração de regras e procedimentos para seu exercício e como o desenvolvimento de redes ocultas que frustram mecanismos formais de responsabilidade, como vimos; outros escândalos se referem a conexões entre poder político e econômico, chamando a atenção para formas de corrupção e conflitos de interesse que são incompatíveis com os padrões de conduta que deveriam ser esperados de funcionários públicos. Mas mesmo os escândalos que se concentram no poder político e econômico, referem-se também ao poder simbólico; todos os escândalos envolvem lutas pelo poder simbólico e pelas fontes do poder simbólico. (THOMPSON, 2002, p. 296).

Para a nossa pesquisa onde analisamos a cobertura política dada pelos meios de comunicação escolhidos sobre o trabalho das CPIs da Assembleia Legislativa do Paraná vamos relativizar o conceito de escândalo político de Thompson, porque, segundo o autor, se existem escândalos é porque a mídia está dando visibilidade às denúncias e/ou irregularidades e não as está ocultando, como mostra pesquisas sobre as CPIs nacionais, porém a pesquisa nos mostra que regionalmente a mídia não deu visibilidade comparada aos escândalos que geraram CPIs no âmbito nacional, portanto não será dado o mesmo tratamento como o conceito de escândalo e visibilidade como aborda o sociólogo Thompson (2002).

2.2 ESCÂNDALOS POLÍTICOS MUDIÁTICOS

O Brasil não está livre de escândalos políticos midiáticos já que acontecimentos como desvios de dinheiro, compra de votos, financiamento de campanhas com caixa 2 foram explorados pelo nosso jornalismo. Alguns exemplos concretos servem para nos dar a certeza de que o Brasil não está isento de EPMs que são discutidos na imprensa nacional.

A presença de escândalos políticos midiáticos não é apenas importante, mas recorrente. Com a redemocratização do país no fim da década de 1980 e o restabelecimento da liberdade de imprensa como direito efetivamente garantido na Constituição de 1988, os escândalos políticos na mídia se potencializam e passam a contar com um palco mais propício para sua difusão. A estruturação de aparatos fiscalizadores, como é o caso do Ministério Público, também explica em parte a fartura com que escândalos se apresentam (CHAIA, 2001; NASCIMENTO, 2008).

Dentre os desafios que se apresentam à análise mais sistemática dos escândalos políticos midiáticos está, por um lado, a capacidade de reflexão sobre um objeto que é parte integrante do cotidiano da política, mas que está essencialmente fora do curso normal das instituições. Tais fenômenos também não se apresentam como assuntos homogêneos. A natureza³ e as temáticas que movimentam estes eventos variam de um país para outro (MARKOVITS & SILVERSTEIN, 1988). Por outro lado, são sempre pautados por grande imprevisibilidade: dependem de personagens, de condições políticas específicas e de detalhes de enredo únicos. Frequentemente, a transgressão inicial, foco do escândalo, é desviada ou até mesmo esquecida por força da sequência de ações e acontecimentos que dão desdobramento ao caso (THOMPSON, 2002: 43). O pesquisador está, nesse caso, no reino do improvável.

2.3 COBERTURA POLÍTICA DE CPIs NACIONAIS

A imprensa nacional teve papel fundamental na divulgação da cobertura política de vários escândalos políticos. Para lembrar alguns escândalos, podemos mencionar os laranjas⁴ de Renan Calheiros; os atos secretos do Senado Federal; o caso do juiz *Lalau*; a compra de votos para a emenda da reeleição de Fernando Henrique Cardoso; o projeto Sivam; os *anões* do orçamento; o caso PC Farias e o *impeachment* de Fernando Collor; o escândalo batizado pela mídia como o “Mensalão do DEM”; o suicídio de Getúlio Vargas para exemplificar um caso mais antigo;

No período de 1995 a 2002, esteve em cena o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que teve sua eleição calcada no sucesso de um plano de estabilização da economia e pela subsequente formação de uma forte base política de sustentação, especialmente no primeiro mandato, FHC contou com boa estabilidade política em termos da condução de votações no Congresso e aprovação de reformas (COUTO & ABRÚCIO, 2003). A coalizão, contudo, também viveu períodos de desgaste, expressos em momentos como as denúncias envolvendo o secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge (2000/2001), o episódio da violação do painel do Senado (2001), o caso Sudam e suas relações com o senador Jader Barbalho (2001), os grampos no BNDES durante o processo de privatização do

³ John B. Thompson na obra “O escândalo político” oferece uma conhecida taxonomia dos escândalos políticos, no qual define a existência de escândalos sexuais, financeiros e do poder (THOMPSON, 2002, p. 154).

⁴ Laranjas são pessoas que disponibilizam seu nome, conta bancária, para que outra, utilizando tais dados, faça negociações ilícitas sem expor sua identidade. Essa prática é muito usada por corruptos que encontram nos laranjas a escapatória para seus negócios irregulares, dinheiro sujo, licitações irregulares, e diversas outras transações comerciais. Por isso, o “laranja” está, muitas vezes, ligado a procedimentos ilegais. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/curiosidades/os-laranjas-as-praticas-ilicitas.htm>. Acesso em: 21 set 2014.

sistema Telebrás (1988), o caso Sivam (1995) e a suposta compra de votos para a Emenda da Reeleição (1997).

Com o governo Luiz Inácio Lula da Silva (de 2003 a 2006 e reeleito para um segundo mandato) – cujo pleito contou com votação expressiva e o reforço simbólico da inédita eleição de um operário ao maior posto da nação –, os escândalos políticos também tiveram espaço cativo. Já no segundo ano do governo o caso Waldomiro Diniz (2004) expunha funcionários de confiança da administração federal. Em meados de 2005, se deflagra uma das maiores crises políticas do período democrático, com o caso do “Mensalão” (2005/2006) que dominou fortemente a agenda da imprensa no período e derrubou lideranças expressivas do governo. Uma nova convulsão política surge no período eleitoral – ocasião em que a recondução de Lula à Presidência estava em jogo. O escândalo esteve sustentado na denúncia de compra de suposto dossiê envolvendo políticos do PSDB por partidários do PT – sigla do governo.

Vários foram os episódios de escândalos políticos midiáticos abordados na imprensa nacional, principalmente durante o período da redemocratização. Algumas pesquisas científicas abordaram o tema, que citamos a seguir, para mostrar que a cobertura política, pela imprensa nacional, teve maior visibilidade.

2.3.1 Cobertura política em revistas

Trabalho de mestrado da pesquisadora Silva (2012)⁵ traz como o jornalismo brasileiro narrou, descreveu e interpretou sob o aspecto ético, os eventos políticos que redundaram no escândalo do Senado ou, como ficou denominado, Escândalo dos Atos Secretos, retratados pelas revistas semanais Carta Capital e Veja, durante o ano de 2009. Essa crise, como aborda a pesquisadora, é rica para efeitos de análise, visto as descobertas de ações ilícitas – denúncias de corrupção, nepotismo, uso indevido de recursos financeiros da União, abuso de poder e outros desvios éticos, reflexos das práticas patrimonialistas, de fisiologismo e clientelismo exercidos no Congresso Nacional.

O contexto político deste escândalo abordado pela pesquisadora trata da disputa fevereiro de 2009, o senador ganhou a disputa pela presidência do Senado da República entre o senador José Sarney (PMDB/AP) e do senador Tião Viana (PT/AC). O PMDB fazia base de

⁵ SILVA, Neuma Augusta Dantas. *O jornalismo político sob o aspecto ético: o escândalo do Senado, de 2009, nas revistas Carta Capital e Veja*. 285 f. il. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

sustentação do governo e mesmo com a aliança do Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o candidato do PMDB saiu-se vitorioso com 49 a 32 votos. Essa disputa pela presidência envolve interesses partidários e o comando do Congresso Nacional⁶. José Sarney prometeu que iria acabar com a “vergonha que achincalha o Parlamento”. Mas denúncias, em março de 2009, do jornal O Estado de São Paulo, afirmam a nomeação de João Fernando M. G. Sarney, 22 anos, neto de José Sarney, para o cargo de secretário parlamentar do senador Eptácio Cafeteira do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com um salário de R\$ 7.600 por meio de “atos sigilosos”.

A cobertura completa de Neuma Silva (2012) catalogou durante o período de 18 de março a 26 de agosto de 2009, perfazendo um corpus de 48 edições das revistas semanais, 24 edições de cada, com 62 matérias entre as duas publicações, sendo 32 da revista Veja e 30 da revista Carta Capital totalizando 170 páginas sobre o escândalo.

Em trabalho de pesquisa de análise de cobertura de Michele da Silva Tavares (2012)⁷ nos mostra três casos de escândalos que foram pesquisados nas revistas Veja e IstoÉ. No final do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso a mídia divulgou com muita ênfase o que foi denominado ‘Escândalo do Sivam’, em novembro de 1995 que eram irregularidades nos contratos de execução do projeto Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e pelas consecutivas denúncias de tráfico de influência envolvendo membros do alto escalão do governo. O ponto vulnerável no processo licitatório, segundo informações da pesquisadora, foi a indicação da empresa norte-americana Raytheon Company, maior fabricante de material bélico dos Estados Unidos, mas que segundo apontou a pesquisa a escolha da multinacional envolvia acordos entre os países Brasil e Estados Unidos, e as publicações das reportagens de Veja e IstoÉ apontavam que a proposta tecnológica da empresa norte-americana não atenderia às necessidades do grande território da Amazônia (SILVA, 2012, p.89).

O segundo trabalho de pesquisa de Tavares (2012) trata da cobertura política do Escândalo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que em 1988 esteve à frente do maior leilão de privatizações do Brasil, e vendeu 12 empresas estatais de telefonia. Durante o processo de privatização da Telebrás, grampos instalados no BNDES

⁶ O mandato da presidência do Senado dá ao presidente selecionar a pauta de votações em ano eleitoral, por exemplo, o partido ganha força para negociar com o governo e oposição na fase pré-eleitoral; administra um orçamento estimado em R\$ 2,7 bilhões ao ano e pleiteia cargos na Mesa Diretora. Ainda autoriza, ou não, a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) (SILVA, 2012, p. 116).

⁷ TAVARES, Michele da Silva. FHC e os escândalos políticos: Os ‘modos de dizer’ de Veja e IstoÉ sobre as crises personalizadas. 348f. il. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

mostraram conversas de integrantes de sua cúpula que tentavam influenciar os escolhidos nas privatizações. O caso ganhou, segundo Silva, o rótulo de ‘escândalo do BNDES’ ou ‘escândalo das privatizações’, e esteve na pauta das revistas semanais entre novembro de 1988 e novembro de 1999 e é o segundo escândalo com maior extensão temporal do governo FHC.

O terceiro caso de escândalo no trabalho de Silva (2012), segundo a pesquisara, foi também de considerável destaque e teve repercussão na mídia porque abalou a imagem do presidente Fernando Henrique Cardoso, trata-se das suspeitas que envolvem o nome do ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira. Eduardo Jorge é suspeito de envolvimento no esquema de liberação de verbas para a obra superfaturada do prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em São Paulo, além de superfaturamento no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), de montar caixa-dois para reeleição de FHC, de ter feito lobby para empresas de informática, de manipular recursos dos fundos de pensão nas privatizações, entre outras relações que a mídia veiculou sobretudo após a saída de Eduardo Jorge do cargo oficial em 1998. Segundo dados da pesquisa este escândalo foi batizado pela mídia como ‘Escândalo do Tráfico de Influência’ e esteve em pautas nas revistas *Veja* e *IstoÉ* por um tempo maior que os outros dois escândalos abordados na pesquisa de Silva (2012), durante os meses de julho, agosto e início de setembro de 2000.

2.3.2 CPI do Mensalão

Um dos escândalos de maior repercussão na mídia nacional foi o caso “Mensalão”, que teve início em maio de 2005, com a publicação pela revista *Veja* de matéria que denunciava um esquema de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Foi criada uma CPI no Congresso pelos partidos de oposição ao governo Lula, na época. Mas foi com a publicação, pelo jornal *Folha de São Paulo*, em junho de 2005, denunciando suposta operação para “abafar” a CPI que o deputado Roberto Jefferson acusou o PT de comprar votos. A partir de então o escândalo foi deflagrado com uma grande repercussão na opinião pública que contou com grande atenção por parte da mídia até os finais das eleições presidenciais de 2006, mas que repercutiu até agora, em 2015. A reeleição de Lula encerrou o escândalo, mas não a discussão. O papel da mídia no período tem sido alvo crescente do debate público (LIMA, 2007).

O escândalo do Mensalão foi alvo de pesquisas como a de Nunomura (2012)⁸ que faz uma análise da cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* e da revista *Veja* sobre o escândalo político midiático do mensalão no primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Este estudo, segundo Nunomura (2012) indicou que a partir do mensalão *Veja* aumentou as críticas sobre o presidente petista Lula, enquanto poupou o tucano Fernando Henrique Cardoso. Já *Folha* elevou sua cobertura crítica ao petista durante a crise política, mas esse comportamento guarda semelhanças com o padrão que adotou com o tucano.

Em um trabalho de pesquisa de dissertação Silva (2008)⁹ contribuiu analisando o comportamento das principais revistas semanais brasileiras – *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja* – a respeito do “Escândalo do Mensalão” evidenciando os contrastes, tratamentos e enquadramentos nas abordagens do tema, em narrativas jornalísticas de 51 matérias durante o período de 13 de junho de 2005 a 21 de setembro de 2005. Outro trabalho científico trata de analisar o comentário político do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão sobre os conflitos políticos do Escândalo do Mensalão em trabalho do pesquisador Celso Braga Junior (2007). O corpus desta pesquisa foi discutir o papel dos comentaristas como formadores de opinião e sua relevância nas disputas políticas que se apresentam nos espaços da mídia.

2.3.3 CPI da Petrobras

Presente quase que diariamente no noticiário nacional é o caso da Petrobras¹⁰, e que com certeza será alvo de trabalhos científicos futuros. A empresa está sendo investigada por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de verificar quatro suspeitas que envolvem a empresa – a aquisição da refinaria de Pasadena, no Texas; indícios de pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SBM Offshore; denúncias de que plataformas estariam sendo lançadas ao mar sem equipamentos primordiais de segurança; e indícios de superfaturamento na construção de refinarias, entre as quais a planta de refino de Abreu e Lima, em Pernambuco.

⁸ NUNOMURA, E. **O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja**, 2012. 210f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

⁹ SILVA, Vevila Junqueira da. **O escândalo do mensalão em revistas semanais: uma análise de enquadramento**, 2008. 140f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2008.

¹⁰ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/05/cpi-da-petrobras-convoca-foster-e-cervero-mas-rejeita-chamar-lula.html>. Acesso em 06 jun 2014.

A CPI da Petrobras foi instalada por iniciativa de parlamentares de oposição em decorrência de diversas denúncias envolvendo a Petrobras. Em março de 2014, quando a operação Lava-Jato, da Polícia Federal, revelou relações entre o doleiro Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, a gestão da estatal foi posta à prova já que os dois foram presos em uma investigação de um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou R\$ 10 bilhões, a chamada Operação Lava Jato da Polícia Federal, iniciada em março de 2014 com o objetivo de desarticular organizações criminosas que tinham como finalidade a lavagem de dinheiro em diversos estados do país.

Por conta disso, a oposição cobrou a instalação de uma CPI para investigar irregularidades. No entanto, devido a divergências entre oposição e governo, há duas investigações em curso desde maio. Uma apoiada pela bancada governista, no senado, e outra mista (com integrantes de ambas as casas), que é defendida pela oposição. As duas CPIs terão prazo de 180 dias para apresentar o relatório final.

As CPIs estão investigando irregularidades envolvendo a Petrobras ocorridas entre os anos de 2005 e 2014. Entre os fatos investigados estão a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), o lançamento de plataformas inacabadas, denúncias de pagamento de propina a funcionários da estatal e o superfaturamento na construção de refinarias. Pasadena é um dos de maior repercussão. A refinaria no estado do Texas, nos Estados Unidos, foi comprada pela Petrobras por 1,2 bilhão de dólares, em 2007. Pouco antes, seu antigo dono a havia comprado por 42,5 milhões de dólares. Segundo Paulo Roberto Costa, a operação de compra de Pasadena também estava envolvida no mega esquema de corrupção denunciado por ele à PF.

A CPI da Petrobrás investiga, também, políticos que teriam recebido propina como é o caso do ex-diretor de Abastecimento e Refino da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, que está em regime de delação premiada com a Polícia Federal, o que vai possibilitar, caso condenado, a uma redução em sua pena. Segundo o ex-diretor ao menos 25 deputados federais, 6 senadores, 3 governadores, um ministro e pelo menos 3 partidos políticos (PT, PMDB, PP), teriam recebido propina. Outra investigação da CPI da Petrobrás está a aquisição da refinaria de Pasadena, nos EUA, suspeita de ter causado prejuízo milionário.

Mas como avançar rumo a um entendimento mais amplo do fenômeno? Ainda que os escândalos políticos tenham, com frequência, se mantido na agenda pública de discussões, parecem não receber o mesmo acompanhamento por parte dos estudos acadêmicos, sendo incipiente a produção de pesquisas mais sistemáticas e investigações comparativas – um quadro que se reflete no campo da Ciência Política, da Sociologia e da Comunicação. Para o sociólogo John B. Thompson, um dos poucos acadêmicos que sistematizaram teoricamente o

tema dos escândalos, há uma enorme quantidade de relatos de histórias específicas, sem, contudo, a apresentação de estudos mais analíticos sobre o tema (THOMPSON, 2002: 30).

Estes casos relatados mostrados para ilustrar são de denúncias e/ou escândalos associados a cobertura política por meio da imprensa nacional tiveram ampla cobertura por parte dos meios de comunicação. Denúncias e investigações que geraram CPIs no Congresso Nacional de ampla visibilidade.

2.3.4 O caso “diários secretos” da ALEP

Relembramos um caso emblemático ocorrido no Paraná intitulado “Diários Secretos” denunciados no trabalho investigativo do jornal Gazeta do Povo e da RPC TV que durou dois anos e que é um exemplo de escândalo político midiático. Em 2010, as matérias jornalísticas mostraram o desvio de dinheiro público na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) através da nomeação de “funcionários fantasmas”¹¹, que recebiam salários mas não trabalhavam para o Legislativo. Este caso foi abordado pela pesquisadora Andreola (2013). De acordo com Andreola (2013), a divulgação teve início em março de 2010, mas as investigações iniciaram aproximadamente dois anos antes com dois objetivos: primeiro o de levantar a quantidade de funcionários da Assembleia e segundo o de acabar com os diários avulsos que existiam. “A investigação revelou a existência de 2.178 atos secretos do Legislativo entre janeiro de 2006 e março de 2009. Todos publicados em diários oficiais avulsos, que serviam para ocultar nomeações, demissões e pagamentos irregulares”. (GAZETA DO POVO, 2010).

O trabalho investigativo do jornal da Gazeta do Povo e da RPC TV, analisou 724 edições do Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Paraná, publicadas entre 1998 e 2009. O levantamento durou dois anos e desvendou um esquema criminoso, de acordo com os investigadores, de desvio de dinheiro que, segundo estimativas do Ministério Público, pode ultrapassar R\$ 200 milhões. Os recursos públicos, como mostrou a investigação, eram desviados por meio da contratação de servidores fantasmas ou laranjas – muitos dos quais parentes dos envolvidos. O esquema foi ocultado durante décadas da sociedade, por meio de uma série de entraves criados pela própria Assembleia para a divulgação dos diários oficiais da Casa, onde eram oficializadas as contratações dos funcionários que não trabalhavam. Em protesto, milhares de paranaenses foram às ruas no dia 8 de junho de 2010 para protestar

¹¹ Esta denominação é dada às pessoas que são nomeadas para cargos públicos mas que não desempenham a função.

contra a corrupção e pedir mais transparência. A série levou à abertura de 20 ações, dez criminais e dez cíveis.

Com a gravidade das informações, alguns nomes foram revelados, como os de Abib Miguel, o “Bibinho”, ex-diretor geral da ALEP e José Nassif, ex-diretor administrativo. A partir daí, houve forte pressão da opinião pública. O deputado Nelson Justus, presidente na época da Assembleia, inicialmente negou as irregularidades, de acordo com a pesquisadora, mas abriu sindicância interna e anunciou o recadastramento de todos os funcionários da Casa.

Após dois anos da divulgação dos escândalos e das denúncias mostradas pela série “Diários Secretos”, segundo a reportagem do jornal Gazeta do Povo, em 16/03/2012, nenhum acusado do esquema de desvio de recursos na ALEP foi julgado pela Justiça. Apesar de os julgamentos não terem ocorrido, o Ministério Público (MP) conseguiu bloquear os bens dos responsáveis pela gestão de recursos do Legislativo, em caráter de liminar. Os deputados Nelson Justus, ex-presidente da Casa, Alexandre Curi, ex-primeiro secretário e Nereu Moura, além do ex-deputado Hermas Brandão tiveram seus bens indisponíveis, pelo fato de responderem ações por improbidade administrativa, já que o MP entendeu que tiveram responsabilidade pelas nomeações de fantasmas.

O trabalho investigativo realizado pelos jornalistas Katia Brembatti, James Alberti, Gabriel Tabatcheik e Karlos Kohlbach, com apoio de uma equipe de mais de 40 profissionais dos dois veículos de comunicação foi tão importante que rendeu reconhecimento internacional. Esta série investigativa recebeu importantes prêmios no Brasil, como o Grande Prêmio Esso e o Tim Lopes de Jornalismo Investigativo além de ser agraciada como o título de melhor reportagem investigativa da América Latina e com Global Shining Light Award, prêmio concedido ao mais importante trabalho realizado em país em desenvolvimento¹² conforme divulgado pelo site da Gazeta do Povo.

Os escândalos políticos e mais especificamente escândalos de poder nas Câmaras, Assembleias e Ministérios são veiculados frequentemente nos veículos de comunicação, o que faz com que a sociedade fique anestesiada às novas notícias e fatos. Isso se deve também pela demora ou até mesmo pela falta de justiça feita diante dos ocorridos para punir os envolvidos (ANDREOLA, 2013, p. 247)

¹² Disponível em:

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/diariossecretos/conteudo.phtml?tl=1&id=1513448&tit=Diarios-Secretos-esta-entre-as-reportagens-mais-impactantes-do-mundo>. Acesso em: 13 nov 2014.

A ocorrência do escândalo político midiático primeiramente se tem conhecimento por uma divulgação inicial da mídia a partir dos levantamentos e fontes e pela competência profissional dos jornalistas. Levantamentos esses com a intenção de mensurar e reconhecer quais assuntos são de importância para a sociedade e merecem denúncia e por ter o conhecimento ético e profissional em fazer o levantamento das fontes políticas que poderão ajudar a elucidar em análises, explicações, conjecturas e consequências desses acontecimentos.

Portanto pode-se afirmar que a imprensa e atores políticos darão especial atenção aos escândalos. A mídia utiliza desses acontecimentos como forma de atrair a atenção das audiências, reafirmando também sua importância político-social; os atores políticos, por outro lado, confirmam e reforçam o papel da imprensa, fornecendo novas declarações e narrativas, na tentativa de contribuir para percepções positivas junto ao público acerca do seu próprio papel nos acontecimentos.

As CPIs têm os elementos dramáticos necessários para uma cobertura continuada da imprensa, “uma narrativa moralista de telenovela”, como sugere Sílvio Waisbord sobre o escândalo de 1992 em torno de Fernando Collor e Paulo César Farias (PC Farias). A cada momento, revelações, suspeitos e responsáveis são indicados ou confirmados, atraindo a atenção da mídia e, conseqüentemente, abrindo espaço para opiniões e avaliações dos integrantes dessas comissões, declarações e defesas por parte dos envolvidos. Porém, as CPIs regionais, como nos mostra a pesquisa, não apresentaram tais elementos dramáticos que pudessem ter esse cobertura da mídia.

Ressaltamos que os escândalos que são noticiados a partir da mídia, como foram, por exemplo, os “diários secretos” da Assembleia Legislativa do Paraná, ou o caso do “Mensalão” a partir de publicação pelo jornal Folha de São Paulo denunciando suposta operação para que não se denunciasse compras de votos tiveram repercussões na opinião pública e contou com a participação da mídia na repercussão das denúncias, são exemplos de escândalos não institucionalizados.

Como mostra Thompson, o escândalo não é inventado nos jornais. O escândalo político é ocasião para a autojustificação dos jornalistas que são vistos pela sociedade como um elemento de controle na dinâmica política, responsáveis pela transparência e pela denúncia das instituições públicas. A sociedade está à espera dele. Um escândalo se torna incontrolável quando nasce nas instituições pela divulgação de fatos que as próprias instituições não gostariam que tais fatos viessem a público. Mas no caso das CPIs da ALEP o escândalo é diferente, pois a denúncia não é contra as instituições, mas sim a respeito de algo

que elas estão investigando como é o caso da pesquisa a que este trabalho se propôs. A ALEP investiga por meio das CPIs escolhidas no recorte da pesquisa (CPI dos Pedágios, dos Planos de Saúde e da Telefonia Móvel). O trabalho está ancorado na referência de análise do conceito de EPMs de Thompson (2002), mas regionalmente a pesquisa nos mostra que não houve visibilidade no trabalho das CPIs analisadas. Podemos entender, então, o escândalo político como o resultado da intermediação que a mídia exerce com a iniciativa do jornalismo e seu poder investigativo, mas não foi o que ocorreu no objeto de estudo da pesquisa.

A imprensa cumpre hoje o papel fundamental de dar dimensão pública às questões políticas. Os políticos sabem disso e, dependentes do voto e da avaliação popular, estão sempre em busca de exposição pública (ALDÉ & VASCONCELLOS, 2008). Embora tenham espaços específicos para sua propaganda, como os horários gratuitos de rádio e televisão, os governos, partidos e políticos procuram se estabelecer como personagens positivos no noticiário político e espaços de discussão das emissoras de televisão, rádio e jornais. É a chamada campanha permanente, em que o tempo de mandato – ou de oposição – também é sempre tempo de preparar uma futura eleição (MUNGHAM, 1996).

2.4 ESCÂNDALOS E VISIBILIDADES NO CAMPO DO JORNALISMO

Na medida em que a mídia veicula notícias a respeito de assuntos de interesse público, ela contribui com o debate, estabelecendo temas na agenda pública. Porém, esse cenário sugere uma reflexão primordial sobre a participação de profissionais da imprensa e fontes de informação já que os escândalos no campo do jornalismo apresentam uma parceria ambivalente do jornalismo. Como argumenta Gomes os agentes da comunicação atuam como um *deus terminus* “selecionando as pessoas, fatos, discursos e eventos que podem ser aí introduzidas, que podem ganhar existência midiática e organizando o modo como podem ser” (GOMES, 2004: 143-44). Seguindo este raciocínio:

- a. Na esfera da visibilidade só circulam materiais e conteúdos organizados segundo códigos e gramáticas característicos das instituições midiáticas que as controlam.
- b. As rotinas produtivas dessas indústrias assimilam materiais e conteúdos organizados em conformidade com a lógica que empregam (GOMES, 2004: 67)

Essa visibilidade que a mídia proporciona é a condição essencial para a disputa política nas atuais sociedades contemporâneas. Gomes (2004) ressalta que a democracia amplia a centralidade da esfera pública e das eleições. Isso diminui a força do que o autor

chama de “política obscura” – aqueles “acertos” nos bastidores e gabinetes legislativos que constituem “lugares e situações de publicidade como aqueles da decisão política autêntica e, posteriormente, legal” (GOMES, id, p. 263). Já Miguel e Biroli (2010a) acreditam no fato de a mídia ser um elemento essencial na definição dos acontecimentos, opiniões, posições e atores que alcançarão a visibilidade. Sendo assim, os meios de comunicação são percebidos ao mesmo tempo como fonte e índice de capital político.

Baseando-se em critérios de normas e valores, que podem ser da empresa ou do próprio profissional, e levando-se em conta, também, critérios de noticiabilidade pensados na fatia do mercado da audiência e até mesmo na espetacularização, isso pode definir o que é noticiável e quem compõe a notícia. Miguel e Biroli (2010) acreditam que os meios de comunicação (no caso o jornalismo) dão preferência na medida em que tornam visíveis determinados personagens. Ao mesmo tempo, a visibilidade e a “constatação”, pelo jornalismo, de distinções e competências definidas com base em normas, valores e hierarquias que regem o campo da política e que os meios de comunicação absorvem (id, 2010c, p. 697). Dessa forma, nota-se o acordo onde haja consenso entre o jornalista e os atores políticos, bem como a busca e o compartilhamento de um código comum.

Segundo os autores, os meios de comunicação de massa “ecoam nos discursos parlamentares, têm impacto na formação da agenda legislativa e fazem às vezes de fórum de discussão para as elites políticas” (ibid, 2010b, p. 2-3). Para eles, a visibilidade midiática é um componente importante na produção do capital político, pois contribui para ampliar ou reduzir as oportunidades do ator, interferindo nas carreiras políticas. Além disso, a mídia tem forte impacto “sobre a compreensão que os cidadãos comuns têm da política e do comportamento de atores específicos” (MIGUEL & BIROLI, 2010b, p. 2-3). Por esse motivo, os autores completam (id) que a gestão da imagem pública, isto é, a gestão da visibilidade pessoal na mídia, é uma preocupação central e permanente dos atores políticos, que não se limita aos períodos de competição eleitoral.

A disputa por visibilidade, portanto, é uma das principais estratégias políticas na era da comunicação de massa, inclusive nos períodos não eleitorais (WEBER, 2007; GOMES, 2004). A questão é que, para conseguirem visibilidade, os atores políticos precisam enfrentar o poder dos próprios jornalistas sobre a atividade informativa e a definição dos critérios de noticiabilidade.

Se o poder, na formulação de Weber (2007), consiste na capacidade do sistema de dar visibilidade as suas versões e contagiar as demais redes de comunicação a repercutir e mobilizar a opinião pública em torno dos temas que lhe interessam (WEBER, 2007, p. 25),

nada mais natural que os políticos queiram interferir na produção de informação, entretenimento e propaganda institucional de interesse público dos veículos de mídia, especialmente dos legislativos. Um elemento importante a destacar é o objetivo da comunicação política.

Weber (2007) afirma ainda que todo o discurso construído no campo da política destina-se à eleição – isto é, o objetivo final é sempre o voto. Na opinião da professora, muito mais do que a necessidade de prestação de contas, os processos de comunicação inerentes aos regimes democráticos estão dirigidos à propaganda, seja “de um projeto político, de um sujeito, de um partido” (WEBER, 2007, p. 39). E isso ocorre mesmo em períodos não eleitorais, quando os sistemas de comunicação montados pelo poder público nas diferentes instâncias do governo buscam a visibilidade aos atores políticos e a credibilidade para seus discursos e versões dos fatos. Nesses períodos, há a produção de uma “informação cumulativa” dirigida a formação de imagem pública com incidência na decisão sobre o voto (p. 25). Uma rede voltada para a “eleição ininterrupta”, nas palavras de Gomes (2004).

Mas notamos que a política que chega ao público é a “política em cena”, não é a de negociações entre os atores, conforme analisa Gomes (2004, p. 115). Em outros termos, o discurso e o posicionamento público do ator político sobre determinados temas são tão essenciais no jogo político contemporâneo quanto a negociação entre os atores para a divisão do poder. Desse modo, o fator “publicidade” sempre precisa ser considerado nos cálculos das negociações, envolvendo a visibilidade midiática, dominante nas atuais sociedades, o risco de exposição negativa, a popularidade e a imagem pública dos atores políticos (GOMES, 2004, p. 116).

Cabe aqui um atributo jornalístico muito utilizado como componente da noticiabilidade: o valor-notícia. Ele ajuda os profissionais de imprensa a identificar “quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, para serem transformados em notícias” (WOLF, 2005). Sendo assim, existem critérios de relevância apontados pelos profissionais da imprensa que constituem um processo de produção jornalística. O valor-notícia ajuda, então, a formular uma rotina de trabalho a partir de critérios preestabelecidos de acordo com os interesses dos profissionais da mídia.

Dessa forma podemos definir valor-notícia, então, como um dos fatores o entendimento que a própria imprensa tem do seu trabalho nas sociedades democráticas. Por exemplo, se uma transgressão no campo da política representa um abuso de poder ou uma “traição” do voto, a mídia tende a considerar o acontecimento de maior relevância, na medida em que se vê como instituição que procura proteger a sociedade.

É nesse contexto que o trabalho vai relacionar as CPIs da Assembleia Legislativa do Paraná analisadas relativizando o conceito de Thompson (2002) e os escândalos políticos midiáticos, que segundo o autor além de implicarem alguns tipos de transgressões, eles tem que ser conhecidos de outros e suficientemente sérios para provocar uma resposta pública (THOMPSON, 2002, p. 47).

Observamos na pesquisa empírica que o trabalho investigativo dos profissionais da comunicação não esteve presente e as CPIs analisadas, portanto, não tiveram visibilidade comparada às CPIs de âmbito nacional, como abordaremos no Capítulo III. Ao compararmos as semelhanças e diferenças entre a cobertura das CPIs nacionais com as CPIs regionais, embora o fato que origina a criação de CPI seja escandaloso, a cobertura por parte das CPIs regionais foi burocrática e técnica e não há escândalo nesse tipo de cobertura, pois o enquadramento dado pelos meios de comunicação estudados não configuraram princípios de organização como defende Goffman (1986). Segundo o autor, “tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: ‘O que está ocorrendo aqui?’”. Porto (2002) interpreta neste enfoque ao afirmar que enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais (p. 3), que serão discutidos a seguir.

2.5 ENQUADRAMENTO, ALGUMAS VERTENTES

Vários estudos tratam do conceito e uma dos primeiros a relacionar este com os estudos do jornalismo foi apresentado por Todd Gitlin (1980) que define enquadramentos como princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos por “pequenas teorias tácitas” acerca do que existe, do que acontece e do que importa (GITLIN, 1980: 6). O conceito acadêmico de enquadramento é, a grosso modo, o ato de enquadrar (ENTMAN, 1993). Algumas correntes de estudos de enquadramentos e revisão são tratados nos estudos de Paul D’Angelo (2002), como a visão “**cognitivista**” que entende enquadramentos como elementos que ativam um ‘conhecimento prévio’ dos indivíduos e, assim, potencializam determinadas interpretações. Uma outra vertente é a “**crítica**”, na qual enquadramentos são entendidos como resultado das rotinas de produção das notícias, e nesse sentido, a mídia aparece de forma mais proativa, apresentando intencionalmente determinadas interpretações sobre a realidade – geralmente, originárias de valores sustentados pelas elites políticas e econômicas.

A perspectiva de enquadramento para a qual o trabalho está ancorado tem William Gamson como um dos seus principais formuladores, é o paradigma “**construcionista**”, que defende que o discurso midiático se apresenta por meio de um conjunto de “pacotes interpretativos” – na maioria das vezes, competidores entre si, como um leque de discursos que interagem de maneira complexa. Essa abordagem entende que as diversas metáforas, slogans, representações e imagens poderiam ser “arquivadas” em pacotes interpretativos e, no centro de cada um, está um enquadramento, definido como “ideia central organizadora” que agrupa e dá coerência e significado aos diversos símbolos (GAMSON & MODIGLIANI, 1989: 2).

Também caracteriza essa abordagem a pressuposição de uma relação dinâmica entre os interesses das fontes de informação em amplificar suas perspectivas e os interesses do jornalista – figuras ativas na organização e formulação dos conteúdos que vão para as páginas dos jornais (GAMSON & LASCH, 1993: 7). Esta linha de pesquisa segundo Senne (2009) não entende os *frames* exclusivamente a partir de esquemas cognitivos arraigados nos indivíduos, e nem apenas como mecanismos conscientemente fabricados pelas rotinas jornalistas. De uma perspectiva construcionista, a definição dos enquadramentos é menos uma questão de dominação, e mais um entrelaçar complexo, ou “*co-optation*”, no termo inglês. (SENNE, 2009, p. 50).

2.6 “PACOTE INTERPRETATIVO” DE ENQUADRAMENTO

A partir da perspectiva teórica do enquadramento, alguns pontos merecem ser aprofundados de forma a dar consistência a uma operacionalização da análise. Para além dos paradigmas mais gerais, que prevalecem nos estudos sobre os enquadramentos, uma sistematização prática que nos parece interessante é a tipologia sugerida por Mauro Porto (2004) entre os enquadramentos “**noticiosos**” e “**interpretativos**”. Os enquadramentos noticiosos estariam fortemente ligados ao trabalho jornalístico, realizados como fruto da lógica de produção da notícia. Já os enquadramento interpretativos seriam aqueles oriundos de processos culturais, resultante de contextos mais amplos, normalmente associados a determinados atores sociais que interferem na definição de problemas e avaliações sobre determinado tema específico.

A ideia de enquadramento (*frames*), derivada de uma sociologia preocupada em compreender como os indivíduos classificavam e organizavam suas experiências de vida para a elas atribuir sentido – como produziam “esquemas de interpretação” ou “quadros de

sentido” (Goffman, 1974) – ganhou papel de destaque no campo da comunicação, em particular nos estudos do jornalismo, há mais de trinta anos (ANTUNES, 2009, p86). Os enquadramentos são quadros de referência geral que permitem aos indivíduos “localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas” (GOFFMAN, 1974, p.21), de tal forma a permitir que eles consigam dar sentido aos eventos e às situações sociais. Funcionariam como ordenadores da realidade percebida, tendo a imprensa a incumbência de tornar visível e compreensível eventos que dificilmente seriam processados caso não se recorresse ao *framing*.

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um contexto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1994 apud PORTO, 2007, p. 117)

A abordagem metodológica escolhida para a análise do material discursivo da assessoria da imprensa da ALEP, dos telejornais da RPC TV e dos impressos do jornal Metro se fundamentam na investigação de enquadramentos desenvolvida pela primeira vez por Gamson & Modigliani (1989), na qual se procura identificar os enquadramentos noticiosos. Esse operador analítico tem a tarefa de construir, ao longo do tempo, por agregar novas percepções e se tornarem recorrentes, um significado para uma temática. Esse tipo de enquadramento, que não pode ser confundido com meras posições a favor ou contra um tema, fundamenta o discurso da imprensa.

Note-se que esse modelo de relacionamento do discurso da mídia e a opinião pública não reivindica que o discurso da mídia provoque uma mudança da opinião pública. Mas se os pacotes e seus elementos são ferramentas essenciais, então faz uma diferença considerável que alguns estejam mais disponíveis que outros. Compreender o mundo exige esforço, e essas ferramentas que são desenvolvidas, destacadas e tomadas acessíveis têm uma maior chance de serem usadas. (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 10).

William Gamson (1992) entende que o discurso das mídias de massa, embora seja somente uma parte do discurso público, é uma boa representação do todo e é por meio dele que as pessoas formulam a sua compreensão sobre questões políticas. Trata-se de um instrumento valioso para que as pessoas, junto de seu próprio repertório de conhecimentos e experiências particulares e também de laços de amizade e de trabalho, produzam um argumento conversacional a respeito de uma questão. Contudo, em qualquer situação, as notícias são capazes de guiar as pessoas para algum **“pacote interpretativo”** coerente acerca

de uma questão, o que reforça o papel dos meios de comunicação de massa em apontar conexões, interpretar, revelar detalhes, contextualizar os mais diversos assuntos, de tal forma que as pessoas possam elaborar seu próprio entendimento do mundo.

Essa distinção é bastante útil na medida em que separa, por um lado, o uso do conceito de enquadramento para designar formatos pautados pelas escolhas do campo jornalístico – ou aqueles que determinariam o que, no senso comum, chamaríamos de “ângulo da notícia” –, em contraposição aos enquadramentos que refletem posições construídas em contextos mais amplos que podem ou não ser incorporadas pela mídia (PORTO, 2004: 92). Em suma, enquanto alguns enquadramentos se aprofundam sobre formatos de cobertura (noticiosos), como, por exemplo, o fato de as eleições serem cobertas como uma “corrida de cavalos”, outros estão preocupados em descobrir como determinadas saliências promoveram uma visão particular sobre a política, a história dos candidatos, as representações sobre suas propostas (interpretativos).

Ao mostrarmos algumas perspectivas possíveis de enquadramento nos levou a recorrer a alguns recortes. De modo geral, vamos adotar para a pesquisa uma abordagem dos enquadramentos como “ideia central organizadora” (GAMSON, 1989) que segue uma linha mais próxima do “construcionismo”. Para os fins desta pesquisa, o fundamental é uma preocupação em relação à capacidade dos enquadramentos oferecerem um princípio organizador da cobertura, ou seja, elementos que identifiquem mecanismos midiáticos de administração da cobertura política das CPIs da ALEP.

Não são alvo de análise, portanto, as eventuais interpretações que estiverem presentes nas coberturas – sejam elas políticas, ideológicas ou culturais. Nos termos de Entman (2004), nossa preocupação é mais “procedimental” em relação à dinâmica da cobertura do que “substantiva”, no sentido de um aprofundamento sobre o pano de fundo discutido durante cada escândalo.

Atualmente as pessoas tomam conhecimento dos temas debatidos na sociedade principalmente por meio dos meios de comunicação, ou seja, pela mediação e não mais apenas pelo contato face a face. Entretanto, a diversidade de acontecimentos factuais todos os dias faz com que apenas alguns temas sejam escolhidos pelos pauteiros, editores e repórteres dos jornais, sejam eles impressos, no rádio, na televisão ou na internet. Para esta seleção os profissionais da comunicação levam em conta os critérios de noticiabilidade¹³ e de

¹³ Critérios de noticiabilidade são um conjunto de requisitos que exige-se dos fatos para que os mesmos sejam considerados relevantes a ponto de serem noticiados. Caso o fato não contenha esses critérios ele não é considerado notícia. (WOLF, 2006).

profissionalismo, e selecionam alguns fatos para se tornarem notícia. Ao mesmo tempo, outros acontecimentos deixam de ser reportados pela mídia. Desta forma os jornalistas ao publicarem as notícias estão agendando e tematizando assuntos sobre os quais os cidadãos podem discutir e formar opinião, e enquadrando segundo seus critérios do que é mais importante para o público.

A identificação do enquadramento de uma matéria ou reportagem consiste na busca da definição do problema apresentado, na verificação da existência ou não da personalização do problema, na identificação das causas do problema apresentado na reportagem, na identificação dos atores, na solução deste problema e a quem está sendo creditada tal solução, além da avaliação moral do problema. Nas notícias políticas o enquadramento agrega valor, sendo uma das maiores funções inseridas sobre o poder político, “pois o *frame* no texto informativo é a marca do poder” (ENTMAN, 1993, p.5).

A pesquisa empírica está sustentada no conceito de enquadramentos “noticiosos” de Gamson & Modigliani (1989) e de Mauro Porto (2004) que se originam mais fortemente do trabalho jornalístico realizados pela lógica da produção da notícia.

3 APRESENTAÇÃO DA COBERTURA POLÍTICA DAS CPIS DA ALEP

Pensando na realização de uma análise comparativa entre a cobertura política dada ao trabalho da Assembleia Legislativa do Paraná, durante o ano de 2013 e tendo como marco a perspectiva do enquadramento, conforme já argumentamos no **Capítulo I**, buscaremos mostrar a seguir, uma reflexão metodológica com o objetivo de tornar explícitos os critérios e recortes adotados para a pesquisa. Este capítulo pretende reconstruir os caminhos percorridos nesse sentido, em um movimento que vai do processo de escolha dos veículos até a definição dos casos a serem analisados, a seleção de notícias e a amostragem.

3.1 CONCEITUANDO A ESCOLHA DA COBERTURA

A utilização do método quantitativo nas pesquisas sobre cobertura jornalística tem por objetivo identificar como que determinados temas aparecem nos jornais por meio de uma série de características que podem ser medidas e contabilizadas (CERVI&MASSUCHIN, 2013, p. 844). Essa metodologia exige a análise e tabulação de um grande número de casos, o que, de acordo com Davis (1976, p.15), exige amostras de grande tamanho, para detectar diferenças significativas e “o fato de que nossos procedimentos exijam grande número de dados evita que se façam afirmações à base de evidências insuficientes.” E, este método permite verificar diferenças, quantidades, tendências e enfoque da cobertura da mídia.

Como defende Cervi (2013) o que define o procedimento da pesquisa não é o pesquisador e sim o objeto a ser estudado e os objetivos avaliados. Ou seja, a escolha do método está relacionada com o objeto e não com as preferências do pesquisador. Para a utilização da metodologia quantitativa são necessárias algumas orientações, tais como a exigência de um grande número de casos para a possibilidade de detectar diferenças significativas e poder fazer inferência na realidade (DAVIS, 1976).

Pesquisas quantitativas consideram que os fenômenos sociais podem ser explicados a partir da representação em números que permitem algumas generalizações e indicam relações de causalidade que validam ou rejeitam certas teorias (CERVI, 2009). Os métodos quantitativos permitem relacionar os dados da realidade social com teorias já existentes e observar como elas se aplicam em casos específicos. O processo de coletas de evidências, na realidade parte sempre de ideias e conceitos resultantes de outros estudos, e que por meio de técnicas, podem ser medidas e contadas em objetos específicos (Ibid, 2009). “Dessa forma, tenta-se compreender como as variáveis utilizadas na coleta de dados representam os

conceitos teóricos já existentes e de que maneira, quando correlacionadas, podem contribuir para explicar a produção que os periódicos fazem sobre temas políticos”. (CERVI&MASSUCHIN, 2013, p 846).

A pesquisa utiliza o método quantitativo de descrição no caso as CPIs da Assembleia Legislativa do Paraná. A escolha do método está relacionada com o objetivo da pesquisa, que busca relacionar os dados da realidade com os conceitos e teorias já existentes, por meio da coleta e descrição de conteúdo dos jornais impressos, dos telejornais e dos *releases* da assessoria de imprensa da ALEP.

Para este projeto foram utilizadas duas estratégias de pesquisa: em um primeiro momento o trabalho fez o levantamento de todo material produzido durante o ano de 2013, pelos veículos de comunicação analisados (assessoria de imprensa da ALEP, pelos conteúdos produzidos pelos telejornais da RPC TV e pelas matérias publicadas no jornal Metro) que abordaram o tema CPI da Assembleia Legislativa. As CPIs que apareceram nesse primeiro momento da pesquisa foram as seguintes: Grandes Devedores de Tributos, Ibope Eleições 2012, Copa do Mundo 2014, Pedágios, Telefonia Móvel e Planos de Saúde¹⁴.

No segundo momento foram consideradas três CPIs a dos Pedágios, Planos de Saúde e Telefonia Móvel para o levantamento da análise comparativa das semelhanças e diferenças dos conteúdos veiculados nos três veículos de comunicação para que o trabalho possa responder a pergunta do objeto de pesquisa. O critério para seleção do recorte do *corpus* da pesquisa foi o temporal, já que as CPIs têm prazo regimental, normalmente, de noventa dias, prorrogável por igual período se forem necessários na realização dos trabalhos.

3.2 AS CPIs DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ ANALISADAS

Com o abordamos anteriormente, consideramos para nossa pesquisa apenas três das seis CPIs que estavam em funcionamento durante o ano de 2013 na Assembleia Legislativa do Paraná. Não consideramos a data de abertura da CPI na ALEP, mas sim as comissões que estavam em funcionamento durante o ano vigente de 2013. Nesse sentido, optamos por identificar, as CPIs que tiveram um maior número de produção de notícias e foi, assim, que a

¹⁴ As CPIs Grandes Devedores de Tributos, Ibope Eleições 2012 e Copa do Mundo 2014 não serão consideradas na pesquisa pois elas aparecem no levantamento dos conteúdos dos meios analisados, mas foram abertas durante o ano de 2013 e/ou estavam aguardando relatório final e continuavam abertas em 2013, por isso aparecem nessa primeira parte da pesquisa e o recorte primeiro do trabalho é analisar as CPIs abertas durante o ano de 2013.

pesquisa ficou restrita a apenas três CPIs que estavam em andamento durante o ano de 2013: dos pedágios, dos planos de saúde e da telefonia móvel.

Mas o que é uma CPI? Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é um dos gêneros das Comissões Temporárias previstas no Legislativo. Elas são formadas para o exercício do poder investigatório sobre um fato. É chamado de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) o instrumento legado ao Poder Legislativo, dotado da atribuição constitucional de investigar e fiscalizar eventuais desmandos no aparelho estatal, atuando no controle da administração pública e na defesa dos interesses da coletividade. Tal forma de fiscalização institucional surgiu ainda na época do Império, na forma das investigações em repartições públicas, promovidas pelas assembleias legislativas. Não há notícias nesse período da instalação de CPIs com o objetivo de investigar a atuação do Poder Executivo.

A CPI possui poder de investigação próprios das autoridades judiciais, devendo apurar um fato determinado e por prazo certo. Ela pode ser criada no âmbito de cada uma das casas, (Câmara ou Senado) por requerimento de um terço de seus respectivos parlamentares, ou do Congresso Nacional, por requerimento de um terço dos senadores e um terço dos deputados. CPIs têm ainda o poder de convocar pessoas para depor, ouvir testemunhas, requisitar documentos e determinar diligências, além de outras medidas. Finalizados os trabalhos, a comissão envia à Mesa, para conhecimento do Plenário, um relatório com as devidas conclusões, que poderá apontar para a apresentação de projeto de lei. Se for o caso, suas conclusões serão remetidas ao ministério público, para que este promova a responsabilização civil e criminal dos infratores.

Para que seja instaurada uma CPI é necessário um número de assinaturas em seu requerimento de criação. A doutrina majoritária entende que basta o requerimento ser subscrito por um terço dos membros da casa legislativa que esta será criada automaticamente. Caso o número mínimo de assinaturas não seja alcançado, o autor poderá, se assim entender, submeter a proposta de CPI à apreciação do Plenário, que decidirá a respeito.

Há ainda alguns importantes requisitos a serem respeitados, seja na Câmara, no Senado ou no Legislativo estadual: requerimento de um terço dos membros componentes da respectiva casa legislativa que vai investigar o fato (requisito formal); que haja fato determinado (requisito substancial); que haja prazo certo para o seu funcionamento (requisito temporal); e que suas conclusões sejam encaminhadas ao Ministério Público, se for o caso. O responsável pelo início formal dos trabalhos de uma CPI é o presidente da casa legislativa onde a comissão foi proposta.

Os membros da CPI são indicados pelos líderes de seus partidos. Os nomes indicados deverão ser designados pelo Presidente da Casa Legislativa respectiva. Vale lembrar ainda que toda CPI possui um prazo certo, o que significa que o seu funcionamento não pode se prolongar irrestritamente no tempo, mesmo havendo a possibilidade de sua prorrogação .

3.2.1 CPI dos Planos de Saúde

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Planos de Saúde, instaurada no dia 07 de novembro de 2012 na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), foi criada para investigar a atuação das empresas que prestam serviço de saúde complementar no estado. A CPI foi criada após uma sugestão da Comissão de Defesa do Consumidor, presidida pelo deputado Leonaldo Paranhos (PSC), e é resultado de uma reivindicação da Associação Médica do Paraná (AMP), do Conselho Regional de Medicina (CRM-PR) e do Sindicato dos Médicos (Simepar).

Segundo o assessor jurídico de Paranhos, Cesar Tuponi, os parlamentares começaram a perceber que as resoluções da Agência Nacional de Saúde (ANS) não eram cumpridas e, por isso, resolveram agir. "A comissão tentou contato [com as empresas] individualmente, solicitando uma resposta às reivindicações, mas o retorno não foi satisfatório", afirmou. De acordo com ele, há um temor de que, em breve, os profissionais não tenham mais interesse em atender pelos planos de saúde. "Começamos a ouvir muito a palavra descredenciamento. Atender pelos planos passou a ser desvantajoso para os médicos. É possível que, num curto período de tempo, apenas os profissionais recém-formados queiram se credenciar".

A CPI dos Planos de Saúde foi instalada para investigar a relação entre as operadoras dos planos e os prestadores de serviço. O objetivo era ouvir a comunidade e também os médicos sobre irregularidades com relação a alguns procedimentos, taxas de consultas e pagamentos de honorários dos profissionais defasados, segundo a entidade, há pelo menos dez anos. A consequência disso é que desde abril de 2011 ocorreram 3 mil descredenciamentos no Paraná. Segundo o presidente da CPI dos Planos de Saúde, Adelino Ribeiro (PSL), existe, claramente, uma negligência da Agência Nacional de Saúde, porque a reclamação sobre os honorários médicos não é exclusiva do Paraná, ela ocorre no Brasil inteiro. De acordo com o Procon do Paraná, no Estado foram registradas mais de 1,7 mil reclamações contra os planos de saúde apenas no ano passado, número menor apenas que a telefonia.

Fizeram parte da CPI dos Planos de Saúde os seguintes deputados: Adelino Ribeiro (PSL - presidente); Anibelli Neto (PMDB – relator); Stephanes Júnior (PMDB), Péricles de Mello (PT), Tercílio Turini (PPS), Leonaldo Paranhos (PSC) e Mauro Moraes (PSDB).

3.2.2 CPI da Telefonia Móvel

A CPI da telefonia móvel foi criada em novembro de 2012, com a finalidade de investigar e fiscalizar a baixa qualidade do serviço e as sucessivas quedas de sinal das empresas operadoras de telefonia móvel no Estado do Paraná. A CPI só passou a funcionar em abril de 2013, quando os deputados Leonaldo Paranhos (PSC) e Nereu Moura (PMDB) aceitaram assumir respectivamente a presidência e relatoria da comissão, após uma conversa com outros partidos. A intenção na criação dessa CPI é fazer com que as empresas melhorem os serviços e que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) cumpra com o papel de agência reguladora, o que não está ocorrendo. A alegação quando da criação da CPI é de que a Anatel, como agência reguladora deveria supervisionar, fiscalizar e tomar iniciativas quando da má qualidade que as operadoras oferecem ao usuário. As principais operadoras hoje no Brasil são multinacionais e estão desrespeitando o código de defesa do consumidor.

Tendo em vista as irregularidades e a falta de fiscalização por parte da Anatel, a central móvel da CPI passou por oito cidades do Estado (Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Pato Branco, Guarapuava, Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Cascavel) além da capital Curitiba, para coletar reclamações dos consumidores. Após encerrar a coleta de informações com a central móvel, a comissão reunirá todos os dados, ou seja, reclamações em papéis e em vídeos, para apresentar em audiências públicas para os presidentes das operadoras, presidente da Anatel, ministro das Telecomunicações e deputados da comissão da defesa dos consumidores.

Compõem a CPI da Telefonia além do deputado Leonaldo Paranhos (PSC - presidente) e do deputado Nereu Moura (PMDB – relator) como membros os deputados Bernardo Carli (PSDB), Gilberto Martin (PMDB), Professor Lemos (PT), Roberto Accioly (PV) e Luiz Carlos Martins (PSD).

3.2.3 CPI dos Pedágios

A CPI do Pedágio foi instalada em julho de 2013 para investigar os contratos entre governo e concessionárias. Os deputados ouviram mais de cem pessoas. Entre elas, o ex-governador Jaime

Lerner, que, em outubro de 2013, disse que o pedágio era a única saída para melhorar a situação da malha viária nos anos 1990. A intenção com a criação desta CPI foi de verificar os contratos de concessão, suas alterações, as obrigações das concessionárias, as obrigações do estado, como foi realizado o processo licitatório, que concedeu o direito as concessionárias de explorar o pedágio.

A instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pedágio na Assembleia Legislativa do Paraná foi marcada por discussões envolvendo o deputado Cleiton Kielse (PEN) que discordou da forma como foram escolhidos o presidente, Nelson Luersen (PDT), e o relator, Douglas Fabrício (MD).

O deputado Cleiton Kielsen chegou a solicitar a abertura da CPI do Pedágio já em 2011. Naquela ocasião, entretanto, a comissão não foi instalada porque alguns deputados retiraram a assinatura do requerimento. No ano seguinte, a eliminação da CPI ainda tinha reflexos e provou confronto entre os deputados a ponto de haver troca de acusações de pistolagem e corrupção entre os deputados Cleiton Kielse e Ney Leprevost (PSD) em Plenário. À época, o presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), afirmou que a comissão não avançou no legislativo estadual por questões regimentares. Diante da confusão, o deputado Nelson Luersen apresentou um novo requerimento para a instalação da CPI do Pedágio. Após manobras e desistências, finalmente, a CPI foi criada.

O deputado Cleiton Kielse explicou em entrevista ao G1 (portal de notícias da globo.com) que questionou a forma como foram definidos o relator e o presidente da comissão. “Entraram quatro deputados na sala e definiram, juntamente com o líder do governo, quem ia ser o presidente, o vice-presidente, o secretário e o relator. Completamente fora da normalidade”, disse o deputado. Para ele a indicação dos nomes foi direcionada para integrantes da base de apoio ao governador Beto Richa (PSDB) propositadamente. “Fizeram um pacote pronto, ordenado pelo líder do governo, com orientação do próprio Palácio do Iguaçu, como deveria ser, colocaram deputados que sempre foram a favor dos pedágios (...) Infelizmente, a gente já sabe o resultado desta CPI”.

O líder do governo na Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), negou que o governo tenha o interesse em indicar deputados para comporem a comissão. “O critério de indicação de nomes é um critério da composição partidária. Ela [a indicação] é feita de acordo com o número de parlamentares eleitos e que tomaram posse no início do período legislativo. Os líderes partidários indicam os membros da CPI. Agora, é um critério regimental, não é uma invenção”, disse Traiano.

Tradicionalmente, a presidência e a relatoria das CPI são definidas logo no início dos trabalhos da comissão. Todavia, é comum o propositor da comissão ficar com o cargo de presidente. O Regimento Interno da Assembleia não menciona como deve ser eleito o presidente e o relator de uma CPI. O artigo 41 menciona apenas que caso as comissões, sejam elas

permanentes, especiais ou de inquérito, não elegerem o presidente, caberá ao presidente da Casa coordenar a definição. No artigo 42, consta que cabe ao presidente da comissão designar relatores.

Compõem a CPI dos Pedágios, além do deputado Nelson Luersen (PDT - presidente) e do deputado Douglas Fabrício (MD – relator) como membros os deputados Adelino Ribeiro (PSDB), Artagão Júnior (PMDB), Bernardo Carli (PSDB), Francisco Bühner (PSDB), Nereu Moura (PMDB), Péricles de Mello (PT) e Wilson Quinteiro (PSB). O DEM abriu mão da vaga e cedeu ao PSDB.

4 COBERTURA SOBRE AS CPIS DA ALEP: PESQUISA DE CAMPO

Pensando na realização de uma análise comparativa entre a cobertura política dada ao trabalho da Assembleia Legislativa do Paraná, durante o ano de 2013, relativizando o conceito de escândalo político midiático de Thompson (2002), e tendo como marco a perspectiva do enquadramento, conforme já argumentamos no Capítulo III, buscaremos mostrar a seguir, uma reflexão metodológica com o objetivo de tornar explícitos os critérios e recortes adotados para a pesquisa. Este capítulo pretende reconstruir os caminhos percorridos nesse sentido, em um movimento que vai do processo de escolha dos veículos até a definição dos casos a serem analisados, a seleção de notícias e a amostragem.

4.1 A ESCOLHA DAS COBERTURAS

Inicialmente buscamos identificar, como processos de luta pelo poder simbólico são transpostos para a prática jornalística. Uma característica central desses casos é uma mínima continuidade – que segundo Thompson (2002) se expressa na geração de contra-alegações e de transgressões de segunda ordem provocadoras de um embate simbólico entre os atores envolvidos. Nesse sentido, o primeiro critério para seleção das coberturas foi o reconhecimento de casos que tenham uma duração temporal nos três veículos de comunicação analisados.

Em segundo lugar, adotaremos um critério de destaque. Como lembram Tumber e Waisbord (2004^a: 1079), a forma como se dá a cobertura da mídia é o “barômetro” que indica a existência (ou a ausência) de um escândalo. Quando estão expostos com estardalhaço nas manchetes, os escândalos tendem a ser presentes e relevantes. Quando estão enterrados nas páginas internas ou ignorados, o escândalo pode ser considerado acabado.

Por fim, a seleção passou pela identificação de uma transgressão de valores, normas ou códigos morais. Thompson (2002) desenvolve uma tipologia dos EPMs, que os dividem em “escândalos sexuais”, “escândalos financeiros” e “escândalos de poder”. O que une os vários tipos, independentemente do formato da transgressão, segundo o autor, é o envolvimento de indivíduos ou ações que estão situadas dentro de um campo político e têm impactos no âmbito dessas relações. O trabalho irá mostrar que o conceito de Thompson (2012) não se configurou nas CPIs regionais, pois o fato que dá origem às CPIs é escandaloso mas a cobertura utilizada pelos meios de comunicação analisados foi burocrática e técnica ao abordar as CPIs regionais.

Nesse sentido, optamos por identificar, as CPIs que tiveram um maior número de produção de notícias e foi assim que a pesquisa ficou restrita a apenas três CPIs que estavam em andamento durante o ano de 2013: dos pedágios, dos planos de saúde e da telefonia móvel. A tabela mostra o número total de matérias que abordaram o tema nos veículos de comunicação analisados.

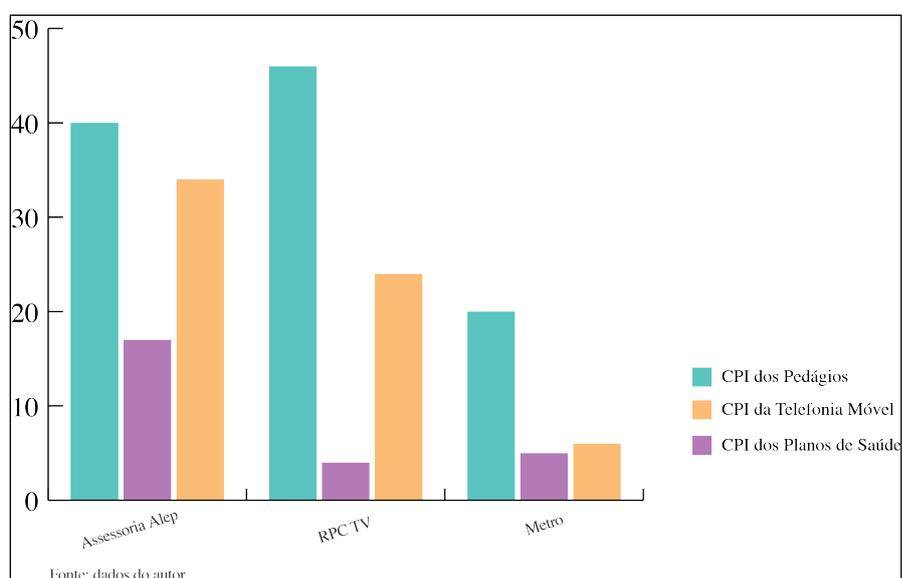
Tabela 1 – Levantamento do número de matérias que abordaram CPIs durante o ano de 2013

CPIs analisadas	Assessoria ALEP	Telejornais RPC TV	Jornal Metro
Copa do Mundo 2014	2	1	0
Grandes Devedores de Tributos	1	0	0
Ibope Eleições 2012	0	0	0
Pedágios	40	46	17
Planos de Saúde	17	4	5
Telefonia Móvel	34	24	6
Total de matérias	94	75	31

Fonte: dados do autor

Comparada ao volume de matérias e da visibilidade das CPIs nacionais houve, regionalmente, uma baixa incidência da cobertura dos veículos de comunicação analisados, ou seja, dos telejornais da RPC TV e do jornal Metro. A pesquisa, em um segundo momento, verifica agora se houve semelhanças ou diferenças na cobertura política sobre o trabalho das CPIs nos meios de comunicação estudados.

Gráfico 1 – CPIs utilizadas na análise da cobertura



O gráfico da página anterior ilustra somente as CPIs dos Pedágios, da Telefonia Móvel e dos Planos de Saúde em número de material coletado e que fazem parte da análise da cobertura a seguir detalhando cada uma das matérias.

4.2 COBERTURA DA CPI DOS PLANOS DE SAÚDE

A pesquisa traz agora a relação das matérias disponibilizadas pela assessoria de comunicação, pelos telejornais da RPC TV e pelo jornal Metro que foram disponibilizadas para os meios de comunicação informando sobre o trabalho primeiramente da CPI dos Planos de Saúde. Como abordado já em capítulo anterior, nosso recorte foi o ano de 2013 e iniciamos nossa análise – mês a mês – a partir do mês de fevereiro para melhor acompanhamento da cobertura dada ao trabalho das CPIs, já que no mês de janeiro não houve sessão na CPI. Todo o material coletado pela assessoria está disponível no apêndice dessa pesquisa.

4.2.1 Cobertura durante o mês de fevereiro de 2013

No dia 15 de fevereiro de 2013, a assessoria de imprensa disponibilizou à imprensa matéria com o título “CPI dos Planos de Saúde ouvirá presidente da Associação Médica do Paraná na terça-feira (19)”. Já no dia 18 a assessoria disponibilizou *release* aos meios de comunicação matéria com o título: “CPI dos Planos de Saúde ouve presidente da Associação Médica do Paraná”; no dia 19 de fevereiro a matéria disponibilizada traz o título: “CPI dos Planos de Saúde ouve dirigentes da Associação Médica do Paraná.

A cobertura dada ao trabalho das CPIs dos Planos de Saúde pelos telejornais da RPC TV não tratou do tema durante o mês de fevereiro. Já o jornal Metro publicou uma nota relatando reunião ocorrida no dia anterior quando foi ouvido o presidente da AMP (Associação Médica do Paraná), conforme mostramos abaixo:



Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quarta-feira, 20 de fevereiro de 2013, p.2

Enquanto a assessoria de imprensa da ALEP disponibilizou material relatando as reuniões e oitivas que seriam realizadas, inclusive com o presidente da Associação Médica do Paraná (AMP), João Carlos Baracho e posteriormente enviando material relatando como foi a reunião e as declarações do presidente da AMP de que a Unimed Curitiba estaria deflacionando os honorários médicos e agravando ainda mais a situação dos médicos, trazendo dados da associação médica que mostram mais de três mil descredenciamentos no Paraná nos últimos dois anos. O descredenciamento foi total dos médicos nos municípios de União da Vitória e Ivaiporã, segundo Baracho, o jornal Metro trouxe apenas uma nota abordando a reunião com uma declaração de Baracho sobre a necessidade de uma nova legislação com melhor remuneração para os médicos com previsão de reajustes anuais. Como abordamos anteriormente, os telejornais da RPC TV não trataram do tema CPI dos Planos de Saúde durante o mês de fevereiro. As matérias completas da assessoria de imprensa da ALEP estão no apêndice do trabalho.

4.2.2 Cobertura durante o mês de março de 2013

No mês de março, dia 01, a assessoria de imprensa da ALEP deixou disponível no site da ALEP matéria sobre a CPI dos Planos de Saúde com o seguinte título: "CPI dos Planos de Saúde promoverá nova reunião na terça-feira (5)"; no dia 4 de março a assessoria de imprensa da ALEP

produziu material com o título: “Reunião da CPI dos Planos de Saúde é transferida para a próxima semana”.

Os telejornais da RPC TV não veicularam, durante o mês de março, reportagens que abordavam o tema CPI dos Planos de Saúde. O jornal Metro, também não publicou matéria que tratasse do tema.

4.2.3 Cobertura durante o mês de abril de 2013

No mês de abril, dia 5, a assessoria de imprensa da ALEP disponibilizou matéria aos meios de comunicação com o título: “CPI dos Planos de Saúde ouve representantes da ANS na terça-feira (9)”; no dia 8 a assessoria produziu matéria com o título: “CPI dos Planos de Saúde ouve representantes da ANS”; no dia 12, matéria da assessoria de imprensa da ALEP traz como título: “CPI dos Planos de Saúde pede prorrogação e tem nova reunião na terça-feira (16)”; já no dia 16, a assessoria disponibilizou matéria com o seguinte título: “CPI dos Planos de Saúde ouve Procon e representantes dos profissionais de odontologia”.

O jornal Metro publicou matérias nos dias 10, 15 e 17 de abril, como mostramos a seguir:

Saúde. ANS admite que não recebe por multas

Em reunião ontem da CPI dos Planos de Saúde na Assembleia Legislativa, o gerente de fiscalização a ANS (Agência Nacional de Saúde) Francisco Telles reconheceu que o órgão não vem recebendo, efetivamente, as multas que cobra. Segundo ele, nos últimos anos foram aplicados mais de R\$ 1,2 bilhão em multas às operadoras, mas que menos de R\$ 60 milhões foram pagos, já que as empresas recorrem. “É preciso mudar o sistema de fiscalização”, afirmou.

Depois disso, os integrantes da CPI solicitaram ao órgão que informe, por escrito, sobre todas as multas aplicadas às operadoras de planos de saúde suplementar que atuam no Estado do Paraná. Os deputados também questionaram os honorários



“Não está ocorrendo a fiscalização adequada, os itens que devem constar em contrato não estão sendo cumpridos.”

ADELINO RIBEIRO (PSL), PRESIDENTE DA CPI

médicos pagos pelas operadoras, mas a ANS informou que não pode balizar preços. “Interferimos quando o usuário é prejudicado”, disse Maurício Nunes, da agência.

● METRO CURITIBA

Ao contrário do jornal Metro, a assessoria de imprensa da ALEP não disponibilizou material relatando o conteúdo das declarações do gerente de fiscalização da ANS, Francisco Telles, que declarou – como mostra matéria publicada no jornal Metro acima –, que o órgão não recebe, efetivamente, as multas que cobra. O valor estimado das multas, no último ano, segundo Telles, chega a R\$ 1,2 bilhão mas que as operadoras de planos de saúde recorrem e o valor recebido não ultrapassam R\$ 60 milhões. Os telejornais da RPC TV não fizeram a cobertura dos trabalhos da CPI dos Planos de Saúde durante o mês de abril. O material disponibilizado pela assessoria de imprensa da ALEP está no apêndice do trabalho.



Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quarta-feira, 15 de abril de 2013, p. 2



Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quarta-feira, 17 de abril de 2013, p. 2

Como mostram as publicações acima, o jornal Metro veiculou nota, no dia 15 de abril de 2013, informando que a coordenadora do Procon- PR, Claudia Silvano, seria ouvida no trabalho da CPI dos Planos de Saúde e na outra nota, do dia 17 de abril de 2013, relata declaração da coordenadora sobre o número de reclamações/dia junto ao Procon-PR. Matéria disponibilizada pela assessoria da ALEP traz, além das declarações da coordenadora do Procon-PR, declarações dos representantes dos profissionais de odontologia que apontaram a ineficiência da Agência Nacional de Saúde na fiscalização dos eventuais abusos e irregularidades praticados pelas operadoras dos planos de saúde. Os telejornais da RPC TV não fizeram a cobertura dos trabalhos da CPI dos Planos de Saúde durante o mês de abril. O material disponibilizado pela assessoria de imprensa da ALEP está disponível apêndice do trabalho.

4.2.4 Cobertura durante o mês de maio de 2013

A assessoria de imprensa da ALEP, disponibilizou matéria, no dia 7 de maio com o título: “CPI dos Planos de Saúde ouve representantes das operadoras”; já no dia 20 de maio de 2013, o release disponibilizado pela assessoria trouxe o título: “CPI dos Planos de Saúde ouve presidente da Unimed nesta terça-feira (21)”; no dia 21 a matéria traz o título: “Representantes da Unimed e da Unidonto participaram de reunião da CPI dos Planos de Saúde”; no dia 22 de maio o release enviado aos meios de comunicação trouxe o seguinte título: “CPI dos Planos de Saúde realiza audiência pública em Ponta Grossa”; no dia 23 a matéria repete o título: “CPI dos Planos de Saúde realiza audiência pública em Ponta Grossa”.

O telejornal Paraná TV edição da manhã, da RPC TV trouxe reportagem no dia 23 de maio, que mostra a audiência pública que investiga os serviços dos planos de saúde em Ponta Grossa. A reportagem de Vanessa Rumor informa que essas reuniões fazem parte da última etapa dos trabalhos. A ideia dessas audiências públicas é ouvir a população e receber possíveis denúncias de pessoas que tiveram algum problema com atendimento médico ou com plano de saúde. A reportagem fala que só no ano de 2012, foram registradas mais de 1.700 reclamações no Paraná de pacientes contra as empresas dos planos de saúde, número que ficou atrás apenas dos serviços de telefonia. A CPI foi criada, segundo a reportagem da RPC TV, depois do pedido da Associação Médica que alega que os honorários dos médicos estão defasados a pelo menos 10 anos. Em Ponta Grossa a audiência reuniu vereadores da cidade, deputados que fazem parte da comissão, Procon e representantes das empresas. No mesmo dia 23, no telejornal Paraná TV edição da tarde, a reportagem mostra que poucas pessoas participaram da reunião da CPI dos Planos de Saúde, em

Ponta Grossa, realizada na Câmara Municipal da cidade, repetindo as informações da reportagem anterior.

O jornal Metro publicou, durante o mês de maio, uma matéria fazendo a cobertura política do trabalho da CPI dos Planos de Saúde. Note-se que o jornal não publicou matérias abordando o trabalho itinerante da CPI que ocorreu em Ponta Grossa, por exemplo, conforme mostramos a seguir:

Saúde. CPI dos Planos de Saúde ouve a Unimed

Os deputados que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Planos de Saúde ouviram ontem o diretor-presidente da Unimed no Paraná, Orestes Barrozo Pullin, e o representante da Sociedade Cooperativa de Serviços Odontológicos (Uniodonto), Paulo Henrique Cariani.

A intenção é encontrar maneiras de melhorar a relação entre os médicos e os planos de saúde, já que os últimos meses foram marcados por protestos, motivados pela insatisfação dos profissionais com os valores repassados por consultas.

Os médicos alegam que os honorários são baixos e não correspondem ao serviço prestado. Por isso, optam pelo descredenciamento dos convênios.

Segundo o presidente da



Deputados esperam concluir relatório em um mês | SANDRO NASCIMENTO

CPI, deputado Adelino Ribeiro (PSL), o relatório deve estar pronto em um mês.

“Queremos saber quem falta com a verdade. Esperamos mostrar que as empresas investem muito em publicidade e pouco nos profissionais”, declarou o deputado. **METRO CURITIBA**

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quinta-feira, 22 de maio de 2013, p. 2

A matéria publicada pelo jornal Metro, conforme mostra acima, traz declarações do diretor-presidente da Unimed, Orestes Barroso Medeiros Pullin, e do representante da Sociedade Cooperativa de Serviços Odontológicos (Uniodonto), Paulo Henrique Cariani sobre o descredenciamento ocorrido nos convênios. A assessoria de imprensa da ALEP disponibiliza matéria informando que representantes da Unimed serão ouvidos, mas não tem material no site com declarações desses representantes; mas traz material que aborda as reuniões itinerantes no interior do Estado. O material disponibilizado pela assessoria de imprensa da ALEP assim como os vídeos dos telejornais da RPC TV que abordaram o tema durante o mês de maio fazem parte do apêndice do trabalho.

4.2.5 Cobertura durante o mês de junho de 2013

No mês de junho, dia 3, a assessoria de imprensa da ALEP, disponibilizou aos meios de comunicação matéria sobre a CPI dos Planos de Saúde com o seguinte título: “CPI dos Planos de Saúde realizará audiência pública em Londrina”; no dia 5 a matéria produzida traz como título: “Londrina recebe CPI dos Planos de Saúde nesta quinta-feira (6)”; e no dia 12 de junho, a assessoria de imprensa disponibilizou matéria com o seguinte título: “CPI dos Planos de Saúde encerra trabalhos em Cascavel na sexta-feira (14)”.

Nesse mês de junho de 2013, os telejornais da RPC TV Londrina trouxeram duas reportagens com a cobertura do trabalho da CPI dos Planos de Saúde. No dia 6 de junho a reportagem aborda informa que o atendimento aos pacientes do SUS e também quem tem plano de saúde está sendo discutido na audiência em Londrina na Câmara Municipal com os integrantes da CPI dos Planos de Saúde. A matéria traz reportagem de Eduardo Lhamas com o coordenador do Procon na cidade de Londrina, Roberto Brum, que informa que aumentou o número de reclamações sobre cobrança indevida e falta de cobertura.

Já no dia 14 de junho, a RPC TV Cascavel produziu reportagem com a última audiência pública na cidade. Representantes dos planos de saúde, de laboratórios e usuários dos planos participaram da audiência. Depois de 4 meses de investigação a reportagem indica que a comissão encontrou irregularidades como deficiência na fiscalização da Agência Nacional de Saúde e o descredenciamento de mais de três mil profissionais em um ano. A matéria afirma que esse descredenciamento foi causado pela insatisfação dos médicos em relação aos valores que recebem dos planos que reajustaram as mensalidades mas não repassaram o aumento aos profissionais.

Nos meses subsequentes não foram disponibilizadas matérias sobre a cobertura dos trabalhos da CPI dos Planos de Saúde que teve como prazo de encerramento dos trabalhos no mês de julho.

4.2.6 Relatório final da CPI dos Planos de Saúde

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Planos de Saúde, que está no anexo desse trabalho, foi protocolado no dia 4 de setembro de 2013. O documento aponta 16 medidas que serão apresentadas e propostas a partir de agora, entre elas, a notificação das irregularidades encontradas ao Ministério Público Federal e ao Ministério da Saúde. Os deputados, segundo a assessoria da ALEP, também irão apresentar um projeto de lei para que no Paraná os médicos que atendem pelos planos de saúde suplementar não

recebam valores inferiores aos previstos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM).

Para o deputado Adelino Ribeiro (PSL) presidente da CPI, os valores pagos aos médicos paranaenses hoje por uma consulta são baixos e isso impacta diretamente na qualidade do atendimento, porque muitos profissionais estão abandonando os planos de saúde e as opções aos pacientes estão ficando reduzidas. Existe uma tabela especificando os valores que devem ser praticados, mas as empresas não cumprem, ressalta o parlamentar.

O trabalho da CPI constatou que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) peca na fiscalização e por esse motivo existe este descontentamento dos médicos e também dos usuários com relação aos planos de saúde. “Não adianta a agência criar regulamentações e depois não acompanhar o seu cumprimento. Também não vai surtir efeito apenas impedir que as empresas vendam novos planos, como ocorreu recentemente com a suspensão de mais de duas mil operadoras, se a ANS não consegue fiscalizar e nem fazer cumprir o que ela mesma impõe ao mercado de saúde suplementar”, segundo o deputado Adelino Ribeiro.

A CPI encaminhará à bancada paranaense no Congresso Nacional sugestão de projeto para que algumas normativas da ANS se tornem leis federais e sejam cumpridas em todos os estados da Federação. “Uma das justificativas apresentadas pela ANS para a ausência de fiscalização é a falta de funcionários e também pelo fato de suas determinações serem apenas normativas e não obrigatórias. Então iremos encaminhar ao Congresso Nacional a sugestão de que normas específicas se tornem leis e, assim, ajudar na regulação do setor”, completou o deputado.

A Comissão também encaminhará à ANS pedido para uma fiscalização específica no estado do Paraná, para se averiguar o cumprimento de contratos entre as operadoras e prestadores de serviços. “A fiscalização é a principal obrigação da ANS e ela não pode se omitir, muito menos ficar se escondendo atrás de justificativa de que não há profissionais suficientes. Então que seja feita uma força-tarefa de fiscalização no Paraná e que os problemas encontrados aqui sejam resolvidos”.

O deputado Adelino Ribeiro citou ainda que ao longo das investigações muitas pessoas procuraram a Comissão para apresentar denúncias contra as operadoras de planos de saúde. “Felizmente conseguimos resolver a maioria dos casos, outros um pouco mais complicados, estão em andamento, mas não deixamos ninguém desamparado. O que comprova, também, que as operadoras, com pouco mais de boa vontade, poderiam atender melhor os usuários”.

4.3 COBERTURA DA CPI DA TELEFONIA MÓVEL

A pesquisa aborda a seguir, a partir da data de instalação e início dos trabalhos, a cobertura realizada pela assessoria de imprensa da ALEP, pelo jornal Metro e pelos telejornais da RPC TV dos trabalhos da CPI da Telefonia Móvel. Para melhor entendimento isto será feito mês a mês e todo o material coletado pela assessoria de imprensa da ALEP, pelo jornal Metro e os vídeos produzidos pelos telejornais da RPC TV estão disponíveis no apêndice desta pesquisa.

4.3.1 Cobertura durante o mês de abril de 2013

A assessoria de comunicação da ALEP começou a disponibilizar à imprensa material sobre a CPI da Telefonia Móvel, no mês de abril, a partir do dia 22, quando o jornalista Ivan Zuchi assinou matéria com o título “Paranhos assume CPI da Telefonia Móvel e promete resultados”. O material seguinte disponibilizado pela assessoria de comunicação, foi enviado à imprensa no dia 29/04/2013, sob o título “CPI da Telefonia Móvel realiza primeira reunião nesta terça-feira (30). No mesmo dia, matéria assinada por Rodrigo Rossi, da assessoria de imprensa da ALEP, disponibilizou material sob o título: “Reuniões itinerantes e relatórios da Comissão de Defesa do Consumidor auxiliarão trabalho da CPI da Telefonia”.

A cobertura dada ao trabalho da CPI da Telefonia Móvel pelo jornal Metro e pelos telejornais da RPC TV não tratou do tema durante o mês de abril.

4.3.2 Cobertura durante o mês de maio de 2013

No dia 2 de maio de 2013, matéria assinada por Rodrigo Rossi, da assessoria de imprensa da ALEP traz matéria com o título: “Em site próprio, CPI da Telefonia Móvel recebe reclamações e denúncias sobre qualidade do serviço. No dia 8 de maio de 2013, o jornalista Ivan Zuchi, da assessoria de imprensa da ALEP, disponibilizou matéria intitulada: “CPI da Telefonia Móvel inicia roteiro de visitas ao interior por Foz do Iguaçu; no dia 9 de maio de 2013, um *release* com o título “CPIs da Telefonia de dez estados se reúnem em Foz do Iguaçu”, foi enviado aos meios de comunicação pela assessoria de imprensa da ALEP. No dia 10 de maio, o jornalista Victor Almeida, assina matéria com o título “Unale debate em Foz a unificação das eleições e as CPIs da Telefonia”; no dia 13 de maio a assessoria de imprensa disponibilizou *release* aos meios de comunicação com o título: “CPI da Telefonia Móvel tem novo calendário de visitas ao interior”, assinada pelo jornalista Ivan Zuchi. O mesmo jornalista assina matéria no dia 15 de maio de 2013,

com o título “CPI da Telefonía Móvel visita Guarapuava nesta quarta-feira (15)”; no mesmo dia 15 de maio outra matéria assinada pelo jornalista Ivan Zuchi traz o título: “Ponta Grossa recebe CPI da Telefonía Móvel”. No dia 17 a assessoria de imprensa da ALEP enviou release à imprensa com o título: “CPI da Telefonía Móvel vai a Londrina, Maringá e Cascavel na próxima semana”, assinada por Ivan Zuchi. Já no dia 22 o material disponibilizado à imprensa, assinado pelo jornalista Ivan Zuchi traz o título: “CPI da Telefonía Móvel encerra em Cascavel roteiro pelo interior”; no dia 23 de maio a assessoria de imprensa enviou material com o título: “CPI da Telefonía identifica que serviço ruim coloca vidas em risco no Oeste”, assinada por Ivan Zuchi e no dia 27 de maio de 2013 o jornalista Ivan Zuchi, da assessoria de imprensa da ALEP, disponibilizou matéria com o título: “CPI da Telefonía Móvel conclui diligências em Curitiba e prepara oitivas”.

A cobertura do jornal Metro sobre a CPI da Telefonía Móvel trouxe matérias, no mês de maio, nos dias: 02 e 31 conforme mostramos a seguir:

CPI da telefonia vai rodar pelo interior

Os deputados que compõem a CPI da Telefonía Móvel decidiram usar uma unidade móvel para percorrer o interior do Paraná, ouvindo a opinião dos usuários de telefonía celular. “Vamos locar uma van com câmara, para que os consumidores registrem as principais reclamações”, disse o deputado Leonaldo Paranhos (PSC), presidente da CPI. “Depois vamos cobrar mudanças das empresas”, afirmou.

A CPI já coletou dados com o alto índice de reclamações sobre a telefonía no Paraná, e agora pretende formar parcerias com o Procon, faculdades de direito de cada região visitada, Ministério Público, OAB-PR e prefeituras. Além disso, audiências públicas serão realizadas em Foz do Iguaçu, Maringá e Curitiba. “A população precisa reagir. Convo- co a todos para que se manifestem, reclamem, nos deem subsídios para cobrar um serviço de melhor qualidade”, completou Paranhos.

Movimento Nacional
A CPI teve a sua primeira reunião na terça-feira, e nos dias 8, 9 e 10 de maio os deputados vão se reunir na União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unalej), em Foz do Iguaçu. “Existem oito CPIs sobre o tema em andamento no Brasil. Esperamos chegar a vinte para pleitearmos, em Brasília, mudanças efetivas na legislação”, disse Paranhos.

© METRO CURITIBA



Investigações já ocorrem em oito Estados | SANDRO MALCIENTI/ALEP

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quinta-feira, 2 de maio 2013, p. 2

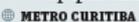
Enquanto no site da ALEP, nesta data, o material disponível aborda sobre a CPI da Telefonía Móvel possuir um site próprio para receber reclamações e denúncias sobre a qualidade do serviço prestado, o jornal Metro traz na mesma data matéria informando sobre o trabalho itinerante da CPI da Telefonía Móvel pelo interior do estado.

Telefonia Móvel

CPI recebe milhares de denúncias

A Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga as reclamações da telefonia móvel no Paraná, já recebeu mais de 5 mil denúncias.

A CPI passou por nove municípios e realiza uma audiência pública, na terça-feira (4) de manhã, para debater o assunto.

O encontro acontece na Assembleia Legislativa do Paraná. A expectativa é de que 10 mil reclamações sejam recebidas. O site para registrar os problemas com a telefonia móvel é o www.cpiparana.com.br. 

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, sexta-feira, 31 de maio 2013, p. 2

Já a outra matéria que o jornal Metro veiculou durante o mês de maio, sobre o trabalho da CPI da Telefonia Móvel, como mostra imagem acima, aborda sobre o recebimento, pela CPI, de milhares de denúncias pelos nove municípios em que o trabalho itinerante realizou reuniões e sobre a audiência pública que realizará, em Curitiba, para debater o assunto. A matéria do jornal Metro difere do que foi disponibilizado pela assessoria de imprensa da ALEP que traz um material completo com informações detalhadas das cidades onde a CPI da Telefonia Móvel esteve, identificando, pela Central Móvel, os problemas encontrados como a falta de qualidade e desorganização do sistema de telefonia; traz a colaboração da imprensa nas denúncias e sobre as intimações pessoais aos representantes estaduais e nacionais das empresas de telefonia móvel que atuam no Paraná.

Nos telejornais da RPC TV, durante o mês de maio de 2013, a cobertura sobre a CPI da Telefonia Móvel foi veiculada com o *link* da cidade de Foz do Iguaçu, durante o dia 9 de maio, em dois telejornais; no dia 14 de maio o *link* foi feito de Francisco Beltrão; no dia 17 de maio, a reportagem foi feita em Ponta Grossa; no dia 18 e no dia 20 Londrina, sendo que no dia 20 por duas vezes. No dia 21 foi a vez de Maringá e mais uma vez Londrina fez reportagem. Dia 23, Cascavel abordou o tema em telejornal. Em Curitiba, o telejornal Paraná TV 1ª Edição abordou o

tema no dia 28 de maio e também no dia 29 no Paraná TV 1ª Edição e no Paraná TV 2ª Edição. No total, durante o mês de maio, foram 13 reportagens nos telejornais da RPC TV. O material disponibilizado pela assessoria de imprensa da ALEP assim como os vídeos dos telejornais da RPC TV que abordaram o tema durante o mês de maio fazem parte do apêndice do trabalho.

4.3.3 Cobertura durante o mês de junho de 2013

A cobertura da assessoria de imprensa da ALEP, durante o mês de junho iniciou no dia 3 daquele mês, com a matéria assinada por Ivan Zuchi, sob o título: “CPI da Telefonia Móvel intimida operadoras e Anatel”; no dia 5 de junho, matéria disponibilizada traz o título: “CPI da Telefonia Móvel pede engajamento das câmaras municipais do Paraná” e está assinada pelo jornalista Ivan Zuchi. No dia 7 a matéria “CPI ouve dirigentes nacionais das empresas de telefonia móvel nesta segunda-feira (10)” assinada por Rodrigo Rossi, da assessoria de imprensa da ALEP; no dia 10 de junho a matéria traz o título: “Nota Oficial – CPI da Telefonia Móvel interrompe depoimentos”, assinada por Ivan Zuchi e no mesmo dia 10, outra matéria, com o título “Liminar impede depoimentos de três das operadoras de telefonia à CPI”, assinada por Rodrigo Rossi. No dia 12 de junho, a assessoria de imprensa disponibilizou matéria com o título: “Operadoras voltam à CPI da Telefonia Móvel para discutir TAC”; dia 17 a matéria traz o título “CPI da Telefonia aguarda resposta das operadoras sobre TAC”. No dia 19, Rodrigo Rossi assina matéria que traz o título “TAC proposto pela CPI da Telefonia Móvel é assinado por apenas uma operadora” e no mesmo dia 19 outra matéria assinada pelos jornalistas Rodrigo Rossi e Luiz Alberto Pena foi disponibilizada com o título “Empresas Oi, Claro e Vivo decidem assinar também o TAC proposto pela CPI da Telefonia Móvel”.

O jornal Metro publicou durante o mês de junho uma matéria que aborda o tema CPI Telefonia Móvel, conforme mostramos a seguir:

Telefonia. TIM assina termo de conduta para melhorar os serviços

A operadora TIM foi a única telefônica a assinar, ontem, um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) proposto pela CPI da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa do Paraná.

O documento lista 9 pontos para melhoria dos serviços - entre eles um prazo de cinco dias úteis para resolver problemas de cobranças indevidas, dar respostas imediatas a todos os clientes que reclamam do serviço na CPI e criar melhores canais de comunicação na internet.

Segundo o presidente da CPI, deputado Leonaldo Paranhos, as outras operadoras, que se recusaram a assinar o termo, serão notificadas judicialmente. "Tivemos a manifestação de uma das operadoras, que mostrou boa vontade. As demais, agora, ficarão por



MP vai cuidar de outras empresas, diz deputado | NANI GOIS/ALEP

conta do Ministério Público, para a devida responsabilização", afirmou o parlamentar.

Em nota, a TIM afirmou que "reafirma o compromisso de buscar constantemente a melhor qualidade de seus serviços no Estado com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)."

METRO CURITIBA

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quinta-feira, 20 de junho 2013, p. 3

A única matéria do jornal Metro sobre o trabalho da CPI da Telefonia Móvel, no mês de junho, informa sobre a assinatura de um termo de conduta para melhorar os serviços pela operadora TIM, proposto pela CPI da Telefonia Móvel. Mas um trabalho maior de cobertura foi feito pela assessoria de imprensa da ALEP que durante o mês de junho, disponibilizou matéria onde a CPI pedia um engajamento das câmaras municipais do Paraná no sentido de informar sobre a qualidade dos serviços prestados pela telefonia em seus municípios; matéria que abordou sobre esclarecimentos de dirigentes nacionais e regionais das operadoras; disponibilizou nota oficial sobre interrupção de depoimentos da CPI da Telefonia Móvel e sobre a liminar impedindo depoimentos de representantes da Oi, da Tim e da Claro; outra matéria sobre as operadoras voltarem à CPI para discutir o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e, também, outra matéria aguardando resposta das operadoras sobre o TAC no qual estão relacionadas ações que as empresas devem adotar para resolver problemas identificados pela comissão nos últimos dois meses; outro material traz que o TAC proposto pela CPI da Telefonia Móvel é assinado apenas pela operadora Tim (que foi também material veiculado pelo jornal Metro); e por último uma matéria em que relata que as empresas Oi, Claro e Vivo decidem assinar também o TAC proposto pela CPI da Telefonia Móvel.

Nos telejornais da RPC TV, durante o mês de junho de 2013, reportagem que tratou da cobertura da CPI da Telefonia Móvel foi ao ar no dia 10 no telejornal Paraná TV 1ª Edição e, no mesmo dia, outra reportagem no Paraná TV 2ª Edição. No dia 11, o telejornal Bom Dia Paraná levou ao ar reportagem sobre a CPI da Telefonia Móvel e no dia 18 de junho, no telejornal Paraná TV 2ª Edição, foi ao ar reportagem sobre o encerramento do prazo de conclusão da CPI da Telefonia Móvel. No total, durante o mês de junho, foram ao ar quatro reportagens. O material disponibilizado pela assessoria de imprensa da ALEP assim como os vídeos dos telejornais da RPC TV que abordaram o tema durante o mês de junho fazem parte do apêndice do trabalho.

4.3.4 Cobertura durante o mês de julho de 2013

A assessoria de imprensa da ALEP disponibilizou, no dia 19 de julho matéria assinada pelo jornalista Luiz Alberto Pena com o título “CPI da Telefonia Móvel apresentará seu relatório final”; no dia 30 de julho, foi disponibilizada matéria com o título “Cumprindo TAC firmado com CPI, operadoras iniciam mutirão de atendimento” matéria assinada pelo jornalista Ivan Zuchi e no dia 31 de julho, com a colaboração da assessoria parlamentar foi disponibilizada matéria com o título “Carli ressalta resultados da CPI da Telefonia Móvel”.

O jornal Metro não publicou matérias relacionadas à CPI da Telefonia Móvel e os telejornais da RPC TV também não fizeram a cobertura, durante o mês de julho, do trabalho da CPI da Telefonia Móvel.

4.3.5 Cobertura durante o mês de agosto de 2013

No dia 7 de agosto, a assessoria da ALEP disponibilizou matéria com o título “CPI da Telefonia Móvel apresenta relatório final dos trabalhos na Assembleia”; no dia 23 de agosto matéria assinada por Nádia Fontana traz o título “Assembleia vota na segunda-feira (26) o relatório final da CPI da Telefonia Móvel” e no dia 26 de agosto, a assessoria de imprensa da ALEP, traz matéria assinada por Nádia Fontana com o título “Assembleia aprova o relatório final da CPI da Telefonia Móvel”.

O jornal Metro publicou durante o mês de agosto uma nota que aborda o tema CPI Telefonia Móvel, conforme a seguir:



Fonte: Jornal Metro. Curitiba, segunda-feira, 26 de agosto de 2013, p.2

Com relação ao relatório final da CPI da Telefonia Móvel, o jornal Metro publicou, como mostra a imagem acima, uma nota relatando a data de votação do relatório final informando da insatisfação de 72% dos consumidores pesquisados. Comparativamente aos materiais disponibilizados pela assessoria de imprensa da ALEP, a assessoria informou sobre a apresentação final dos trabalhos na Assembleia em matéria atualizada no dia 8 de agosto e no dia 23 informa sobre a data da votação do relatório que, em matéria extensa atualizada no dia 28 de agosto, disponibiliza material informando que a Assembleia aprovou o relatório final da CPI da Telefonia Móvel. Houve, portanto, um conteúdo maior e mais detalhado na cobertura dos trabalhos da CPI da Telefonia por parte da assessoria de imprensa da ALEP.

Nos telejornais da RPTV, durante o mês de agosto de 2013, a cobertura sobre a CPI da Telefonia Móvel foi veiculada com link da cidade Maringá; no dia 7 de agosto o telejornal Paraná TV 2ª Edição, de Curitiba, veiculou reportagem sobre o tema. No dia 8 de agosto o tema foi abordado no telejornal Bom Dia PR. No dia 19 de agosto, duas reportagens de Paranaíba trataram o tema CPI da Telefonia Móvel. O material disponibilizado pela assessoria de imprensa da ALEP assim como os cinco vídeos dos telejornais da RPC TV que abordaram o tema durante o mês de agosto fazem parte do apêndice do trabalho.

4.3.6 Cobertura durante o mês de setembro de 2013

No mês de setembro, dia 3, a assessoria de imprensa da ALEP disponibilizou matéria assinada pelo jornalista Ivan Luís Zuchi com o título “Assembleia realiza audiência nesta terça-

feira (3) para debater ‘Pacto das Antenas’; e no dia 17 de setembro a assessoria de imprensa disponibilizou matéria com o título “União da Vitória aprova legislação sugerida pela CPI da Telefonia para facilitar instalação de novas antenas”.

O jornal Metro publicou nos dia 3 e 9 de setembro matérias que abordam o tema CPI Telefonia Móvel , conforme a seguir:

Lei para antenas de celular é debatida



Falta de sinal é a principal reclamação | RODRIGO FÉLIX LEA / METRO CURITIBA

A Assembleia Legislativa começará a debater hoje uma lei geral para a instalação de antenas de celular no Paraná. “Queremos discutir com os municípios e entidades uma legislação que regulamente e facilite a instalação de novas antenas. Com isso vamos promover a melhoria da cobertura de sinal do celular”, afirma o deputado estadual Paranhos (PSC).

Segundo o parlamentar,

5 mil

linhas de celular existem no Paraná para cada antena instalada. Na Europa e EUA, a média é de mil linhas para cada antena.

que presidiu a CPI da Telefonia Móvel, uma das maiores reclamações dos usuários

paranaenses é falta de sinal. Foram convidados para o debate de hoje representantes de 25 associações de municípios, diretores das empresas operadoras de telefonia, do Sindicato das Empresas de Telefonia e técnicos de entidades como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e outros.

● METRO CURITIBA

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, terça-feira, 3 de setembro de 2013, p.2

Como mostra a imagem acima, o jornal Metro veiculou no dia 3 de setembro, matéria informando sobre a lei para antenas de celular. Esse material foi disponibilizado pela assessoria de imprensa da ALEP, informando sobre audiência para debater o “pacto das antenas”, proposta contida no relatório final da CPI da Telefonia Móvel que visa promover a melhoria da cobertura de sinal do celular, uma das principais reclamações dos consumidores durante o trabalho da CPI.

Exigências no interior foram cumpridas



Pacto promete melhor qualidade do sinal | SANDRO MASCIMENTO / ALEP

As empresas de telefonia celular afirmam que já cumpriram as exigências da Anatel para as cidades do interior do Paraná. A qualidade do sinal foi questionada pela CPI da Telefonia Celular na Assembleia Legislativa, que apontou este como o principal problema do serviço na região.

No entanto, segundo o diretor da Sinditelebrasil, Carlos Duprat, o acordo do poder público com as empresas era de instalar o serviço de celular em 80% da área sede de todos os municípios, o que já foi feito. “Não há contratos para

abranger estradas ou áreas rurais. As empresas não têm essa obrigação”, afirma.

Durante a CPI, no entanto, houve questionamentos de que as empresas não investiriam em algumas regiões por não terem o retorno financeiro da instalação as antenas. “Isso depende muito da localização e da concorrência no local. Em poucos lugares do mundo temos quatro empresas com 20% a 30% do mercado”, comentou Duprat.

Para melhorar a qualidade do sinal, na semana passada foi assinado pelas telefônicas

e representantes da Assembleia Legislativa e dos municípios o “Pacto das Antenas”. A ideia é criar uma proposta de lei que seria adotada pelas prefeituras - e assim as empresas se comprometeriam a instalar mais antenas.

“Estamos muito otimistas com o pacto. Com ele poderemos dar a qualidade de sinal que o paranaense merece. No começo, quando o assunto era desconhecido, impuseram muitas restrições. Agora isso já virou assunto pacífico do mundo todo”, afirma Duprat. ● METRO CURITIBA

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, segunda-feira, 9 de setembro de 2013, p.3

A imagem da página anterior, de matéria veiculada pelo jornal Metro, mostra que as exigências da Anatel para as cidades do interior do Paraná quanto a qualidade do sinal, questionada pela CPI da Telefonia Móvel, foram cumpridas. Essa foi uma das propostas de melhoria assinado pelas telefônicas e representantes da Assembleia Legislativa e dos municípios, o “pacto das antenas”. A assessoria de imprensa da ALEP disponibilizou material que trata do assunto informando que a cidade de União da Vitória havia aprovado a legislação sugerida pela CPI da Telefonia para facilitar instalação de novas antenas. Os telejornais da RPC TV não fizeram a cobertura, durante o mês de setembro, do trabalho da CPI da Telefonia Móvel. O material disponibilizado pela assessoria de imprensa da ALEP fazem parte do apêndice do trabalho.

Nos meses de outubro e novembro a assessoria de imprensa, jornal Metro e os telejornais da RPC TV não produziram matérias que abordassem o tema CPI Telefonia Móvel. No mês de dezembro a assessoria de imprensa da ALEP, em matéria assinada pelo jornalista Ivan Luís Zuchi, disponibilizou matéria com o título: “Deputados baianos vêm conhecer trabalho realizado pela CPI da Telefonia Móvel”. O jornal metro e os telejornais da RPC TV não produziram matéria com a cobertura do trabalho da CPI da Telefonia Móvel.

4.3.7 Relatório final da CPI da Telefonia Móvel

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa apresentou o relatório final com as conclusões dos trabalhos realizados entre 18 de maio e 18 de julho de 2014. A apresentação coube ao deputado Nereu Moura (PMDB), relator da CPI, que enaltecendo o comprometimento dos deputados membros e da equipe de assessores da comissão, destacou a qualidade das apurações realizadas, para frisar que a CPI é sem dúvida o instrumento mais poderoso de que o Parlamento dispõe, em seu papel fiscalizador.

O relatório traz indicadores mostrando o grau de satisfação dos usuários com os serviços. Dos mais de 15 mil consumidores pesquisados em campo pela Central Móvel ou pelo site da CPI, 72% demonstraram insatisfação com a qualidade do atendimento nos *call centers* das empresas; 71% se disseram descontentes com a qualidade e estabilidade do sinal; 66% reclamaram da falta de qualidade dos serviços em geral e outros 68% registraram queixas quanto a cobranças indevidas. Além disso, os consumidores também reclamaram do consumo indevido de créditos, desrespeito à portabilidade, recebimento de fatura após a data de vencimento, adesão a planos sem autorização prévia, mensagens invasivas em horários inoportunos e propaganda enganosa, entre outras reclamações documentadas pela CPI.

A CPI também apurou que todas as operadoras investiram menos do que o previsto por elas próprias na melhoria do sistema. Com faturamento anual global de R\$ 287 bilhões, as teles investiram menos de 10% dessa receita na infraestrutura – a que menos investiu foi a Claro, com apenas 3,3%, infringindo plano de investimentos entregue à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O trabalho da CPI resultou na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta por parte das operadoras; a Anatel por não cumprir seu papel regulador e fiscalizador, será indiciada pelo Ministério Público; há necessidade urgente de se produzir uma legislação que regulamente em todo o estado a instalação de novas antenas. O relatório final da CPI da Telefonia Móvel está no anexo do trabalho.

4.4 COBERTURA DA CPI DOS PEDÁGIOS

A pesquisa tabula a seguir, a partir da data de instalação e início dos trabalhos, a cobertura realizada pela assessoria de imprensa da ALEP, pelo jornal Metro e pelos telejornais da RPC TV dos trabalhos da CPI dos Pedágios. Esta CPI foi instalada no mês de julho de 2013, para investigar os contratos entre governo e concessionárias. Todo o material coletado pela assessoria de imprensa da ALEP, pelo jornal Metro e os vídeos produzidos pelos telejornais da RPC TV estão disponíveis no apêndice desta pesquisa.

4.4.1 Cobertura durante o mês de julho de 2013

A assessoria de comunicação da ALEP disponibilizou matéria assinada por Rodrigo Rossi, no dia 8 de julho com o título “Rossoni instala CPI do Pedágio e aguarda indicação de membros pelos partidos”; no mesmo dia 8 de julho matéria da assessoria de imprensa com a colaboração da assessoria parlamentar apresentou matéria com o título “Tercílio Turini apresenta nome para CPI do Pedágio”. No dia 10 de julho Rodrigo Rossi, da assessoria de imprensa da ALEP, assina matéria com o título “Definição de presidente e relator da CPI do Pedágio deve sair nesta quarta-feira (10)”; no mesmo dia a assessoria disponibilizou matéria com o título “Membros da CPI dos Pedágios definem presidente e relator em votação aberta”; no dia 15 de julho a matéria disponibilizada trouxe o título “CPI do Pedágio realiza primeira reunião e estabelece cronograma de trabalhos”; no dia 17 a matéria traz o título “CPI dos Pedágios aprova Regimento Interno e pretende solicitar documentos sobre processos de concessão”.

O jornal Metro publicou nos dias 9 e 11 matérias relacionadas à CPI dos Pedágios, conforme segue:

Estradas**Assembleia
instala CPI do
pedágio**

Uma CPI será instalada na Assembleia Legislativa para investigar o pedágio no Paraná, anunciou ontem o presidente da Alep, deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB). O pedido foi feito pelo deputado Nelson Luersen (PDT), que havia recolhido as assinaturas. Agora, os partidos têm até 48 horas para indicar os nove membros para a composição da CPI.

 **METRO CURITIBA**

Fonte: Jornal Metro. Curitiba,
terça-feira, 9 de julho de 2013, p.2



1

FOCO

CPI

Pedágio

Ontem o deputado estadual Nelson Luersen (PDT) foi escolhido como presidente da CPI do Pedágio na Assembleia Legislativa. A relatoria e a relatoria-adjunta serão ocupadas pelos deputados Douglas Fabrício (MD) e Wilson Quintero (PSB), respectivamente.

Fonte: Jornal Metro. Curitiba,
quinta-feira, 11 de julho de 2013, p.2

Como mostram as imagens acima, o jornal Metro publicou notas informando sobre a instalação, na Assembleia Legislativa do Paraná, da CPI do Pedágio, pedida pelo deputado Nelson Luersen (PDT), escolhido como presidente desta comissão. Comparativamente ao material disponibilizado pela assessoria de imprensa da ALEP, a cobertura política realizada pelo jornal

Metro durante o mês de julho foi insuficiente pois além de material informando sobre a instalação da nova CPI a assessoria da ALEP disponibilizou material onde informa que a CPI dos Pedágios aguarda indicação de membros pelos partidos; de que o deputado Tercílio Turini, do Mobilização Democrática (MD) apresentou seu nome como representante do partido para a comissão; outro material informa sobre as escolhas dos deputados Nelson Luersen (PDT) e Douglas Fabrício (MD) foram escolhidos presidente e relator da CPI dos Pedágios; material informa sobre a realização da primeira reunião que estabelece o cronograma de trabalho da CPI; outro material mostra que a CPI dos Pedágios aprovou Regimento Interno e pretende solicitar documentos para discutir a situação sobre processos de concessão das rodovias no Paraná. Esse material, disponibilizado pela assessoria da ALEP, está no apêndice do trabalho.

Nos telejornais da RPTV, durante o mês de julho de 2013, a cobertura sobre a CPI dos Pedágios iniciou com veiculação no dia 9 no Paraná TV 2ª Edição, de Curitiba onde falou da criação da CPI; no dia 10 o telejornal Paraná TV 2ª Edição de Curitiba, veiculou matéria onde aborda sobre a CPI dos Pedágios sobre a definição dos deputados que iriam trabalhar na CPI; no dia 11 no telejornal Bom Dia PR, o telejornal abordou sobre a CPI dos Pedágios e da definição dos deputados que trabalhariam na CPI e descontentamento de outros deputados. No dia 15 de julho a matéria falou, no telejornal Bom Dia PR, sobre o início dos trabalhos da CPI. No mesmo dia 15, o telejornal Paraná TV 2ª Edição, veiculou matéria sobre a primeira reunião da CPI dos Pedágios; no dia 16 a matéria do telejornal Bom Dia PR aborda sobre a segunda reunião da CPI e que o trabalho, na prática, será iniciado somente depois do recesso parlamentar. No total foram seis reportagens que estão disponíveis no CD que está anexado e acompanha o trabalho.

4.4.2 Cobertura durante o mês de agosto de 2013

Neste mês, no dia 2, a assessoria de imprensa da ALEP, disponibilizou matéria assinada por Rodrigo Rossi com o título “CPI dos Pedágios realiza reunião na terça-feira (6)”; no dia 16 a assessoria disponibilizou no *site* da ALEP matéria com o título “CPI do Pedágio aprova convite para depoimento de procurador da República”; no dia 19 disponibilizou a seguinte matéria: “Procurador do MPF fala sobre os pedágios em reunião da CPI, nesta terça-feira (20)”; no dia 20 a matéria disponibilizada no *site* da ALEP, assinada por Rodrigo Rossi, traz o título “Descumprimento de contratos deve ser alvo preferencial da CPI dos Pedágios, afirma procurador”; no dia 23 a matéria traz o título “CPI dos Pedágios ouve membros do Ministério Público federal e estadual na próxima terça-feira (27)”.

O jornal Metro fez a cobertura da CPI dos Pedágios, durante o mês de agosto, publicando matérias nos dias 7, 8, 14, 20, 21 de 28 deste mês, conforme a seguir:

Pedágio. Jaime Lerner pode ser convidado à CPI

O deputado Tercílio Turini (MD) apresentou ontem um pedido para que o ex-governador Jaime Lerner seja convidado à participar da CPI do Pedágio da Assembleia Legislativa.

“Vamos votar esta proposta na próxima semana e, se os deputados aprovarem, vamos convidá-lo. Ele fez muito pelo Paraná, mas infelizmente o pedágio foi implantado na sua gestão. Ninguém sabe mais sobre isso do que ele”, explicou o deputado Nelson Luersen (PDT), presidente da CPI, entrevista para a rádio Band News Curitiba.

Já o deputado Cleiton Kielse (PMDB) pediu a quebra do sigilo fiscal e bancário das empresas que atuam no Estado. “Nós precisamos saber quais números são oficiais e quais são oficiosos. Sem isso não temos como apresentar para a opinião pública um resultado de eficiente de investigação”, justificou. A proposta também será votada.

● METRO CURITIBA

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quarta-feira, 7 de agosto de 2013, p.2

Pedágio. Redução na tarifa tem que sair até 2014

A duplicação do Anel de Integração e a redução do pedágio têm que sair até o ano que vem. Pelo menos é essa a determinação do governo do Estado no processo de negociação que está em andamento com as seis concessionárias.

“Há uma determinação de governo pela retomada das obras, inclusive com a duplicação do Anel de Integração e a redução de pedágio até 2014. Tudo isso, sem deixar uma conta para outras gestões, como aconteceu ao assumirmos o governo”, disse ontem o secretário da Casa Civil, Reinhold Stephanes, durante encontro com representantes do setor produtivo que integram o G7, do qual também participou o secretário de Infraestrutura e Logística do Paraná, José Richa Filho.

O governo discute com as concessionárias uma forma executar obras que foram excluídas na revisão dos contratos para possibilitar redução de tarifas, em 2000 e 2002. Segundo Richa Filho, elas somam R\$ 1,5 bilhão.

487 km

dos 885 km de duplicações previstos nos contratos originais foram retirados, segundo o governo do Estado.

O secretário garante que avanços foram conquistados e obras previstas para os últimos anos de concessão foram antecipadas. “Hoje há mais de R\$ 300 milhões em obras em andamento. Algumas delas, como Medianeira e Marelandia, estavam fora do contrato”, disse.

CPI

Os contratos com as concessionárias, as obras e as tarifas cobradas dos usuários são alvo de investigação na CPI dos Pedágios instalada no início de julho na Assembleia Legislativa do Paraná.

Na próxima terça-feira, os deputados votam o pedido para que o ex-governador Jaime Lerner, à frente do Estado quando começou a concessão das estradas, deponha na CPI. ● METRO CURITIBA

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quinta-feira, 8 de agosto de 2013, p.3

O jornal Metro iniciou sua cobertura política sobre o trabalho da CPI dos Pedágios com publicação, no mês de agosto, informando do pedido do deputado Tercílio Turini para que o ex-governador Jaime Lerner seja convidado à participar da CPI do Pedágio da Assembleia Legislativa. Informação essa confirmada pela assessoria de imprensa da ALEP, porém em matéria disponibilizada e atualizada no dia 11 de setembro e não durante o mês de agosto. A outra matéria, publicada pelo jornal Metro, e que vem de interesse da população paranaense traz a informação de que da duplicação do Anel de Integração e a redução do pedágio têm que sair até o ano de 2014, por determinação do governo do Estado que está em processo de negociação com as seis concessionárias. No final da matéria traz a informação de que a CPI dos Pedágios está instalada desde julho de 2013 para investigação dos contratos com as concessionárias, das obras e das tarifas cobradas dos usuários.

Empresas de pedágio rebatem dados da CPI

Rodovias. Arrecadação seria de R\$ 10,5 bi, metade do que foi divulgado pelo deputado estadual Cleiton Kielse

A ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias) contestou ontem as acusações divulgadas pela CPI dos Pedágios, que realizou seu quarto encontro na Assembleia Legislativa.

Na reunião o deputado estadual Cleiton Kielse (PMDB) apresentou um relatório afirmando que, em 15 anos de concessão, as empresas arrecadaram R\$ 20,5 bilhões, dos quais menos de R\$ 3 bilhões teriam sido aplicados em investimentos nas estradas. "O Paraná tem hoje o maior desequilíbrio entre arrecadação e projeção de obras nas rodovias", afirmou.

O diretor da regional do Paraná e Santa Catarina da ABCR, João Chiminazzo Neto, no entanto, refutou os números. Segundo ele no período foi arrecadado metade do valor apresentado por Kielse (R\$ 10,9 bilhões) dos quais 30% (R\$ 3 bilhões) foram investidos em obras pelas concessionárias.

"Estes são os dados oficiais, que foram declarados em balanço e registrados no DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná). O deputado vem fazendo juízos e declarações de maneira equivocada, que prejudicam a nossa imagem", afirmou.



Concessionárias afirmam aplicar 30% do pedágio em obras e manutenção de estradas | ANDRÉ FELIPE LEAL / METRO CURITIBA

Está em debate na CPI um requerimento que pede a quebra dos sigilos fiscais, bancários e telefônicos das empresas. A medida serviria para esclarecer os dados, mas ontem o próprio Kielse, que fez o pedido, adiou a votação. "Estou solicitando a postergação para ter mais

consistência", justificou.

O relator da CPI, deputado Douglas Fabrício (MD), explicou que para a quebra ser decretada é necessário ter ao menos indícios de irregularidades. "Caso contrário, as empresas podem entrar com alguma medida judicial para barrar a medida", afirmou.

● METRO CURITIBA

JOÃO CHIMINAZZO NETO, ABCR

Concessionárias querem mais tempo em troca de obras

O governo do Estado e as empresas estão negociando, desde o ano passado, a revisão dos contratos de pedágio no Paraná. O governo pede que as empresas realizem duplicações em rodovias, mas ontem o diretor da ABCR, João Chiminazzo Neto, disse que algumas delas só sairão caso as concessões sejam prorrogadas. "Muito provavelmente a duplicação da BR-277 vai precisar da renovação do contrato", afirmou.

Pelo outro lado, o diretor-geral do DER, Nelson Leal Junior, disse que em nenhum momento a prorrogação foi colocada em negociação. O governo do Estado ainda justifica que uma medida nesse sentido dependeria de um aval do governo federal.

A revisão dos contratos tem previsão de terminar em 60 dias, quando novas medidas devem ser anunciadas. As concessões se encerram em 2022.

● METRO CURITIBA

1

FOCO



CPI dos Pedágios

MPF fala das ações

O procurador do Ministério Público Federal Oswaldo Soweck Júnior fala hoje aos membros da CPI dos Pedágios, a partir das 9h, na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa, sobre o andamento das ações ajuizadas pela instituição envolvendo o Estado e as concessionárias das rodovias pedagiadas.

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quarta-feira, 14 de agosto de 2013, p.2

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, terça-feira, 20 de agosto de 2013, p.2

Em matéria publicada no dia 14 de agosto, o jornal Metro traz a informação de que a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias contestou as acusações divulgadas pela CPI dos Pedágios, em relatório apresentado pelo deputado estadual Cleiton Kielsen (PMDB) afirmando que, em 15 anos de concessão, as empresas arrecadaram R\$ 20,5 bilhões, dos quais menos de R\$ 3 bilhões teriam sido aplicados em investimentos nas estradas. O diretor regional do Paraná e Santa Catarina da ABCR, João Chiminazzo Neto, refutou os números afirmando que nesse período foram arrecadados R\$ 10,9 bilhões e investidos 30% (R\$ 3 bilhões) em obras pelas concessionárias. Em uma nota, no dia 20 de agosto, o jornal Metro informa que o procurador do Ministério Público Federal, Oswaldo Soweck Júnior, será ouvido para falar sobre o andamento das ações ajuizadas pela instituição envolvendo o Estado e as concessionárias das rodovias pedagiadas. A assessoria de imprensa da ALEP não disponibilizou material sobre as declarações da ABCR.

Aditivos com concessionárias são questionados pelo MPF

O procurador da república em Ponta Grossa e coordenador da força tarefa do MPF (Ministério Público Federal) para investigar os contratos de pedágio, Oswaldo Soweck Júnior, questionou ontem os diversos aditivos assinados pelo governo com as concessionárias.

"Eles foram o grande mal para a população paranaense. Retiraram vários trechos de obras, mas o povo continuou pagando caro", disse na CPI do Pedágio da Assembleia Legislativa.

Ele alertou ainda que uma ação civil pública pedindo o cumprimento dos contratos originais já foi suspensa por 180 dias pela terceira vez, a pedido da PGE (Procuradoria Geral do Estado).

Os aditivos foram assina-



Procurador defendeu quebra de sigilo das empresas | SANDRO NASCIMENTO/ALEP

dos nos governos de Jaime Lerner e Roberto Requião. No entanto Soweck também questionou a recente substituição de uma obra pelo governador Beto Richa (PSDB), que promoveu a construção do contorno em Campo Largo, na região Metropolitana de Curitiba,

em troca do adiamento da duplicação do trecho de Jaguariaíva até Pirai do Sul. "Temos que saber quais as compensações do povo paranaense para se trocar o cronograma dessas obras. A obra feita agora custa a metade da anterior", afirmou.

● METRO CURITIBA

CPI

Ex-governador é convidado

A CPI dos Pedágios aprovou ontem um convite para que o ex-governador Jaime Lerner preste depoimento na Assembleia Legislativa do Paraná. Ele deve esclarecer questões sobre o processo de implantação do pedágio no Paraná, que começou sob a sua gestão.

O pedido foi feito pelo deputado Alceu Maron Filho (PSDB), e ainda não há data para a participação do ex-governador.

● METRO CURITIBA

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quarta-feira, 21 de agosto de 2013, p.2

A cobertura política do trabalho das CPI dos Pedágios, pelo jornal Metro deu sequência com a publicação, conforme imagem acima, da matéria com os questionamentos dos diversos aditivos assinados pelo governo com as concessionárias feitos pelo procurador da república e coordenador da força tarefa do MPF, Oswaldo Soweck Júnior. Traz também uma nota que informa que a CPI dos Pedágios aprovou convite para que o ex-governador Jaime Lerner preste depoimentos na ALEP. A assessoria de imprensa da ALEP disponibiliza material onde informa que o descumprimento de contratos deve ser alvo preferencial da CPI dos Pedágios, segundo o procurador do Ministério Público e outra matéria de que a CPI dos Pedágios ouve membros do Ministério Público federal e estadual e sobre estudo feito pelo deputado Péricles de Mello (PT) acerca do processo de implantação de uma das praças de pedágio do estado, não divulgando posteriormente as declarações dessa reunião.

Federação das Indústrias debate CPI do Pedágio

Integrantes do conselho de assuntos legislativos da Fiep (Federação das Indústrias do Paraná) se reuniram na segunda-feira e debateram a CPI dos Pedágios, que está em andamento na Assembleia Legislativa. Letícia Yumi Rezende coordenadora do grupo, lembrou todos os documentos deveriam ser publicados online, o que até agora não

"Os deputados têm que apresentar todos os documentos da CPI, e a população deve cobrar."

LETÍCIA YUMI REZENDE, FIEP

aconteceu. "Os deputados são obrigados a disponibilizar todos os documentos no site

www.cpipedagioparana.com.br", pediu.

Ontem, a CPI realizou mais uma reunião e adiou, por um mês, o pedido de abertura de sigilo fiscal das empresas. "Precisamos do adiamento da votação para termos certeza absoluta do embasamento jurídico que iremos usar", disse o deputado Cleiton Kielse (PMDB). ● METRO CURITIBA

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quarta-feira, 28 de agosto de 2013, p.2

O jornal Metro, ainda no trabalho de cobertura política do trabalho das CPI dos Pedágios, publicou matéria, conforme imagem da página anterior, informando da reunião dos integrantes do conselho de assuntos legislativos da Fiep. Letícia Yumi Rezende, coordenadora do grupo, defendeu que os documentos deveriam ser publicados online e que os deputados são obrigados a disponibilizar todos os documentos da CPI no site e que a população deve cobrar, mas isso ainda não tinha sido feito. A matéria informa, ainda, que em reunião a CPI adiou, por um mês, o pedido de abertura de sigilo fiscal das empresas. A assessoria de imprensa da ALEP não disponibilizou material sobre reunião de representantes da Fiep e também sobre o adiamento da quebra de sigilo fiscal das empresas. Os materiais disponibilizado pela assessoria da ALEP durante o mês de agosto, estão no apêndice do trabalho.

Os telejornais da RPC TV fizeram a cobertura durante o mês de agosto com matéria veiculada no telejornal Paraná TV 1ª Edição, abordando a terceira reunião da CPI; no mesmo dia o telejornal Paraná TV 2ª Edição, aborda a intenção em ouvir o ex-governador Jaime Lerner sobre a CPI dos Pedágios; no dia 7 no telejornal Bom Dia PR a matéria aborda novamente a intenção de ouvir o ex-governador Jaime Lerner, que foi quem privatizou as estradas do Paraná; no dia 20 de agosto a matéria veiculada no telejornal Paraná TV 1ª Edição fala da aprovação do requerimento para convidar o ex-governador Jaime Lerner a depor; no dia 27 no telejornal Paraná TV 2ª Edição a matéria trata da possibilidade do governo do estado romper dos contratos com as concessionárias dos pedágios sem ter de esperar decisões judiciais; e no dia 28 no telejornal Bom Dia PR falou, também, da possibilidade de rompimentos dos contratos com as concessionárias. No total foram seis reportagens que estão disponíveis no CD que está anexado e acompanha o trabalho.

4.4.3 Cobertura durante o mês de setembro de 2013

Neste mês de setembro, no dia 2, a assessoria de imprensa da ALEP disponibilizou em seu site matéria com o seguinte título “CPI do Pedágio ouve procurador geral do Estado nesta terça-feira (3)”; no dia 3 a matéria disponibilizada trazia o título “Deputados da CPI debatem estudo técnico sobre lotes de concessão de pedágios”; no dia 9 a matéria traz o título “CPI dos Pedágios ouve ex-procuradores do Estado nesta terça-feira (10)”; no dia 10 o título da matéria disponibilizada no site da ALEP traz o título “Ex-procuradores falam à CPI dos Pedágios sobre ações judiciais entre governo e concessionárias”; no dia 10 ainda outra matéria disponibilizada traz como título “Tercílio propõe à CPI projeto para obrigar cupom fiscal no pedágio”; no dia 13 a matéria disponibilizada tem como título “CPI dos Pedágios ouve procuradora geral do Estado e

representantes do TCE na próxima terça-feira (17)”; no dia 17 a matéria tem como título “Desequilíbrio financeiro e demandas judiciais são temas dominantes na CPI dos Pedágios”; no dia 24 a matéria “Técnicos falam à CPI dos Pedágios e deputados definem oitiva de ex-governador Jaime Lerner” foi disponibilizada no site da ALEP e no dia 30 a matéria disponível traz como título “Membros da CPI dos Pedágios reúnem-se nesta terça-feira (1º)”.

Durante o mês de setembro, o jornal Metro fez a cobertura da CPI dos Pedágios publicando quatro matérias, nos dias 3, 4, 11 e 18, conforme a seguir:



1
FOCO

CPI do Pedágio

Ações

O procurador-geral do Estado, Julio Cesar Zem Cardoso, falará hoje na CPI do Pedágio sobre as ações que estão em andamento questionando as concessionárias do setor. Segundo informações preliminares da CPI, diversas ações foram suspensas para tentar uma negociação com as empresas que administram o Anel de Integração.

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, terça-feira, 3 de setembro de 2013, p.2

Pedágio. Deputado diz que obras tiveram sobrepreço

O deputado Péricles de Mello (PT) apresentou ontem, na CPI do Pedágio, um relatório apontando que as obras feitas pelas concessionárias nas estradas do Paraná tiveram valores mais altos do que os praticados na tabela de obras do DER (Departamento de Estradas de Rodagens).

“Confrontamos dados da proposta comercial com a tabela do DER e vemos claramente a diferença de valores, que estão superestimados, em alguns casos, em mais de 200%”, afirmou Péricles.

As informações, disse ele, foram levantadas a partir de uma verificação de engenharia, além de estudos independentes feitos pelo seu gabinete.



“Os valores (em relação à tabela do DER) estão superestimados em até 200%”

PÉRICLES DE MELLO (PT), DEPUTADO

O deputado também comparou as receitas das empresas com os investimentos, e chegou à conclusão de que a diferença chegou em alguns casos a 29%.

METRO CURITIBA

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quarta-feira, 4 de setembro de 2013, p.2

O jornal Metro durante cobertura política do trabalho da CPI dos Pedágios, no mês de setembro, como mostram imagens da página anterior, publicou nota onde informa que o procurador-geral do Estado, Julio Cesar Zem Cardoso, fala sobre as ações que estão em andamento questionando as concessionárias do setor. No dia seguinte, 4 de setembro, publicou matéria com declarações do deputado Péricles de Mello (PT) em um relatório que aponta as obras feitas pelas concessionárias nas estradas do Paraná tiveram valores mais altos do que os praticados na tabela de obras do DER. A assessoria de imprensa da ALEP disponibilizou material detalhado sobre o estudo técnico sobre os lotes de concessão de pedágios apresentado pelo deputado petista Péricles de Mello.

Ex-procuradores divergem sobre as ações do pedágio

CPI. Ações estão suspensas, mas ex-procurador afirma que Estado tinha chances de vencer

Dois ex-procuradores gerais do Estado foram ouvidos na CPI do Pedágio da Assembleia Legislativa ontem. Enquanto Júlio Cesar Zem Cardoso, que ocupava o cargo até semana passada, defendeu um acordo amigável para reduzir os preços do pedágio, Sérgio Botto de Lacerda, que foi procurador durante o governo Roberto Requião (PMDB), afirmou que as ações devam continuar a tramitar, pois havia possibilidades de o Estado sair vencedor.

Botto afirmou que ação mais importante ajuizada por ele foi a número 7.929, que pedia a nulidade de todos os aditivos feitos em 2000 e 2002. A ação tramitava na 2ª Vara Federal de Curitiba, mas foi suspensa

a pedido do governo Beto Richa (PSDB). "Muito me espanta a suspensão, até porque o foi suspenso exatamente na fase mais importante, que é a de pericia técnica", falou.

Já Zem Cardoso disse que cerca de 180 ações foram ajuizadas sobre o pedágio, mas a maioria delas por parte do Ministério Público ou ações populares.

Em dezembro de 2010, as empresas e o governo concordaram em paralisar as suas ações. "O único caminho que eu consigo visualizar é de se equacionar isso amigavelmente, porque se não a discussão jurídica será interminável", disse.

THIAGO MACHADO
METRO CURITIBA



"Discussão jurídica será interminável", disse Zem Cardoso | SANDRO NASCIMENTO/ALEP

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quarta-feira, 11 de setembro de 2013, p.2

Na sequência da cobertura feita pelo jornal Metro sobre a CPI dos Pedágios, matéria publicada, conforme imagem a cima, traz declarações de ex-procuradores gerais do Estado ouvidas na CPI do Pedágio da ALEP. Enquanto Julio Cesar Zem Cardoso, defendeu acordo amigável para reduzir os preços do pedágio, pois a discussão jurídica seria interminável, Sérgio Botto de Lacerda, que foi procurador durante o governo de Roberto Requião (PMDB), afirmou que as ações (que estão suspensas) devam continuar a tramitar, pois havia possibilidades de o Estado sair vencedor. A assessoria de imprensa da ALEP não disponibilizou material informando da reunião com os ex-

procuradores. Trouxe, em contrapartida, material que informa que o deputado Tercílio Turini (PPS) protocolou requerimento solicitando à CPI dos Pedágios apresente projeto de lei na Assembleia Legislativa para obrigar as concessionárias de rodovias a emitirem cupom fiscal como comprovante de pagamento da tarifa do pedágio. Para o deputado, a intenção é criar mecanismo legal para fiscalizar o movimento de veículos, a receita das empresas e o recolhimento de impostos.

Estado pode reabrir ações do pedágio



Governo aguarda resultado de estudo | SANDRO NASCIMENTO / ALEP

A procuradora geral do Estado, Jozélia Nogueira, disse ontem na CPI do Pedágio da Assembleia Legislativa que o governo pode retomar as ações contra as concessionárias de estradas no Paraná, que hoje estão paradas.

“A suspensão das ações é para tentar um acordo e resolver a questão. Não iríamos e não iremos desistir das ações judiciais. Se não houver acordo, retomaremos as ações ho-

R\$ 350

milhões foi quanto uma das empresas de pedágio deixou de investir nas estradas, segundo um relatório de 2010 do TCE (Tribunal de Contas do Estado).

je suspensas”, afirmou. Segundo ela, o governo ainda aguarda o resultado de um estudo técnico contratado junto à FIA (Fundação Instituto de Administração), sobre o equilíbrio econômico em relação às tarifas e a realização de obras previstas.

Também ontem foi apresentado na CPI um relatório do TCE (Tribunal de Contas no Estado), feito em 2010. Segundo o documento, R\$ 350 milhões deixaram de ser investidos nas estradas.

● METRO CURITIBA

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quarta-feira, 18 de setembro de 2013, p.2

O jornal Metro trouxe, como mostra imagem acima, matéria que trata das declarações da procuradora geral do Estado, Jozélia Nogueira, sobre a possibilidade de o governo retomar as ações contra as concessionárias de estradas no Paraná e que o governo aguarda resultado de estudo técnico contratado junto à FIA sobre o equilíbrio econômico em relação às tarifas e a realização de obras previstas. Esse assunto foi tratado, também, pela assessoria de imprensa da ALEP em matéria onde mostra o desequilíbrio nos termos dos contratos celebrados entre as partes. Os materiais disponibilizado pela assessoria da ALEP durante o mês de setembro, estão no apêndice do trabalho.

Os telejornais da RPC TV fizeram a cobertura da CPI dos Pedágios a partir do dia 17 deste mês de setembro. Neste dia reportagem no telejornal Paraná TV 1ª Edição traz matéria em que trata de relatório feito por auditores do Tribunal de Contas; no dia 20 reportagem do Paraná TV 1ª Edição traz matéria sobre número de documentos para a CPI dos Pedágios analisar; no dia 20 no a reportagem traz matéria da praça de pedágio de Jacarezinho e aborda a suspeita de manobra no contrato de concessão da rodovia BR 369 o que possibilitou a mudança de praça de Andirá para Jacarezinho. Foram três reportagens que estão disponíveis em CD no apêndice deste trabalho.

4.4.4 Cobertura durante o mês de outubro de 2013

No mês de outubro, dia 8, a assessoria de imprensa da ALEP disponibilizou em seu site matéria com o título “Diretor do DER diz à CPI dos Pedágios que governo dialoga com empresas para antecipar obras nas rodovias”, assinada por Rodrigo Rossi; no dia 14 o título da matéria traz “CPI dos Pedágios colhe novos depoimentos nesta terça-feira (15)”; no dia 15 a matéria traz como título “Diretor da Agepar afirma à CPI dos Pedágios que acordo pode garantir obras e redução de tarifas”; no dia 22 a matéria assinada por Rodrigo Rossi e disponibilizada no site da ALEP tem como título “Ex-diretor do DER diz na CPI que Judiciário deve ser mais sensível à questão do pedágio”.

O jornal Metro publicou quatro matérias falando sobre a CPI dos Pedágios nos dias 1, 2, 16 e 22 de outubro, conforme a seguir:



Fonte: Jornal Metro. Curitiba, terça-feira, 1º de outubro de 2013, p.2

A cobertura política sobre o trabalho da CPI dos Pedágios, pelo jornal Metro, trouxe publicação de uma nota, conforme imagem acima, no dia 1º de outubro, que traz a informação de que o ex-governador Jaime Lerner fará depoimento nesta data. Na matéria da página seguinte o jornal Metro publicou, declarações feitas pelo ex-governador, na CPI dos Pedágios. Jaime Lerner classificou o pedágio “como a única alternativa viável” para as estradas do Estado na época em que foi criado, em 1998. No depoimento o então governador afirmou que as estradas estavam lamentáveis e não havia perspectiva do governo federal em reverter a situação, e que a o momento exigia uma solução por parte dele. Os aditivos contratuais foram feitos, durante sua gestão,

segundo o ex-governador Jaime Lerner, porque houve pressão popular para baixar os preços, o que o governo acabou fazendo de forma unilateral.

Lerner diz que pedágio era única solução para estradas

O ex-governador Jaime Lerner depôs ontem na CPI do Pedágio da Assembleia Legislativa e classificou o pedágio como a “única alternativa viável” para as estradas do Estado na época em que ele foi criado, em 1998. “Quando eu assumi, a situação de infraestrutura era terrível. As estradas estavam lamentáveis e não havia perspectiva do governo federal em reverter o quadro. Seria cômodo ficar gritando atrás do microfone, mas a situação exigia uma solução”, afirmou.

Durante a reunião, Lerner foi muito questionado sobre aditivos contratuais que foram firmados na sua gestão. Segundo o ex-governador, eles foram feitos



Ex-governador também defendeu aditivos | SANDO NASCIMENTO/ALEP

porque houve pressão popular para baixar os preços, o que o governo acabou fazendo de forma unilateral. “No início tentamos uma repactuação das tarifas, postergando obras, mas nossa proposta foi rejeitada. Exatamente por isto, resolvemos reduzir unilate-

ralmente as tarifas em 50% como uma estratégia para uma negociação”, disse.

Com isso, as empresas conseguiram na Justiça a postergação das obras, e o aditivo veio a ser assinado em 2000, com um acordo pelo fim das ações de ambas as partes. ● METRO CURITIBA

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quarta-feira, 2 de outubro de 2013, p.2

O que diferenciou a cobertura política feita pela assessoria de imprensa da ALEP que, durante o mês de outubro, não disponibilizou material que informasse do depoimento do ex-governador Jaime Lerner. A cobertura iniciou-se no dia 8 de outubro com matéria que trazia depoimento do diretor-geral do DER do Paraná, Nelson Leal Junior, na CPI dos Pedágios, de que o governo do Estado busca, por meio do diálogo com as empresas concessionárias, a realização e a inclusão de obras no cronograma de investimentos nas rodovias, bem como a redução das tarifas nas praças de pedágios. O ex-diretor do DER durante o governo de Jaime Lerner, Paulinho Dalmaz, também foi ouvido na CPI afirmou que mesmo não acompanhando mais a situação dos pedágios, afirmou que o vencimento dos contratos seria uma alternativa para se pensar em um novo modelo de concessão. No depoimento ele também disse que na época a situação das rodovias era caótica e que hoje a situação é nova, totalmente diferente e que o melhor seria o vencimento dos contratos para uma nova licitação.

Outra matéria disponibilizada pela assessoria da ALEP no dia 16 de outubro aborda o depoimento do diretor-presidente da Agepar, Antônio José Correia Ribas, na CPI dos Pedágios,

que afirma que entre as atribuições da agência está a mediação da negociação entre o DER e as concessionárias para a redução de tarifas e a execução de obras nas rodovias e que o objetivo, até novembro, seja pactuado um acordo entre o governo e as empresas.

1
FOCO

CPI do Pedágio
Agência promete fiscalizar

Ontem, a CPI do Pedágio da Assembleia Legislativa recebeu um representante da Agepar (Agência Reguladora do Paraná), que prometeu aumentar a fiscalização nas rodovias. Segundo o presidente da CPI, deputado Nelson Luersen (PDT) (foto) existem irregularidades nos contratos de pedágio. "Precisamos chegar a um denominador comum, com obras e preço justo de tarifa", afirmou.

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quarta-feira, 16 de outubro de 2013, p.2

1
FOCO

CPI do Pedágio
Ex-diretor do DER

O deputados da CPI do Pedágio recebem hoje o ex-diretor do DER (Departamento de Estradas de Rodagem) Rogério Tizzot, que comandou a pasta durante o governo Roberto Requião (PMDB). Os deputados vão questionar, entre outras coisas, a suposta falta de fiscalização das concessionárias no período, que foi relatada por testemunhas durante as investigações da comissão.

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, terça-feira, 22 de outubro de 2013, p.2

Na sequência da cobertura do trabalho da CPI dos Pedágios, o jornal Metro publicou nota no dia 16 de outubro, conforme imagem acima, informando que a Agepar, por meio de seu representante prometeu aumentar a fiscalização nas rodovias. E no dia 22 de outubro, a nota publicada traz informações de que o ex-diretor do DER, Rogério Tizzot, durante o governo Roberto Requião será ouvido na CPI. Os deputados da comissão, segundo a nota, vão questionar, a suposta falta de fiscalização das concessionárias no período em que o ex-diretor esteve à frente do

órgão. Os materiais disponibilizado pela assessoria da ALEP durante o mês de outubro, estão no apêndice do trabalho.

No mês de outubro, os telejornais e afiliadas da RPC TV fizeram a cobertura do trabalho da CPI dos Pedágios com as seguintes reportagens: no dia 1º de outubro abordou no telejornal Paraná TV 1ª Edição sobre o depoimento do ex-governador Jaime Lerner; no Paraná TV 2ª Edição, no mesmo dia 1º de outubro, a reportagem também fala do depoimento do ex-governador Jaime Lerner; no dia 2, no Bom Dia PR a reportagem aborda que o ex-governador afirmou em seu depoimento que baixou o preço do pedágio em 98 para atender ao apelo popular; no dia 3 a afiliada da de Foz do Iguaçu aborda a audiência da CPI dos Pedágios na cidade; no mesmo dia 3 a reportagem fala da audiência feita na cidade no telejornal Paraná TV 2ª Edição; a afiliada da RPC em Cascavel produziu reportagem onde aborda a passagem da comissão da CPI dos Pedágios na cidade; no dia 4 traz reportagem da afiliada de Cascavel sobre os pedágios; no dia 4 no Bom Dia PR de Curitiba abordou sobre o que a população acha dos pedágios com link de Foz do Iguaçu.

No dia 7 de outubro a reportagem fala ao vivo com link da afiliada de Maringá no telejornal Paraná TV 2ª Edição; no dia 17 o telejornal Bom Dia PR, da afiliada de Londrina, falou da passagem da comissão que investiga os contratos de concessão dos pedágios que estavam em Arapongas; no dia 17 a afiliada de Maringá abordou sobre a audiência pública na cidade da CPI dos Pedágios; no mesmo dia 17 a afiliada de Maringá, no telejornal da noite, abordou sobre a audiência com link ao vivo; no dia 17, a afiliada de Londrina, trouxe reportagem sobre um protesto do movimento Por Amor a Londrina contra o pedágio; a mesma reportagem foi abordada no telejornal Paraná TV 1ª Edição, de Curitiba; no dia 18 a afiliada de Londrina fala com Fabio Silveira, comentarista da afiliada, sobre a CPI dos Pedágios ter poder para baixar o valor dos pedágios; no dia 18, em Maringá, moradores participaram na Câmara de Vereadores da cidade, da audiência da CPI dos Pedágios; no dia 22, no Paraná TV 1ª Edição, a reportagem aborda mais uma reunião da comissão da CPI dos Pedágios e dos depoimentos do presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Ágide Meneguette e também Rogério Tissot, engenheiro do DER; no dia 24, reportagem do telejornal Bom Dia PR trata que o líder do governo, deputado Ademar Traiano, admitiu que trabalhou nos bastidores para barrar a criação da CPI dos Pedágios; no dia 29, no telejornal Paraná TV 1ª Edição traz reportagem sobre a possibilidade de baixar o valor do preço dos pedágios; no dia 30 a reportagem traz a passagem da comissão da CPI dos Pedágios em uma audiência pública em Paranavaí; no dia 30, no Bom Dia PR a reportagem fala que os representantes das concessionárias falam que é possível fazer obras e ao mesmo tempo reduzir as tarifas dos pedágios nas estradas do Paraná; no dia 31 a reportagem é de Campo Mourão e da passagem da comissão da CPI dos Pedágios na cidade; no dia 31 outra reportagem, agora de

Paranavaí, sobre a audiência com a população para ouvir os motoristas e as empresas sobre os problemas nas rodovias do Noroeste; e no mesmo dia 31 a reportagem traz a passagem da comissão por Paranavaí sobre a CPI dos Pedágios em uma audiência pública. Durante este mês de outubro somaram-se 24 reportagens que fizeram a cobertura do trabalho da CPI dos Pedágios pelos telejornais da RPC TV e estão disponíveis no CD que está anexado e acompanha o trabalho.

4.4.5 Cobertura durante o mês de novembro de 2013

Em outubro, a assessoria de imprensa da ALEP disponibilizou em seu site matéria sobre a CPI dos Pedágios, no dia 4 de novembro, com o seguinte título: “Deputados da CPI ouvem representantes das empresas de pedágio nesta terça-feira (5)”; no dia 5 ficou disponível no site matéria com o seguinte título: “Presidente da Ecocataratas reconhece tratativas para a redução das tarifas de pedágio”; no dia 7 de novembro a assessoria de imprensa disponibilizou, com informações das assessorias parlamentares, a seguinte matéria: “CPI dos Pedágios realiza audiências públicas em Ponta Grossa e Guarapuava”; no dia 11, matéria assinada por Rodrigo Rossi, traz o título “Representantes de duas concessionárias serão ouvidos na CPI do Pedágio nesta terça-feira (12)”; no dia 12, atualizada no dia 13, matéria da assessoria de imprensa trouxe como título “Representantes da Caminhos do Paraná e da Viapar participaram de reunião da CPI do Pedágio”; no dia 18, atualizada no dia 19, a matéria tem como título: “Membros da CPI do Pedágio ouvem diretores da Ecovia e da Rodonorte nesta terça-feira (19)”; no dia 19, matéria atualizada no dia 20, o título da matéria disponibilizada no site da ALEP é o seguinte: “Manifestações da Ecovia e da Rodonorte encerram fase de participação das empresas na CPI do Pedágio”; no dia 25 a matéria tem como título “CPI do Pedágio ouve representante do TCU nesta terça-feira (26)”; no dia 26 a matéria assinada por Rodrigo Rossi, tem como título “Auditor do TCU expõe relatório aos deputados da CPI do Pedágio”; no dia 29 de novembro, a matéria disponibilizada no site da ALEP tem como título: “Relator da CPI, Douglas Fabrício defende suspensão do reajuste do pedágio.

O jornal Metro publicou uma matéria, no dia 20, sobre a CPI dos Pedágios, conforme a seguir:

CPI. Empresas defendem preço do pedágio no PR

Ontem, a CPI do Pedágio ouviu representantes de duas empresas que administram estradas no Estado. No encontro na Assembleia Legislativa, eles afirmaram que o preço do pedágio não é caro e que a concessão é um negócio de risco.

O presidente da Ecovia, Evandro Couto Vianna, defendeu o valor de R\$ 14,60, cobrado para o litoral. “As pessoas não levam em conta a economia com combustível, pneus e toda a manutenção que um carro precisaria caso a estrada estivesse sem o devido reparo e manutenção pela concessionária”, afirmou.

Já o presidente da Rodonorte, José Alberto Moita, afirmou que a empresa pode ter queda de receitas. “Nossa atividade é de risco e quando as ferrovias para-



naenses estiverem em melhor estado, possivelmente teremos queda na arrecadação”, disse. Segundo ele, 72% do faturamento da concessionária vêm dos caminhoneiros. ● METRO CURITIBA

Fonte: Jornal Metro. Curitiba, quarta-feira, 20 de novembro de 2013, p.2

No mês de novembro, a cobertura da CPI dos Pedágios, pelo jornal Metro, ficou restrita a uma matéria, conforme imagem acima. Esta traz declarações de representantes de duas empresas que administram estradas no Estado, Evandro Couto Vianna, da Ecovia que defendeu o valor de R\$ 14,60 cobrado para o litoral, defendendo que as pessoas, segundo representante da Ecovia, não levam em conta a economia com combustível, pneus e toda a manutenção que um carro precisaria caso a estrada estivesse sem o devido reparo e manutenção pela concessionária. Para o presidente da Rodonorte, José Alberto Moita, a empresa pode ter queda de receitas porque, para ele, a atividade da concessionária é de risco e quando as ferrovias paranaenses estiverem em melhor estado, possivelmente haverá queda na arrecadação e que 72% do faturamento da concessionária vêm dos caminhoneiros.

A cobertura por parte da assessoria de imprensa da ALEP difere na quantidade e no conteúdo das matérias disponibilizadas durante o mês de novembro. No dia 4 de novembro, a assessoria disponibilizou nota informando que a CPI vai ouvir representantes das empresas de pedágios. O que ocorreu no dia 5, onde a matéria traz depoimento do presidente da Ecocarataras,

Evandro Couto Viana, que opera nas rodovias da região Oeste do Paraná afirmando que a empresa está em tratativas com o governo do Estado, por meio do corpo técnico do DER, para um estudo de viabilidade de redução no valor das tarifas e também para a realização de obras. Mas adiantou, entretanto, que no contrato vigente, inclusive com os posteriores aditivos, a concessionária está desobrigada de fazer obras de duplicação. Representantes de duas outras concessionárias, da Viapar e da Caminhos do Paraná, serão ouvidas na CPI do Pedágio foram informadas em matéria da assessoria. Na matéria disponibilizada no dia 13 de novembro, Rui Sérgio Giublin, da concessionária Caminhos do Paraná e Marcelo Stachow Machado da Silva, da Viapar, ressaltaram a existência de uma negociação com o governo do Estado para a antecipação de obras nas rodovias, bem como a possível inclusão de novos trechos de duplicação e até mesmo a redução das tarifas do pedágio. No dia 19 a matéria da assessoria de imprensa da ALEP traz os depoimentos da Representantes da Ecovia e da Rodonorte que encerram a fase de participação das empresas na CPI dos Pedágios. Segundo os representantes destas concessionárias o diálogo vem ocorrendo com os técnicos do DER, mas a questão não é resolvida tão fácil ou rapidamente uma vez que existem seis concessionárias atuando nas estradas.

Outras três matérias disponibilizadas pela assessoria da ALEP encerraram a cobertura feita na CPI dos Pedágios. Duas delas referem-se ao auditor do TCU. Uma delas é sobre a oitiva que seria realizada. A outra traz a informação de Davi Ferreira Gomes Barreto, auditor da Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes do TCU . O representante deu explicações aos deputados sobre o relatório que aponta desequilíbrio em desfavor da população usuária das rodovias pedagiadas no Paraná. Segundo ele, o que foi constatado é que o contrato não está equilibrado. O TCU verificou que os aditivos desequilibraram a favor das empresas. Na última matéria disponibilizada pela assessoria traz declaração do relator da CPI, deputado Douglas Fabrício, que defende a suspensão do reajuste do pedágio, que estava previsto para 1º de dezembro, para depois do fim da negociação entre empresas concessionárias e o governo do Estado. Os materiais disponibilizado pela assessoria da ALEP durante o mês de novembro, estão no apêndice do trabalho.

No mês de novembro, os telejornais e afiliadas da RPC TV fizeram a cobertura do trabalho da CPI dos Pedágios com as seguintes reportagens: no dia 1º de novembro abordou no telejornal Bom Dia PR, sobre audiência pública realizada em Paranavaí onde foram discutidas as necessidades de duplicação da BR 376; no dia 5, o telejornal Paraná TV 1ª Edição traz reportagem afirmando que os deputados da CPI dos Pedágios no Paraná é alta porque os governos não se preocuparam em defender na justiça as ações que pediam a redução de preço; no dia 7 o telejornal Bom Dia PR traz reportagem sobre CPI dos Pedágios em audiência em Guarapuava, cidade que

tem quatro praças de cobrança e uma das principais rodovias do estado, a BR 277, onde muitos trechos são de pistas simples; no dia 7 a afiliada de Guarapuava trouxe reportagem abordando da audiência da comissão que foi criada para investigar as licitações e contratos das concessionárias do estado questionou a estrutura das rodovias da região; no dia 12 de novembro o telejornal Paraná TV 1ª Edição veiculou reportagem que fala que ainda não há prazo para que o governo do estado e as empresas de pedágio cheguem a um acordo sobre a redução da tarifa e as novas obras nas estradas. Foram cinco reportagens que abordaram a cobertura do trabalho da CPI dos Pedágios pelos telejornais da RPC TV e estão disponíveis no CD que está anexado e acompanha o trabalho.

4.4.6 Cobertura durante o mês de dezembro de 2013

Em dezembro, a assessoria de imprensa da ALEP disponibilizou no site, no dia 2, matéria com o título: “Deputados da CPI do Pedágio ouvem representantes da Fipe nesta terça-feira (3)”; no dia 09, atualizada no dia 10, matéria com a colaboração da assessoria parlamentar traz como título “CPI ouve representante da empresa responsável por auditoria em contratos de pedágio”; no dia 10, atualizada no dia 11, o título da matéria foi “Deputados da CPI do Pedágio ouvem representante da FIA sobre estudo contratado pelo DER”; e no dia 16 de dezembro, atualizada no dia 17, a matéria tem como título “CPI do Pedágio ouve secretário José Richa Filho nesta terça-feira (17)”.

No mês de dezembro o jornal Metro não publicou matérias relacionadas a CPI dos Pedágios e os telejornais e afiliadas da RPC TV também não produziram matérias com a cobertura do trabalho da CPI dos Pedágios.

4.4.7 Relatório final da CPI dos Pedágios

O relatório final da CPI do Pedágio mostra os principais problemas encontrados foram: diversas alterações nos contratos firmados entre o Estado e as empresas concessionárias, com os aditivos pactuados em diferentes governos, desde a implantação do modelo de concessões no Paraná, no final da década de 90, a baixa fiscalização por parte dos órgãos competentes, além da alta carga tributária que envolve o negócio.

As mudanças nos contratos, a suspensão das ações judiciais e aquilo que é repassado ao poder público pelos impostos, principalmente para a União, são elementos que contribuem para o valor da tarifa foram alguns resultados apontados no relatório final.

O relator da CPI, deputado Douglas Fabrício, ressaltou ainda que um projeto de lei deverá ser elaborado, com o apoio dos membros da CPI, impondo a necessidade do aval da Assembleia Legislativa para qualquer mudança no processo de concessões. A CPI também se propôs a encaminhar sugestões ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas. De acordo com o deputado Fabrício, órgãos como o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (Agepar) precisam de melhor definição nos seus papéis de fiscalização dos pedágios. A tabela de insumos adotados pelas empresas nas obras das rodovias deve seguir aquelas previstas pelo DER. A retomada das ações judiciais também é outro ponto importante destacado pela CPI, além da desoneração de tributos e a implantação de um sistema de contagem de fluxo de carros nas praças, que hoje não existe. O relatório final da CPI dos Pedágios está no apêndice, em CD anexo.

4.4.8 Considerações da pesquisa

Nossa hipótese foi parcialmente comprovada pois sustentávamos que a abordagem do tema pela assessoria de imprensa da ALEP teria uma tendência de ser mais institucional, a princípio neutra, sobre o dia a dia das CPIs o que se configurou completamente. Já os telejornais da RPC TV, em nossa hipótese inicial, teriam a tendência de um poder mais investigativo da notícia, indo além do factual na cobertura das CPIs, o que não se configurou. Muitas das reportagens dos telejornais foram retransmissões das afiliadas apenas informando que determinada CPI estava realizando trabalhos de levantamento de informações nas cidades do interior do estado sem se aprofundar na notícia. Já a cobertura feita pelo jornal Metro, em nossa hipótese inicial, atuaria meramente de forma factual ao relatar o trabalho das CPIs isso ocorreu, porém de forma muito rasa, sem uma cobertura suficiente já que foram feitas, em sua maioria, apenas notas explicativas ou pílulas de matérias das CPIs. A forma de abordagem no enquadramento da cobertura da análise da pesquisa não apresentou variação, já que tanto os telejornais da RPC TV quanto o jornal Metro não passaram do factual da notícia.

Reiteramos aqui Bucci (2009) que um dos dogmas do jornalista é ter como cliente o cidadão, o leitor, o telespectador. “Ouvir todos os envolvidos, buscar a verdade, fazer as perguntas mais incômodas para as suas fontes em nome da busca da verdade é um dever de todo jornalista”, assevera. E isso só é possível com uma imprensa livre. “A liberdade não é apenas o primeiro: é também o mais árduo dever da imprensa. E, por vim, o ponto fatal: a liberdade não existe para a

prática do elogio; ela existe para incomodar, para olhar a cena com espírito crítico” (BUCCI, 2008, p. 226).

4.5 ALGUNS “ACHADOS” DA PESQUISA

Ao empregar a técnica descrita do conteúdo disponibilizado que aborda as CPIs dos Planos de Saúde, da Telefonia Móvel e dos Pedágios, a pesquisa encontrou nuances e contrastes significativos entre os três meios de comunicação estudados. Como abordamos inicialmente não é a intenção atribuir um padrão de comportamento mas sim verificar como foi a cobertura política dada ao trabalho das CPIs da ALEP e se esta cobertura teve visibilidade na mídia. Este levantamento nos trouxe alguns pontos que achamos importantes. Como abordamos em capítulo anterior, dentro do conceito de EPMs de Thompson (2002) o autor chama a atenção para a geração de contra-alegações e de transgressões de segunda ordem ocasionadas de um confronto simbólico entre os atores envolvidos. Isto ficou claro em cada uma das CPIs a que o trabalho se propôs analisar e que mostraremos como exemplo a seguir.

a) Na cobertura da CPI dos Planos de Saúde em audiência pública realizada na cidade de Londrina no dia 06 de junho de 2013, o telejornal da RPC TV trouxe reportagem feita pelo repórter Eduardo Lhamas sobre o alto número de descredenciamento dos médicos junto aos planos de saúde com o presidente da Associação Médica de Londrina como transcrevemos a seguir:

[Antonio Caetano de Paula – presidente da Associação Médica de Londrina]: “Tem planos aqui em Londrina que já não tem determinadas especialidades. Não planos de Londrina, planos de fora Londrina que atuam aqui que não têm determinadas especialidades ou que tem uma dificuldade muito grande de conseguir é... vaga para consulta para atendimento. Tem algumas cidades do Paraná que já não existe mais nenhum médico credenciado a qualquer tipo de plano de saúde”.

[Repórter Eduardo Lhamas]: A população que paga então fica totalmente prejudicada.

[Antonio Caetano de Paula – presidente da Associação Médica de Londrina]: “A fica. Fica porque na realidade a população tá comprando o plano de saúde não tá comprando o atendimento médico. O atendimento médico é dado pelo médico. Quem compra esse atendimento é o plano. Se o plano não paga o valor que deve ser pago você não vai ter o profissional”. (transcrito *ipsis literis* pelo autor)

Nesse trecho da reportagem feita pelo telejornal da RPC TV a declaração do presidente da Associação Médica de Londrina, Antonio Caetano de Paula, mesmo configurando geração de contra-alegações o caráter escandaloso, neste caso, não foi explorado pela mídia já que a população ao escolher um plano de saúde, o faz, por aquele plano que possua amplo atendimento de

profissionais e de um maior número de especialidades médicas. No relatório final da CPI dos Planos de Saúde o levantamento apontou que a Agência Nacional de Saúde Suplementar não cumpre as regulamentações que o órgão cria e não consegue fiscalizar seja pela alegação de falta de funcionários ou porque suas próprias determinações não são cumpridas por serem normativas e não obrigatórias e que são de responsabilidade do órgão. Ao adquirir um plano de saúde a população não tem este pensamento de que não está adquirindo atendimento médico e não pode ser prejudicada por isso. Fato escandaloso surgiu nos trabalhos da CPI dos Planos de Saúde, mas não tiveram visibilidade suficiente na mídia tradicional para se configurar um escândalo político midiático, nos conceitos de Thompson (2002). Mesmo porque durante os meses de fevereiro a junho de 2013 – período em que a CPI dos Planos de Saúde esteve com os trabalhos em aberto – o volume de notícias veiculadas na mídia foi pequeno e esse enquadramento noticioso foi insuficiente para que as pessoas fossem capazes de criar um “pacote interpretativo” acerca da questão dos planos de saúde. Senão vejamos: a cobertura da assessoria de imprensa da ALEP foi em maior volume de notícias, mas o enquadramento dado foi burocrático e técnico; o jornal Metro fez a cobertura no período publicando 3 notas e 2 matérias, insuficiente a nosso ver, para que a população possa elaborar seu entendimento sobre o tema; os telejornais da RPC TV veicularam quatro reportagens não aprofundando o tema para a sociedade.

b) A cobertura dos trabalhos da CPI da Telefonia Móvel teve a duração de seis meses – entre o mês de abril e setembro de 2013, veiculou matéria no dia 10 de junho de 2013 no telejornal Paraná TV 2ª Edição, relatando uma liminar que impedia testemunhas de prestar depoimentos e dizer a verdade, veiculada segundo a reportagem a seguir:

[Sandro Dalpícolo – âncora]: A sessão da CPI da Telefonia Móvel da Assembleia que hoje teria o depoimento dos representantes das empresas teve que ser suspensa. Tudo por causa de uma liminar que liberava as testemunhas de falar a verdade.

[Nota coberta]: A sessão da CPI já começou tensa. Uma liminar da Justiça pedida pelo Sindicato das Empresas de Telefonia liberava os diretores da Tim, Claro e Oi de prestar compromisso com a verdade antes do depoimento.

[Davi Rechulski – advogado Sinditelebrasil]: Viemos preparados a contribuir, a prestar seus esclarecimentos, a prestar todo tipo de informação necessária.

[Nota coberta]: Os deputados começaram interrogando os diretores da Vivo e da Sercomtel, empresas que não participaram do pedido da liminar. Eles cobraram estatísticas sobre o mercado de cada companhia, a área de cobertura e queixas dos clientes. A própria CPI percorreu 10 cidades e recebeu cerca de 7 mil reclamações. O representante da empresa Oi que veio do Rio de Janeiro já tinha assinado um termo se comprometendo dizer a verdade e já estava terminando o depoimento quando a sessão foi interrompida.

[Leonardo Paranhos – deputado estadual]: Eu quero consultar evidentemente os deputados se nós devemos colher ou não o depoimento dessas operadoras.

[Nota coberta]: Na volta a decisão. Por orientação dos advogados a Assembleia os deputados encerraram os depoimentos hoje e vão esperar o julgamento de um recurso que cassar a liminar obtida pelo sindicato.

[Leonardo Paranhos – deputado estadual]: Eu suspendo a sessão e assim que tivermos o resultado da Justiça voltamos a convocar se assim for necessário.

[Ana Zimmerman – repórter]: O prazo para apresentação do relatório final da CPI é no próximo dia 18. Como a sessão foi suspensa, os deputados da comissão esperam que os trabalhos possam ser retomados nesse prazo de uma semana, se até lá houver uma decisão judicial em relação a liminar.

[Leonardo Paranhos – deputado presidente da CPI]: Nós estamos questionando de compromissos que devem ser assumidos. Resolver problemas, expansão de rede e tudo isso tem que estão falando tem que ser verdade, senão perde evidentemente o seu valor.

[Sandro Dalpícolo – âncora]: Olha, se a discussão está em cima de dizer ou não a verdade é melhor nem comentar. (transcrito *ipsis literis* pelo autor).

No dia 11 de junho de 2013, outra matéria que também abordou sobre a liminar concedida pela justiça foi veiculada, agora, no telejornal Bom Dia Paraná da RPC TV, teve em sua edição informações e elementos que enquadraram o tema de outra forma, como será transcrito a seguir:

[Paola Manfroi – âncora]: Em Curitiba, dirigentes de três empresas de telefonia conseguiram liminar na justiça para serem liberados de dizer a verdade em depoimentos na CPI da Assembleia Legislativa. A sessão acabou suspensa.

[Nota coberta]: Os diretores das cinco empresas de telefonia móvel que operam no Paraná compareceram na audiência, mas nem todos falaram. Uma liminar da justiça pedida pelo sindicato das empresas de telefonia liberava os diretores da Tim, Claro e Oi de prestar compromisso de dizer a verdade antes do depoimento. O advogado explica que eles não deveriam ter sido convocados como testemunhas.

[Davi Rechulski – advogado Sinditelebrasil]: Não há nada anormal na adoção dessa medida. Nunca houve a menor intenção de não prestar esclarecimentos na CPI. Todas as empresas compareceram aqui acompanhadas de todo seu corpo técnico com informações técnicas para passar uma radiografia do problema que está a causar efetivamente essas quedas de sinal que a todos alcança e gera um descontentamento que hoje existe.

[Nota coberta]: Vivo e Sercomtel não participaram da ação judicial e por isso os diretores dessas empresas foram ouvidos primeiro. Os deputados cobraram estatísticas sobre o mercado de cada companhia, a área de cobertura e queixas dos clientes. A CPI percorreu 10 cidades do Estado e recebeu cerca de 7 mil reclamações de clientes insatisfeitos com o celular. O diretor corporativo da Vivo não quis gravar entrevista. O presidente da Sercomtel alega que é preciso melhorar a agência reguladora.

[Christian Schneider – presidente da Sercomtel]: Você só vai melhorar a qualidade do serviço a partir do momento que você faz investimentos. E aí a própria Anatel multa as empresas em 1 bilhão de reais. Então a multa que deveria ter caráter

educativo e melhoria de investimentos ela acaba sendo penalizada e acaba penalizando o próprio cliente que vai ter menos investimentos no setor.

[Nota coberta]: Na sequência começou a ser ouvido o diretor de relações governamentais da Oi, que veio do Rio de Janeiro prestar depoimento. Ele assinou um termo se comprometendo dizer a verdade e já estava terminando o depoimento quando os deputados decidiram suspender a sessão. Por orientação dos advogados da Assembleia vão esperar o julgamento de um recurso que quer cassar a liminar obtida pelo sindicato.

[Leonardo Paranhos – deputado estadual]: Eu suspendo a sessão e assim que tivermos o resultado da Justiça voltamos a convocar se assim for necessário.

[Nota coberta]: O prazo para apresentação final do relatório é dia 18 e os deputados aguardam a decisão da justiça em até uma semana.

[Leonardo Paranhos – deputado presidente da CPI]: Nós estamos questionando de compromissos que devem ser assumidos. Resolver problemas, expansão de rede e tudo isso tem que estão falando tem que ser verdade, senão perde evidentemente o seu valor.

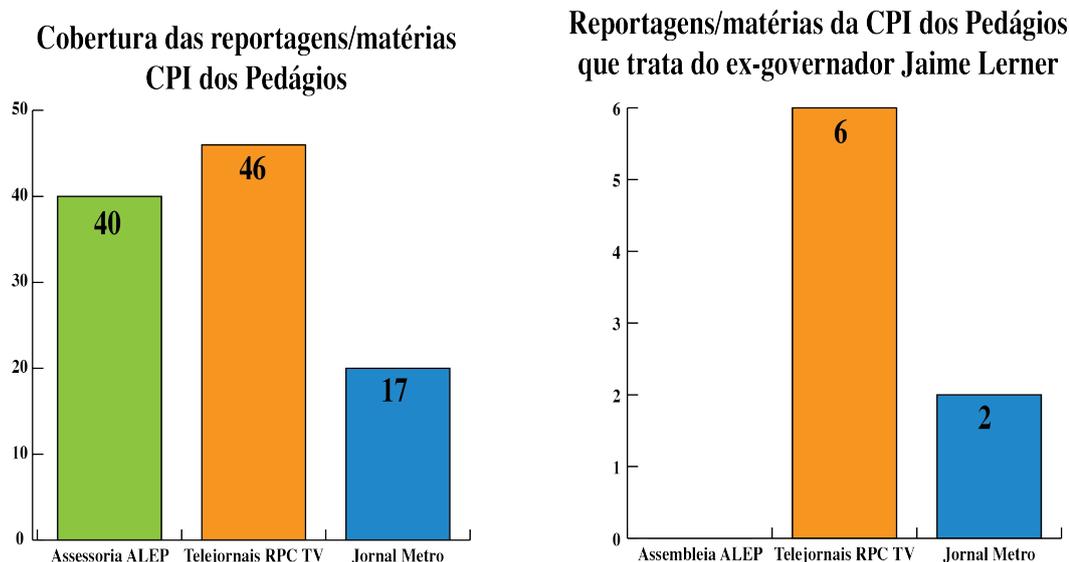
[Nota coberta]: Mas a CPI pode terminar sem ouvir os outros depoimentos da empresas. De acordo com o relator da CPI eles podem nem ser necessários.

[Nereu Moura – deputado relator da CPI]: No final acaba não sendo fundamental, porque o que nós temos de material, de documentos, de levantamentos já dá pra fazer um relatório muito bem feito e que, com certeza, vai chegar ao objetivo central que é a melhoria do serviço. (transcrito *ipsis literis* pelo autor)

Das 24 reportagens produzidas sobre a cobertura política do CPI da Telefonia Móvel pelos telejornais da RPC TV, as duas que foram transcritas acima que abordaram sobre liminar da justiça para que empresas Tim, Claro e Oi tiveram enquadramento diferentes, que se assistidas apenas uma delas, o pacote interpretativo acerca da questão da telefonia móvel isso porque o jornal Metro em sua cobertura sobre a telefonia móvel publicou 6 matérias durante o período em que a CPI esteve em funcionamento, e nenhuma delas tratou, por exemplo, da liminar que impediu a CPI de exigir que os depoentes representantes da Oi, da Tim e da Claro, firmassem o juramento de veracidade da prestação de informações à comissão.

c) Na cobertura política realizada pelos meios de comunicação analisados dos trabalhos da CPI dos Pedágios um fato chamou a atenção e que diferenciou da cobertura das outras CPI estudadas foi com relação ao depoimento do ex-governador Jaime Lerner na Assembleia Legislativa. As fontes oficiais – no caso a assessoria de imprensa da ALEP – não disponibilizaram conteúdo informando a data do depoimento do ex-governador e tampouco o conteúdo de suas declarações na CPI. Uma variante desse comportamento nos sugere acreditar que o órgão oficial teve a preferência em informar sobre o trabalho das CPIs da Assembleia Legislativa quando as pessoas envolvidas eram técnicos que pudessem colaborar nas investigações. Quando se tratou de

um político que ocupou cargo do alto escalão, como foi o caso do ex-governador Jaime Lerner, o enquadramento foi diferente, ou seja, nulo. Quanto a mídia tradicional que teria elementos para alimentar e tornar um fato escandaloso também não ocorreu. Como foi o caso dos telejornais da RPC TV que durante o período de funcionamento dos trabalhos da CPI veiculou 46 reportagens sobre o tema – a maior cobertura da emissora entre as CPIs estudadas. Já o jornal Metro não fugiu às suas características em publicar notícias sintéticas sem aprofundamento, apenas informando o mínimo.



O primeiro gráfico acima ilustra o volume de material produzido/disponibilizado pelos meios de comunicação analisados que trata da CPI dos Pedágios. Foram 40 matérias da assessoria de imprensa da ALEP, 46 reportagens dos telejornais da RPC TV e 17 matérias do jornal Metro. Já o segundo gráfico traz o indicativo de que o tema CPI dos Pedágios ao estar relacionado a um político, no caso o ex-governador Jaime Lerner, as reportagens dos telejornais da RPC TV aumentaram em relação aos outros dois meios de comunicação analisados (das 46 reportagens veiculadas, 6 foram sobre a oitiva do ex-governador Jaime Lerner), a assessoria de imprensa da ALEP que não disponibilizou material (mesmo produzindo 40 matérias sobre a CPI dos Pedágios, quando da oitiva do ex-governador Jaime Lerner, não disponibilizou nenhum material) e o jornal Metro que veiculou uma nota e uma matéria abordando depoimento do ex-governador na CPI, das 17 matérias veiculadas durante o trabalho realizado pela CPI dos Pedágios. Houve, como o gráfico nos mostra, uma mudança da cobertura pois quando um político passou a ser alvo de depoimento na CPI dos Pedágios, o ex-governador Jaime Lerner, os telejornais da RPC TV passaram a dar maior cobertura ao fato e isso pode ser explicado como lembra Thompson (2002:31), que nessa

era de visibilidade midiática, o escândalo é um risco que ameaça constantemente tragar os indivíduos cujas vidas se tornaram o foco da atenção pública.

Um outro material produzido pelo telejornal da RPC TV 1ª Edição, do dia 29 de outubro de 2019, que configurou o que Thompson (2002) chama de transgressão de segunda ordem mas aqui, na cobertura regional das CPIs da ALEP não teve continuidade e/ou desdobramento pela mídia tradicional:

[Jasson Goulart - âncora]: As concessionárias de pedágio do Paraná podem sim fazer mais obras e olhem só, reduzir as tarifas. Declaração foi feita hoje pelo diretor da Associação das Concessionárias durante um depoimento na Assembleia Legislativa. Ele foi ouvido por deputados na CPI dos Pedágio. A repórter Cristina Graeml acompanhou a sessão e vai trazer mais informações para a gente.

[Nota coberta]: O representante das seis concessionárias de pedágio do Paraná começou o depoimento resumindo os 16 anos de contrato. Passou uma hora passando números aos deputados de quanto foi arrecadado em tarifas, quanto foi gasto em obras e manutenção de estradas, atendimentos médicos e mecânicos aos usuários e pagamentos de impostos. Terminou afirmando que os donos de concessionárias estão dispostos a reduzir tarifas e fazer mais obras nas estradas.

[João Chiminazzo Neto – diretor da Associação de Concessionárias do Paraná]: Encerro esse meu depoimento para manifestar mais uma vez a firme disposição das concessionárias de discutir novas condições contratuais que permitam concretizar um único e indiscutível consenso: baixar as tarifas e realizar as obras necessárias.

[Cristina Graeml – repórter]: Na fase de perguntas os deputados quiseram saber sobre aditivos contratuais, sobre a fiscalização feita pelo governo do Estado e também sobre obras específicas. E não se convenceram com os números de arrecadação e despesas.

[João Chiminazzo Neto – diretor da Associação de Concessionárias do Paraná]: Sim, o lucro é parte da receita...

[Péricles de Mello - deputado]: ... mas então como é que as despesas somam igual a receita, não tem lucro. Como é que pode o investimento, mais despesa operacional, mais verba de fiscalização, mais impostos e financeiro dar exatamente igual a receita, não existe lucro da concessionária.

[João Chiminazzo Neto – diretor da Associação de Concessionárias do Paraná]: Eu acredito que talvez seja mais produtivo nós aguardarmos a oitava das concessionárias que haverá. Porque eu acho que vai ser mais produtivo do que nós nos alongarmos aqui, porque com certeza o doutor Gildo não sabe desses detalhes e eu também não sei desses detalhes todos. Então nós estaremos prejudicando aqui o andamento dessa sessão. (transcrito *ipsis literis* pelo autor)

Temos uma recorrência significativa, mas que não é novidade mais para os estudos sobre o jornalismo: as fontes oficiais – no caso a assessoria de imprensa da ALEP – tiveram a preferência dos jornalistas e ocuparam quantitativamente um espaço maior nas notícias como comprovou o levantamento da pesquisa. Não houve trabalho investigativo por parte da mídia tradicional.

Como lembram Tumber e Waisbord (2004^a: 1079), a forma como se dá a cobertura da mídia é o “barômetro” que indica a existência (ou a ausência) de um escândalo. Quando estão expostos com estardalhaço nas manchetes, os escândalos tendem a ser presentes e relevantes. Quando estão enterrados nas páginas internas ou ignorados, o escândalo pode ser considerado acabado. Como não houve visibilidade nas CPIs estudadas comparada às CPIs nacionais o conceito de EPMs de Thompson (2002) não se configurou regionalmente e os enquadramentos que para Goffman (1974, p.21) são quadros de referência geral que permitem aos indivíduos “localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas”, não foram suficientes para gerar um “pacote interpretativo” sobre os temas abordados pelos meios de comunicação estudados.

5 CONCLUSÕES

Vera Chaia¹⁵ (2000), pesquisadora da PUC-SP, defende que na sociedade contemporânea, onde a centralidade dos meios de comunicação é um fato, ocorre a adequação da política a estes meios. Para a professora Chaia (2000) as lideranças políticas necessitam da mídia e conseguem se firmar nesta situação à medida que sua imagem é veiculada por esta. Ou seja, a publicização torna-se, segundo a professora, fundamental para deflagrar ou firmar qualquer carreira política. No entanto, este processo de publicização pode acarretar problemas para estas lideranças, pois a arena da política está mais exposta a riscos e os políticos não conseguem controlar a visibilidade e o poder da mídia.

As considerações da professora Vera Chaia (2000) são relevantes na medida em que ao analisarmos as CPIs da ALEP, podemos fazer este tensionamento dos interesses dos partidos e principalmente dos políticos que compõem as comissões pois desejam estar sempre em visibilidade na mídia, mesmo sabendo do poder da mídia na busca por escândalos e pela audiência. No Paraná, a cobertura política de CPIs não teve visibilidade comparada a CPIs e escândalos abordados pela mídia nacional. Regionalmente não foi dada devida importância, o que pode configurar uma parcialidade que a mídia exerce em determinados assuntos, como foi o caso das CPIs. Estudos do professor Gomes (2004) sobre alguns modelos de mídia, explica este fenômeno como sendo um modelo de imprensa empresarial - que surgiu com a inserção de anunciantes e consumidores -, a imprensa era vista antes como um meio, mas agora a imprensa é um instrumento de ação no campo social.

Outra explicação plausível seria o que os autores Castells e Arsenaut (2008) tratam em seu estudo sobre os grandes “impérios” de comunicação, que segundo os autores estes exercem considerável poder econômico, político e cultural e, neste sentido, identificam movimentos de concentração mercadológica em mercados multimídia para manter o exercício destas formas de poder, como “poder comunicacional”. Os autores explicam, ainda, que a atuação destes grupos de comunicação em redes, em âmbitos global e local de um panorama de tensão entre atores das mídias novas e tradicionais, “conduziram as empresas de mídia tradicional a novos modelos vastos e complexos de organização, produção e distribuição, no qual em muitas vezes se aliam e em outras competem de forma diversificadas” (ALMEIDA, 2009, p.37) e neste ambiente, estas empresas lidam com a ambivalência de o capital ser global e as identidades serem locais (Castells e Arsenaut, 2008: 1-2).

¹⁵ <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14012.pdf>. Acesso em 12 set 2014.

A mídia tradicional contribuiu muito com a (in)visibilidade na cobertura política das CPIs da ALEP quando passou apenas a reproduzir os comunicados oficiais ou não ter ido além do factual, além da notícia. Ao fazer a cobertura política da CPI dos Planos de Saúde, a mídia tradicional (no caso dos telejornais da RPC TV e o jornal Metro), veicularam/publicaram 9 (nove) matérias que abordaram o tema. Cinco matérias do jornal Metro, que apenas reproduziram o veículo oficial. As quatro publicações dos telejornais da RPC TV não aprofundaram o tema e que foi insuficiente para que um grande número de pessoas que utilizam planos de saúde pudessem criar um entendimento.

Nas CPI da Telefonia Móvel a cobertura, mais uma vez, foi técnica e burocrática, seguindo ainda os comunicados oficiais da assessoria de imprensa da ALEP, mas o volume de material da mídia tradicional ainda foi insuficiente (6 matérias do jornal Metro e 24 veiculações dos telejornais da RPC TV, no período de seis meses que teve a duração da CPI da Telefonia Móvel.

A cobertura política, baseada em fontes e pronunciamentos oficiais, sempre será parcial, pois cada fonte conta a parte que lhe interessa na história. Se a imprensa fizesse o papel de informar com independência e isenção, confrontando as justificativas de todos os lados ao invés de apenas replicá-las, muito provável a cobertura política das CPIs teriam ganho maior amplitude. Temos uma recorrência significativa, mas que não é novidade mais para os estudos sobre o jornalismo: as fontes oficiais tiveram a preferência dos jornalistas e ocuparam quantitativamente um espaço maior nas notícias como comprovou o levantamento da pesquisa. Não houve trabalho investigativo por parte da mídia tradicional.

Fernando Azevedo (2010) defende que quando um escândalo político se transforma num evento midiático (e porque não em uma cobertura política também?) uma de suas principais consequências é a sua exploração política pelos grupos de oposição. É da natureza do jogo político, segundo Azevedo (2010). Porém a novidade que nos trouxe a pesquisa foi que, nas CPIs da Assembleia Legislativa, nenhum grupo de oposição levantou bandeira, incorporou ou fez um trabalho mais incisivo de cobrança após o levantamento do trabalho das CPIs analisadas.

Nesse sentido, há um previsível *feedback* entre a mídia que cobre e investiga e os grupos políticos interessados em jogar lenha na fogueira, faturar o desgaste dos adversários e prolongar sua agonia política na mídia e na opinião pública. Uma explicação plausível de acordo com Azevedo (2010) seria a retroalimentação entre a mídia e os partidos de oposição pode até ser ocasionalmente concentrada por interesses políticos e eleitorais comuns entre proprietários de mídia, editores e políticos, mas o mais provável é que ela ocorra pura e

simplesmente porque os governos, partidos ou políticos evitam a exposição e o julgamento dos atores sociais para que seus erros não sejam expostos pois, se assim o fizerem, aumenta a audiência da mídia e o capital político dos partidos de oposição.

Em estudos de Sant'Anna (2005: 2-3) apontam que no cenário da difusão de informações no Brasil desponta como novo ator que se diferencia das tradicionais mídias e que podem explicar o cenário que ocorreu no levantamento da pesquisa. Entre os meios tradicionais de comunicação, públicos ou privados, novos veículos informativos são ofertados ao público por organizações profissionais, sociais e inclusive por segmentos do poder público.

Sant'Anna (2005) defende ainda que deter uma visibilidade pública é o objetivo desses grupos, uma vez que para interferir na esfera pública, neste período de pós-modernidade, é necessário estar inserido na agenda midiática. Desta forma, a imprensa tradicionalmente vista como um expectador externo aos fatos começa a perder a totalidade do domínio da cena informativa. A opinião pública passa a contar com informações coletadas, selecionadas, tratadas editorialmente, filtradas e difundidas por entidades ou movimentos sociais, ou seja, corporações detentoras de interesses corporativos (p. 2-3). Assim sendo, esta nova mídia poderia ser igualmente classificada como mídia corporativa, um meio informativo preocupado não apenas em transmitir informações *intracorporis*, mas principalmente ocupar a agenda midiática com o ponto de vista setorial referente aos fatos gerais, o que podia explicar, também, o trabalho da cobertura feito pelos meios de comunicação analisados sobre as CPIs da ALEP, em 2013.

REFERÊNCIAS

- ALDÉ, Alessandra; VASCONCELLOS, Fábio. “Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias”. In: Revista de Ciências Sociais, v. 39, n. 2, 2008.
- ALMEIDA, Rodrigo Fonseca de. *A concentração do poder comunicacional na sociedade em rede*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2009.
- ANDREOLA, Paula Maia W. A série “Diários Secretos”: um exemplo de escândalo político. p. 227-250. In: Neto, João Somma; André, Hendryo (orgs.). **Mídia e política**: observações e críticas. Curitiba: Imprensa UFPR, 2013.
- ANTUNES, Elton. *Enquadramento*: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.85-99, dez. 2009.
- AZEVEDO, Fernando. Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil. In: Em Debate, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p 14-19, mar. 2010.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: 1998.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CASTELLS, Manuel; ARSENAUT, **Amelia**. *The Structure and Dynamics of Global Multi-Media Business Networks*. International Journal of Communication, fev 2008. Disponível em <http://annenbergl.usc.edu/Faculty/Communication/~media/GlobalMultimediaBusinessNetworks.ashx>; Acesso em 31/3/2015.
- CHAIA, Vera; TEIXEIRA, Marco Antonio. *Democracia e escândalos políticos*. São Paulo em Perspectiva, v. 15, n 4, p. 62-75, 2001.
- CHAMPAGNE, P. *Formar a opinião*: o novo jogo político. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CERVI, Emerson. *Métodos quantitativos nas ciências sociais*: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com qualitativas. In: Ayres, J. B. (Org.). Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas. Ponta Grossa: Toda Palavra Editora, 2009.
- CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G. *Metodologia quantitativa em pesquisas sobre cobertura jornalística*. Revista Famecos. Porto Alegre, v. 20, n. 3, pp. 840-865, set/dez 2013.
- COUTO, Cláudio G.; ABRUCIO, Fernando. *O segundo governo FHC*: coalizões, agendas e instituições. Tempo soc., São Paulo, v. 15, n. 2, Nov. 2003.
- D’ANGELO, Paul. *News framing*: as a multiparadigmatic research program: a response to Entman. Journal of Communication, v. 52, n. 4, p.870-888, 2002.
- DAVIS, James. *Levantamento de Dados em Sociologia*: uma análise estatística elementar. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

DRUMOND, Daniela Rocha. *A visibilidade da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na imprensa estadual (2010-2011)*. UFPR, 2013

ENTMAN, Robert. *Framing: toward clarification of the fractured paradigm*. Journal of Communication, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

_____. *Projection of power: framing news, public opinion, and U.S. foreign policy*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

GAMSON, William. *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GAMSON, William; LASCH, Kathryn. *The political culture of social welfare policy*. In SPIRO, S.; YUCHTMAN-YAAR, E (Ed.). *Evaluating the welfare state*. New York: Academic Press, 1983.

GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. Berkeley: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis*. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOMES, Wilson. *A transformação da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

IYENGAR, Shanto. *Is anyone responsible? How television frames political issues*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIMA, Venício A. de. (org.). *A mídia nas eleições de 2006*. Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

MARKOVITS, Andrei; SILVERSTEIN, Mark (eds.). *The politics of scandal: power and process in liberal democracies*. New York: Holmes and Meier, 1988,

MIGUEL, Luis Felipe. *Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação*. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 49, 51-77, 2000.

_____. *Dossiê mídia e política*. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, p. 7-12, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. 2010a. “*Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil*” In: MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia (orgs.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec.

_____. 2010b. “*O caleidoscópio convexo: visibilidade, meios de comunicação e campo político no Brasil*”. Trabalho apresentado no XIX Encontro da Compós. Rio de Janeiro, 8 a 11 de junho.

_____. 2010c. “*Visibilidade na mídia e campo político no Brasil*”. *Dados*, v. 53, n. 3, p. 695-735.

MUNGHAM, Geoff. “*A batalha pelo controle da agenda: a mídia, os políticos e o processo eleitoral na Grã-Bretanha*”. In: *Comunicação e Política*, Vol. III, nº 2, maio-agosto 1996.

NASCIMENTO Solano. *Jornalismo sobre investigações: relações entre o Ministério Público e a imprensa*. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

NUNOMURA, Eduardo Yoshio. *O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja*. São Paulo, 210p. Dissertação (Mestrado em Comunicações e Artes) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

OFFERLÉ, Michel. *Sociologie des groupes d'intérêt*. Paris: Montchrestien, 1994.

PORTO, Mauro. *Enquadramentos da mídia e política*. In: RUBIM, Antonio A. C. Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

SANT'ANNA, F. *Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo*. Brasília: Casa das Musas, 2005.

SENNE, Fábio José Novaes de. *Enquadrando a política sob a ótica do escândalo: uma análise da cobertura de três escândalos políticos midiáticos, a partir da perspectiva do enquadramento*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SCHUDSON, Michael. Watergate and the press. In: *The power of news*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

THOMPSON, John B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

WEBER, Maria Helena. “Comunicação pública e a captura do voto”. Trabalho apresentado no XXXI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 22 a 26 de outubro, 2007.

WOLF, Mauro. *Teorias das Comunicações de Massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Sites pesquisados sobre a Petrobras

<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/o-que-ja-se-sabe-sobre-o-escandalo-envolvendo-a-petrobras>.

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/164562-diretoria-da-petrobras-omitiu-riscos-sobre-negocio-no-japao.shtml>

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/05/cpi-da-petrobras-convoca-foster-e-cervero-mas-rejeita-chamar-lula.html>

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?tl=1&id=1514856&tit=Empreiteiras-da-Lava-Jato-doaram-R%24-38-milhoes-para-eleitores-no-Parana>

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1515184>

APÊNDICES

FEVEREIRO 2013

15/02/2013 | 11h11

CPI dos Planos de Saúde ouvirá presidente da Associação Médica do Paraná na terça-feira (19)

Por Rodrigo Rossi

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Planos de Saúde, instalada na Assembleia Legislativa, promoverá reunião na próxima terça-feira (19), às 10 horas, na Sala das Comissões da Casa, com o presidente da Associação Médica do Paraná (AMP), João Carlos Baracho. O objetivo será o de discutir e avaliar o relacionamento entre os profissionais de saúde e as operadoras dos planos de saúde, especialmente diante das medidas adotadas após a paralisação temporária do atendimento por convênios no ano passado, em sinal de protesto pela defasagem nos valores repassados aos médicos pelas consultas, e o impacto destas intervenções para os paranaenses.

Após levantamento de informações preliminares pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa, que paralelamente também vem tratando do tema, agora a CPI pretende aprofundar a discussão com a realização de audiências pelo interior do Paraná. Nesta primeira fase dos trabalhos de investigação, representantes do Procon e da Agência Nacional de Saúde (ANS) deverão ser ouvidos. "A preocupação maior da CPI é a de defender os interesses dos cidadãos. Vamos entender e saber o que vem sendo feito ou até mesmo intermediar o relacionamento entre médicos e operadoras, para que os paranaenses não sejam mais penalizados", defendeu o deputado Adelino Ribeiro (PSL), presidente da CPI.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

18/02/2013 | 17h46

CPI dos Planos de Saúde ouve presidente da Associação Médica do Paraná

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Vanderson Luiz Pereira.

Após um período dedicado à coleta e análise de documentos, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Assembleia Legislativa para investigar a relação de médicos e planos de saúde, começa a ouvir a partir desta terça-feira (19) uma série de depoimentos. O primeiro a ser ouvido será o presidente da Associação Médica do Paraná, João Carlos Gonçalves Baracho. A oitiva está marcada para as 10 horas, na Sala das Comissões do Legislativo.

O presidente da CPI dos Planos de Saúde, deputado Adelino Ribeiro (PSL), disse nesta segunda-feira que o depoimento do dirigente será importante para nortear a CPI no que diz respeito à situação dos

médicos no Paraná. “A CPI não está aqui para fazer nenhum pré-julgamento. Mas partiu da classe médica o debate sobre o relacionamento com as empresas operadoras dos planos de saúde no estado, o que levou à paralisação dos atendimentos no ano passado e ao descredenciamento de muitos profissionais nos últimos anos. Precisamos entender o que está ocorrendo para intervir. A única certeza é que a população que paga por um atendimento digno não pode ficar desamparada”.

O deputado lembra ainda que o debate foi iniciado pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia, mas acredita que a CPI terá um poder maior de investigação, o que contribuirá para esclarecimentos e ajustes necessários. Segundo o parlamentar, a partir de agora a CPI vai se concentrar nos depoimentos e, na sequência, realizará audiências também no interior do estado. “Nossos trabalhos não ficarão concentrados apenas na capital. Vamos levar o debate ao interior, ouvir a população, os médicos e os planos de saúde”.

Além do deputado Adelino Ribeiro, que preside a comissão, também fazem parte da CPI dos Planos de Saúde os deputados Anibelli Neto (relator), Mauro Moraes, Stephanes Júnior, Douglas Fabrício, Péricles de Melo e Leonaldo Paranhos.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

19/02/2013 | 15h28

CPI dos Planos de Saúde ouve dirigentes da Associação Médica do Paraná

Por Sandra C. Pacheco

A Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Assembleia Legislativa para investigar a relação de médicos e planos de saúde reuniu-se nesta terça-feira (19) para ouvir o presidente da Associação Médica do Paraná, João Carlos Gonçalves Baracho, o vice-presidente da Associação Médica Brasileira, José Fernando de Macedo, e o integrante do Comitê Profissional da AMP, Luiz Ernesto Pujol. Os três apontaram o desequilíbrio econômico-financeiro da relação entre esses profissionais e as operadoras de saúde complementar, a ineficácia da Agência Nacional de Saúde (ANS) como agente regulador e o papel de políticas equivocadas na crescente desumanização do atendimento de saúde no país.

Ao mesmo tempo, manifestaram a expectativa de que a discussão do tema através de uma CPI possa lançar novas luzes sobre o cenário cada vez mais crítico do setor, levando a uma reflexão mais profunda e indicando soluções que atendam aos segmentos envolvidos e garantam a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população. “A situação atual não pode mais perdurar”, alertou Baracho, lembrando que as operadoras se mostraram impermeáveis às tentativas de intermediação e de negociação realizadas até agora, gerando uma situação que desagrada não só aos médicos, mas principalmente aos usuários.

Desequilíbrio – Baracho reafirmou informações que já havia prestado à Comissão de Defesa do Consumidor da Casa, de que nenhuma operadora pratica a tabela atualizada de remuneração mínima estabelecida pela Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM). Os valores foram tomados da tabela de 1992. Referiu-se particularmente à Unimed Curitiba, que estaria deflacionando os honorários médicos e agravando ainda mais a situação. Dados levantados pela AMP mostram mais de três mil descredenciamentos no Paraná nos últimos dois anos. Em pelo menos dois municípios, União da Vitória e Ivaiporã, o descredenciamento foi total.

Como resultado, o estado apresenta hoje um perigoso déficit de pediatras, endocrinologistas, geriatras, hematologistas, dermatologistas, neurologistas, neuropediatras e neurocirurgiões. Na área pediátrica o quadro é tão grave que o déficit já é sentido até mesmo nas residências médicas.

Num período em que reajustou as mensalidades do usuário em 160%, as operadoras reajustaram os honorários médicos em apenas 60%. Há planos remunerando em R\$ 25,00 consultas com especialistas. Ele também denunciou a oferta de planos com preços irrealistas, incapazes de cobrir a oferta dos serviços. Entre as sugestões que apresentou aos deputados como forma de tentar coibir os abusos está a criação de instrumentos legais que definam as remunerações e assegurem uma fiscalização mais rígida por parte da agência reguladora quanto à existência ou não de lucros para os planos de saúde complementar, aos itens que geram a maior parte dos gastos das administradoras, o cumprimento dos prazos estabelecidos e uma cobertura justa em relação aos valores cobrados do consumidor. Ele é categórico: "As operadoras devem comprovar viabilidade econômica para atuar. Caso contrário, devem sair do mercado".

Os três representantes classistas fizeram severas críticas à Agência Nacional de Saúde, que consideram ineficaz, morosa e composta basicamente por pessoas egressas da área de saúde complementar. José Fernando de Macedo defendeu a desvinculação da consulta, que daria ao profissional condições de manter condignamente um consultório e oferecer um atendimento de melhor qualidade. E Pujol externou sua preferência pelo Sistema Unificado de Saúde (SUS), que considera o melhor sistema para oferecer bons serviços à população, desde que seja bem gerido e não sofra com a dispersão ou desvio de recursos.

O presidente da CPI, deputado Adelino Ribeiro (P), anunciou que deve convidar representantes das operadoras para uma próxima reunião. Também pretende ouvir médicos que se descredenciaram e outros segmentos envolvidos com a questão da saúde pública. Participaram do encontro na manhã desta segunda-feira o vice-presidente da comissão, deputado Reinhold Stephanes Júnior (PMDB), o relator, deputado Antonio Anibelli Neto (PMDB) e o deputado Péricles de Mello (PT).

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

MARÇO 2013

01/03/2013 | 14h43

CPI dos Planos de Saúde promoverá nova reunião na terça-feira (5)

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Vanderson Luiz Pereira.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Assembleia Legislativa para averiguar a relação entre médicos e planos de saúde, volta a se reunir na próxima terça-feira (5), a partir das 9h50, na Sala das Comissões do Legislativo. Foram intimados a depor na ocasião o presidente do Sindicato dos Médicos do Paraná, Murilo Rubens Schaefer, e o presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná, Alexandre Gustavo Bley. Na última semana a CPI ouviu representantes da Associação Médica do Paraná e da Associação Médica Brasileira.

"Nesta fase da CPI temos nos concentrado em ouvir a classe médica e na sequência vamos ouvir também as operadoras dos planos de saúde, para que deem os esclarecimentos necessários", afirmou o presidente da Comissão, deputado Adelino Ribeiro (PSL).

O Sindicato dos Médicos move, desde janeiro de 2012, uma ação civil pública contra as operadoras de saúde suplementar, na qual pede, entre outras coisas, que o reajuste aos médicos seja previsto em contrato. Ao CRM a CPI solicitou documentos sobre o registro dos planos de saúde que têm sede no Paraná. "Toda a informação que coletarmos agora será importante para ouvirmos depois os planos de saúde, confrontar os depoimentos e montar o relatório final", reforçou o presidente da CPI.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

04/03/2013 | 15h06

Reunião da CPI dos Planos de Saúde é transferida para a próxima semana

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Vanderson Luiz Pereira.

A reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Assembleia Legislativa para investigar a relação entre médicos e planos de saúde que atuam no Paraná, prevista inicialmente para ocorrer nesta terça-feira (5), às 9h50, foi transferida para a terça-feira da próxima semana (12), às 10 horas, na Sala de Comissões do Legislativo.

Estavam intimados a depor o presidente do Sindicato dos Médicos do Paraná, Murilo Rubens Schaefer, e o presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado, Alexandre Gustavo Bley. "Tivemos alguns contratemplos que nos impedem de manter a agenda, mas já estamos reagendando as oitivas para a próxima semana para que a CPI prossiga com os trabalhos dentro do programado", justificou o presidente da Comissão, deputado Adelino Ribeiro.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

ABRIL 2013

05/04/2013 | 16h35 > atualizado em 05/04/2013 | 16h41

CPI dos Planos de Saúde ouve representantes da ANS na terça-feira (9)

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Vanderson Luiz Pereira.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Assembleia Legislativa para averiguar a relação entre médicos e planos de saúde suplementar, volta a se reunir na próxima terça-feira (9), a partir das 10 horas, na Sala das Comissões do Legislativo. Nesta data, os deputados irão interrogar representantes da Agência Nacional de Saúde (ANS) e ouvirão ainda o advogado Gabriel Schulman, especialista nas causas envolvendo os planos de saúde.

Da ANS estarão presentes a chefe do Núcleo Regional no Paraná, Tatiana Nozaki Grave; o gerente geral de Fiscalização, Francisco Telles; e o diretor adjunto da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, Wladimir Ventura de Souza. "Importante, nesta fase da CPI, ouvir os representantes da ANS, que é o órgão regulador do setor de saúde suplementar, para que possam nos explicar por que não

interferiram nessa situação que atinge todo o País e não apenas o Paraná”, afirmou o deputado Adelino Ribeiro (PSL), presidente da CPI. “As entidades que representam a classe médica e que já estiveram aqui prestando esclarecimentos a essa Comissão também direcionaram reclamações à ANS. A presença deles aqui será importante para esclarecer algumas dúvidas”. O presidente da CPI lembrou ainda que após o encontro com a ANS serão ouvidos os planos de saúde e as entidades que os representam. “Vamos ouvir todos os lados envolvidos antes de fazer os encaminhamentos necessários”.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

08/04/2013 | 16h09 > atualizado em 08/04/2013 | 16h36

CPI dos Planos de Saúde ouve representantes da ANS

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Vanderson Luiz Pereira.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Assembleia Legislativa para averiguar a relação entre médicos e os planos de saúde complementar realiza nova reunião nesta terça-feira (9), às 10 horas, na Sala das Comissões do Legislativo, quando ouvirá representantes da Agência Nacional de Saúde (ANS).

Estarão presentes a chefe do Núcleo da ANS no Paraná, Tatiana Nozaki Grave; o gerente de Fiscalização, Francisco Telles, e o membro da diretoria de Desenvolvimento Setorial, Maurício Nunes da Silva, que substituirá o diretor Wladimir Ventura de Souza, inicialmente convocado. Também será ouvido o advogado Gabriel Schulman, especialista nas causas envolvendo os planos de saúde. Nas oitavas anteriores, nas quais foram ouvidos representantes da classe médica, foi questionada a atuação da Agência criada pelo governo federal.

“A ANS é o órgão responsável por regular a relação entre os planos de saúde complementar e os prestadores de serviço, no caso os médicos. Há uma normativa que regula essa relação, mas pelo que pudemos apurar, não está sendo cumprida na sua totalidade e será importante ouvir a explicação da Agência, até para tomarmos algumas decisões primordiais em nossa investigação”, afirmou o deputado Adelino Ribeiro (PSL), presidente da CPI dos Planos de Saúde.

O deputado lembrou ainda que após a reunião desta terça-feira, passará a convocar os representantes dos planos de saúde para que possam dar as explicações necessárias às investigações. “Não vamos deixar de ouvir nenhum representante. Queremos chegar a uma conclusão justa, que proteja os interesses do cidadão paranaense, que paga pelo plano de saúde e tem o direito a um atendimento médico”.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

12/04/2013 | 13h29

CPI dos Planos de Saúde pede prorrogação e tem nova reunião na terça-feira (16)

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Vanderson Luiz Pereira.

Os deputados integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a relação entre operadoras dos planos de saúde complementar e prestadores de serviço voltam a se reunir na próxima

terça-feira (16), na Assembleia Legislativa, para ouvir a coordenadora do Procon do Paraná, Cláudia Francisca Silvano, e o presidente do Conselho Regional de Odontologia do Estado, Roberto da Veiga Cavali.

A reunião, que ocorre a partir das 10 horas, na Sala das Comissões do Legislativo, já será dentro do novo prazo de trabalhos da comissão. O presidente, deputado Adelino Ribeiro (PSL), solicitou a prorrogação dos trabalhos por mais 60 dias, aprovada em Plenário na última terça-feira (9). "Agora os trabalhos serão estendidos até o dia 14 de junho", informou.

De acordo com o parlamentar, a reunião de terça-feira será a última para ouvir os prestadores de serviços e órgãos reguladores ou de defesa do consumidor. A partir da próxima semana serão convocados os representantes das empresas operadoras dos planos de saúde suplementar. "Temos elementos agora para questioná-los e também vamos abrir o espaço para que as empresas possam fazer a sua defesa e apresentar a sua versão a essa situação", destacou.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

16/04/2013 | 16h18 > atualizado em 17/04/2013 | 18h38

CPI dos Planos de Saúde ouve Procon e representantes dos profissionais de odontologia

Por Sandra C. Pacheco.

A CPI dos Planos de Saúde da Assembleia Legislativa voltou a se reunir na manhã desta terça-feira (16) para ouvir a coordenadora do Procon do Paraná, Claudia Francisca Silvano, o presidente do Conselho Regional de Odontologia, Roberto da Veiga Cavali, o dirigente do Conselho Federal de Odontologia no Paraná, Emersson Luiz Jorge, e o representante da Associação Brasileira de Odontologia no Estado, Celso Russo, sobre a relação entre esses profissionais e as operadoras de saúde, com consequências diretas no atendimento ao usuário.

No início da sessão, o presidente da CPI, deputado Adelino Ribeiro (PSL), anunciou a prorrogação dos trabalhos da comissão por mais 60 dias, conforme proposição já aprovada pelo Plenário da Assembleia, na expectativa de ouvir ainda os representantes das operadoras e outros segmentos envolvidos na prestação de serviços na área de saúde. Também serão realizadas nesse período audiências públicas em Londrina, Maringá e Cascavel, em datas a serem definidas, com vistas a um diagnóstico mais completo da situação no Paraná para o relatório final dos trabalhos da comissão.

Fiscalização deficiente – Uma vez mais os depoentes apontaram a ineficiência da Agência Nacional de Saúde (ANS) na fiscalização dos eventuais abusos e irregularidades praticados pelas operadoras. Segundo a coordenadora do Procon, o órgão recebeu 1.725 reclamações contra operadoras de planos de saúde no ano passado, 217 das quais foram transformadas em processos administrativos. As queixas mais recorrentes se referem a descumprimento de contrato, recusa de cobertura de procedimento, de fornecimento de guias, reajustes e cobranças abusivas, além das chamadas "cobranças por fora" por parte dos profissionais.

Ela defendeu um papel mais efetivo da ANS para garantir o cumprimento da regulamentação já existente. "Os conflitos entre os prestadores de serviço e as operadoras precisam ser resolvidos porque refletem sempre no atendimento ao usuário, a parte mais frágil nessa relação, que paga e que não pode ter seus direitos desrespeitados". Questionada sobre pontos polêmicos dos contratos, ela observou que alguns, principalmente os celebrados antes da Lei nº 9.656, contém regras que contrariam os dispositivos legais. E acrescentou a falta de informações precisas ao consumidor como mais um fator a agravar o desequilíbrio dessa relação.

Cavali relatou as dificuldades encontradas pelos profissionais da área odontológica para se adequarem às condições impostas pelas administradoras dos planos que, em seu entender, se recusam a encarar a saúde bucal como parte integrante da assistência sanitária. Preferem oferecê-la como uma espécie

de “penduricalho”, um “brinde” para atrair o cliente. Denunciou o valor irrisório dos honorários, que desconsideram os custos reais do atendimento, e a frequente recusa ao internamento hospitalar para pacientes de risco.

Emersson Jorge destacou a exigência – em sua opinião, desnecessária – de raio X para comprovar a execução dos serviços prestados, prática onerosa para o profissional – que recebe apenas R\$ 2,45 pelo procedimento – ao mesmo tempo em que expõe o paciente aos efeitos nocivos da radiação. Os profissionais pediram a intermediação dos parlamentares que compõem a CPI nas tentativas de negociação com as operadoras, pois as tentativas realizadas até agora se mostraram infrutíferas. Tanto que uma paralisação nacional no dia 19 de maio, nos moldes da que foi feita pela classe médica em 2012, será feita para marcar o protesto da categoria.

Também participaram da reunião desta terça-feira o deputado Anibelli Neto (PMDB), relator da CPI, os deputados Péricles de Mello (PT) e Mauro Moraes (PSDB), o presidente da Associação Brasileira de Odontologia, Celso Russo, e o procurador jurídico do Conselho Regional de Odontologia, Everson da Silva Biazon.

22/04/2013 | 15h07

Paranhos assume CPI da Telefonia Móvel e promete resultados

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

Depois de assumir na semana passada a CPI da Telefonia Móvel – a quinta criada pela Assembleia Legislativa ainda em novembro e a única ainda sem funcionamento – o deputado Leonaldo Paranhos (PSC) apresentou um plano de trabalho que prevê coleta de dados e audiências públicas nas principais cidades do estado para avaliar a qualidade do serviço prestado. “Apesar do pouco tempo faremos uma grande CPI, com resultados concretos para a população, até porque há elementos para isso como já está comprovado. A qualidade dos serviços prestados é muito ruim, muito abaixo da média, os consumidores têm tido prejuízos e as empresas demonstram pouco ou nenhum interesse em resolver os problemas”, avalia Paranhos.

Sobre a demora no funcionamento da CPI, o deputado Paranhos argumentou que ainda em novembro ele apresentou um plano de ação para contribuir com os trabalhos, mas não como presidente.

“Gostaríamos de contribuir porque temos um acervo interessante de informações coletadas na Comissão de Defesa do Consumidor, onde já tratamos desse tema, e na primeira audiência pública da telefonia móvel realizada em 2011. Não pretendia assumir a presidência por ter já ter presidido uma CPI em 2011, e em razão do excesso de compromissos que já tenho na Casa, na Comissão de Defesa do Consumidor, na Frente Parlamentar de Combate às Drogas e como membro da CPI dos Planos de Saúde. Mas atendemos ao apelo dos colegas e tenho a convicção de que com o apoio do relator, deputado Nereu Moura (PMDB), e dos demais membros, faremos um grande trabalho”, diz.

No plano de ações apresentado na semana passada, o presidente da CPI propõe realizar audiências públicas nas seis principais cidades do estado (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu) e firmar parcerias com faculdades e universidades dessas cidades para a tomada de depoimentos dos usuários. Sempre em parceria com os órgãos de defesa do consumidor, os problemas identificados nessas audiências regionalizadas seriam trazidos para uma grande audiência pública em Curitiba, quando haveria uma confrontação com as operadoras de telefonia móvel. “O foco é qualidade dos serviços. Já estão falando em 4G, mas nem o 3G funciona. Primeiro precisam melhorar o 3G e entregar sinal de qualidade para uma simples ligação, o que não acontece hoje. Precisamos apertar o cerco a essas empresas e colocá-las numa saia justa. Elas precisam fazer os

investimentos necessários para que a telefonia, pelo menos no Paraná, atenda ao direito do consumidor”, diz Paranhos.

Ainda segundo o deputado, é fundamental cobrar a responsabilidade da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e contar com a colaboração do Poder Judiciário. “A Anatel precisa cumprir o seu papel de fiscalizar, de forma séria e consistente, apontando quais empresas não cumprem seus contratos. E esperamos da Justiça agilidade em punir as empresas irresponsáveis. Precisamos mexer no bolso dessa gente. Da mesma forma que eles mexem no bolso da sociedade, tirando dinheiro e não entregando o serviço. Precisamos mexer no bolso deles, com multas pesadas. Acho que essa é a linha que a CPI deve adotar”, adverte.

Composição – Com Paranhos (PSC) na presidência e Nereu Moura (PMDB) na relatoria, a CPI tem como membros os deputados Bernardo Carli (PSDB), Gilberto Martin (PMDB), Professor Lemos (PT), Roberto Accioli (PV) e Luiz Carlos Martins (PSD).

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

29/04/2013 | 17h31 > atualizado em 29/04/2013 | 17h38

CPI da Telefonia Móvel realiza primeira reunião nesta terça-feira (30)

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel realiza nessa terça-feira (30), às 11 horas, na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa, a sua primeira reunião de trabalho. Criada em novembro do ano passado, a CPI só passou a funcionar na semana passada, quando os deputados Paranhos (PSC) e Nereu Moura (PMDB) aceitaram assumir respectivamente a presidência e relatoria da comissão, após uma conversa com outros partidos. “Precisamos conciliar rapidez com eficiência, uma vez que a CPI já está na prorrogação. A vantagem é que já temos um bom acervo de informações e vamos trabalhar com audiências públicas regionalizadas e em parceria com os órgãos de defesa do consumidor”, explica Paranhos.

Também compõem a CPI como membros os deputados Bernardo Carli (PSDB), Gilberto Martin (PMDB), Professor Lemos (PT), Roberto Accioly (PV) e Luiz Carlos Martins (PSD).

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

30/04/2013 | 14h18 > atualizado em 30/04/2013 | 14h30

Reuniões itinerantes e relatórios da Comissão de Defesa do Consumidor auxiliarão trabalho da CPI da Telefonia

Por Rodrigo Rossi

Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel realizaram uma reunião de trabalho na manhã desta terça-feira (30), na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa. O objetivo, segundo adiantou o presidente da comissão, deputado Leonaldo Paranhos (PSC), foi o de definir estratégias para levar a discussão sobre o problema dos serviços prestados pelas operadoras ao interior do estado.

Relatórios elaborados pela Comissão de Defesa do Consumidor sobre os problemas da telefonia no Paraná, cujo presidente também é o deputado Paranhos, serão também considerados e aproveitados pela CPI, uma vez que já houve um profundo trabalho de levantamento de informações sobre o setor, inclusive com depoimentos e o posicionamentos das companhias e de órgãos de proteção dos usuários de serviços de telefonia móvel.

“Vamos colocar no papel as metas e aquilo que já foi levantado, propondo uma CPI itinerante. Temos menos de 50 dias para fechar este trabalho. Faremos ao menos três reuniões no interior, ouvindo a população, porque é ela que sente diretamente esta deficiência. Vamos exigir que a Anatel também fiscalize e cumpra com suas obrigações, assim como as operadoras. Existem oito CPIs sobre o tema montadas e em andamento no Brasil. Esperamos chegar a vinte para pleitearmos, em Brasília, logo após esta apuração parlamentar, mudanças efetivas na legislação”, disse Paranhos.

Os deputados Nereu Moura (PMDB), Gilberto Martin (PMDB), Bernardo Carli (PSDB) e Professor Lemos (PT) participaram da audiência.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

MAIO 2013

02/05/2013 | 13h07 > atualizado em 02/05/2013 | 15h17

Em site próprio, CPI da Telefonia Móvel recebe reclamações e denúncias sobre qualidade do serviço

Por Rodrigo Rossi

A população já tem à disposição mais um canal para formalizar denúncias ou manifestar o descontentamento com os serviços das operadoras de telefonia móvel. O site próprio da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel está no ar (www.cpiparana.com.br) e também é acessível por atalho na página institucional da Assembleia Legislativa (www.alep.pr.gov.br). O objetivo é permitir aos paranaenses um espaço para registro de reclamações, além de permitir um acompanhamento mais direto das atividades desenvolvidas pela CPI.

Para tanto, a página apresenta a agenda de trabalhos, das visitas da comissão aos municípios do interior, vídeos das diligências e notícias e informações sobre telefonia móvel. Uma pesquisa de aprovação ou não da telefonia também consta no site. A página foi formulada pela equipe de gabinete que assessora o deputado Leonaldo Paranhos (PSC), presidente da CPI.

Outra importante ferramenta é a conexão com a denominada “Operação Tututu”, do site “Reclame Aqui”, cujo papel é, a partir da formalização de denúncias, assegurar o valor jurídico da reclamação, inclusive com o encaminhamento do registro aos órgãos competentes, principalmente ao Ministério Público Federal, como informa o próprio site.

Próximas ações – Ainda nesta semana a CPI realizou reunião de trabalho para traçar metas e definir ações para os próximos dias. Além de visitas ao interior, em parceria com outros órgãos e instituições,

a exemplo do Procon, do Ministério Público do Paraná e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para aferir o grau de satisfação dos usuários e mapear as deficiências do serviço, os deputados já vão colocar o assunto em pauta, de 8 a 10 deste mês, no encontro da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), em Foz do Iguaçu.

Segundo Paranhos, é importante que outros estados se envolvam na discussão para, em seguida, pleitearem mudanças na legislação, principalmente exigindo mais rigor na fiscalização por parte da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). “Queremos que se façam alterações na legislação, principalmente sobre a implantação de novas torres de transmissão no Paraná, que é o que parece ser hoje um dos principais problemas, com a queda e falta de sinal, além de outras melhorias no serviço”, disse o presidente da CPI.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

07/05/2013 | 17h32

CPI dos Planos de Saúde ouve representantes das operadoras

Por Sandra C. Pacheco

Representantes de operadoras de planos de saúde suplementar participaram nesta terça-feira (7) da audiência realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Assembleia Legislativa justamente para investigar a relação entre essas operadoras, prestadores de serviços e usuários. Em nome da Associação Brasileira de Medicina em Grupos (Abramge) falou seu vice-presidente, Cadri Massuda, que fez um balanço das atividades e dos desafios encarados hoje pelo setor.

Representando a União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), depôs seu superintendente Mauro Pereira, relatando uma convivência tranquila com os prestadores de serviços, uma vez que a instituição não visa lucro. E o representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasaúde), Sandro Leal Alves, destacou que 94% do financiamento dos hospitais tem a ver com as operadoras, “que contribuem fortemente para a inovação tecnológica da assistência à saúde no país”.

Desequilíbrio – Massuda e Alves enumeraram vários fatores que, segundo eles, estariam impedindo uma melhor remuneração aos prestadores de serviço, a começar pela dificuldade de organizar a administração de uma área tão complexa. Sinalizaram para o alto custo da tecnologia, o envelhecimento da população, o modelo de medicina praticado atualmente, os meios de comunicação, o rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde (ANS), as liminares judiciais, o alto preço de medicamentos, órteses e próteses, o aumento de 223,3% no volume de internações entre 2007 e 2012, como alguns dos pontos que vêm encarecendo cada dia mais os serviços prestados.

Massuda disse que 15% do que se gasta hoje em medicamentos se refere à órtese e prótese: “Há uma tendência a se adotar as inovações, comportamento que só se intensificou com o advento da nanotecnologia. São medicamentos caros, amplamente divulgados através dos meios de comunicação, que passam a ser prescritos antes mesmo que se tenha um conhecimento consolidado da relação custo-benefício”, lamentou.

Para exemplificar a situação, citou dados da própria ANS, segundo os quais 30% dos exames realizados não são sequer retirados pelos pacientes, e 50% revelam uma situação normal. Negou que as operadoras sugiram a substituição de procedimentos por outros menos dispendiosos, lembrando que há sanções éticas e multas previstas para esse tipo de ocorrência, e exibiu números recentes que mostram o patamar de lucros das operadoras situado numa média de 2,5% ao ano. Nessa faixa se encontra, por exemplo, a Unimed, que movimentou cerca de R\$ 33 bilhões no ano passado. Outra grande empresa, a AMIL, amargou, segundo números levantados pela revista Exame, um prejuízo de R\$ 161 milhões no período.

Tanto Massuda quanto Leal consideram que a ANS teve uma influência benéfica no sentido de disciplinar o setor, afastando os aventureiros e reduzindo drasticamente o número de operadoras, mas atualmente estaria “criando braços e pernas” e extrapolando de sua função ao interferir de forma prejudicial, promovendo embaraços burocráticos e gerando custos que, no final das contas, acabam encarecendo os serviços de saúde. Criticaram a falta de regulação para as outras partes envolvidas nas ações de saúde (hospitais, prestadores de serviço e indústria farmacêutica), e a falta de controle e fiscalização em relação aos ressarcimentos feitos ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Finalmente, defenderam um diálogo franco entre as partes envolvidas na prestação de serviços de saúde suplementar, uma distribuição mais justa e eficiente das despesas, a unificação das tabelas e codificações de procedimentos e a exclusão no cálculo atuarial dos honorários médicos, permitindo a livre negociação entre médico e usuário.

Participaram da reunião os deputados Adelino Ribeiro (PSL), presidente da CPI, o deputado Anibelli Neto (PMDB), o relator, e os deputados Tercílio Turini (PPS) e Leonaldo Paranhos (PSC).

08/05/2013 | 13h27 > atualizado em 08/05/2013 | 13h54

CPI da Telefonia Móvel inicia roteiro de visitas ao interior por Foz do Iguaçu

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa estará em Foz do Iguaçu desta quarta (8) até sexta-feira (10), cumprindo programação para apurar a qualidade dos serviços de telefonia celular na cidade. O trabalho será feito com a Central Móvel da CPI, que além de uma equipe de repórter e cinegrafista, contará também com o apoio de representantes do Procon e de estudantes estagiários de Direito. “Vamos percorrer a cidade, levantar informações e registrar reclamações (denúncias) dos usuários de Foz e de outros municípios do estado”, informa o presidente da comissão, deputado Leonaldo Paranhos (PSC).

Segundo a programação aprovada na semana passada, nesta quarta-feira a equipe fará levantamento de informações e contatos com os órgãos de defesa do consumidor. Na quinta-feira (9) os deputados membros da CPI acompanham a Central Móvel a partir das 14 horas na Praça do Mitre, na Avenida Jorge Shimmelpfeng, 351, no Centro de Foz. Na sexta-feira (10) a equipe da CPI participa da assembleia da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), no Hotel Mabu, onde estarão representantes de assembleias legislativas de todo o país.

Os membros da CPI consideram o encontro da Unale uma oportunidade para unificar os trabalhos e

fortalecer a cobrança para que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as operadoras avancem com mais rapidez na fiscalização e melhoria dos serviços. "Vamos aproveitar o encontro da Unale para debatermos o tema e trocarmos experiências com membros de CPIs que já investigam a telefonia celular em outros dez estados do país. Queremos criar um movimento nacional e propor alterações na legislação federal da telefonia móvel, principalmente no que se refere à instalação de novas antenas", enfatiza Paranhos.

Depois de Foz, ainda no mês de maio, a Central Móvel da CPI estará em Francisco Beltrão (dias 13 e 14), Cascavel (15 e 16), Maringá (17 e 18), Londrina (20 e 21), Guarapuava (22 e 23), Ponta Grossa (24 e 25) e Curitiba, de 27 a 29 de maio.

Site– Usuários de telefones celulares de todo o Paraná estão sendo convidados a acessarem o site da CPI para registrarem reclamações e responderem a uma pesquisa sobre a qualidade do serviço prestado em suas cidades. O site é www.cpiparana.com.br

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

09/05/2013 | 16h25

CPIs da Telefonia de dez estados se reúnem em Foz do Iguaçu

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

Representantes de comissões parlamentares de inquérito de dez estados do país se encontram em Foz do Iguaçu nesta sexta-feira (10), para debater estratégias conjuntas de investigação e propostas que resultem em nova legislação para o setor. O encontro acontece a partir das 10 horas no Hotel Mabu Thermas e Resort (Avenida das Cataratas, 3175), onde estará ocorrendo assembleia geral da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale).

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

10/05/2013 | 13h28

Unale debate em Foz a unificação das eleições e as CPIs da Telefonia

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Victor Almeida.

O deputado Artagão Júnior (PMDB), presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), coordenou em Foz do Iguaçu, no auditório do Hotel Mabú, nesta sexta-feira (10), o seminário "Unificação das Eleições e CPI da Telefonia Móvel". O objetivo da comissão da Unale pela Unificação das Eleições é apoiar a redução do custo das eleições no país.

Somente em 2012, segundo a Unale, foram gastos mais de R\$ 1 bilhão em processos eleitorais.

Atualmente as eleições acontecem de dois em dois anos, alternando a escolha dos representantes do Legislativo e do Executivo municipais com a dos ocupantes dos cargos nos níveis estadual e federal. A

proposta é para que o presidente, senadores, governadores, deputados estaduais e federais, prefeitos e vereadores sejam escolhidos na mesma eleição.

Telefonia Móvel – Com a finalidade de avaliar e cobrar boa qualidade dos serviços de telefonia móvel no Brasil, a Unale criou, no final de fevereiro deste ano, uma comissão especial para condução do processo de mobilização nacional em favor da instauração de CPIs nas Assembleias Legislativas. Presidida pelo deputado Ernani Polo (PP/RS), a comissão pretende mobilizar todas as Assembleias Legislativas para criarem suas CPIs e fiscalizarem os serviços das operadoras. A CPI da Telefonia Móvel instalada na Assembleia Legislativa do Paraná, presidida pelo deputado Leonaldo Paranhos (PSC), é uma das participantes do encontro da Unale.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

13/05/2013 | 13h26 > atualizado em 13/05/2013 | 18h17

CPI da Telefonia Móvel tem novo calendário de visitas ao interior

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

Após o início das ações em Foz do Iguaçu nas últimas quinta e sexta-feira (9 e 10), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa definiu nesta segunda-feira (13) um novo calendário de visitas ao interior do estado. A nova agenda prevê visitas a Francisco Beltrão e Pato Branco nesta terça-feira (14), Guarapuava no dia 15, Ponta Grossa nos dias 16 e 17, Londrina no dia 20, Maringá nos dias 21 e 22, Cascavel nos dias 23 e 24, e Curitiba nos dias 27, 28 e 29 de maio.

Em Francisco Beltrão a Central Móvel ficará instalada no período da manhã, no calçadão em frente à "Concatedral". Em Pato Branco, à tarde, a Central Móvel irá registrar reclamações e denúncias dos usuários na Praça Presidente Vargas, em frente à Igreja Matriz.

Audiências Públicas– Durante as visitas da CPI a Maringá, Cascavel e Curitiba a CPI da Telefonia Móvel realizará também audiências públicas para debater o tema com autoridades, diretores de empresas, órgãos de defesa do consumidor e usuários do sistema. "Vamos aproveitar as audiências para, em sintonia com a relatoria, convocar as pessoas e realizar as oitivas necessárias", explica o presidente da comissão, deputado Paranhos (PSC).

14/05/2013 | 15h40

CPI da Telefonia Móvel visita Guarapuava nesta quarta-feira (15)

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

Após passar por Francisco Beltrão e Pato Branco nesta terça-feira (14), a equipe da CPI da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa vai estar nesta quarta (15) em Guarapuava. A Central Móvel da CPI ficará instalada no calçadão da rua XV de Novembro, em frente à Rádio Cultura, das 10 às 19 horas. Durante o período em que estiver em Guarapuava, a equipe da CPI fará o levantamento de informações sobre a qualidade dos serviços e acolherá reclamações e denúncias dos usuários do sistema. "Todas as denúncias serão gravadas em vídeo e farão parte do acervo que irá compor o

relatório final da CPI”, informa o presidente da Comissão, deputado Paranhos.

Nas próximas quinta e sexta, dias 16 e 17, a Central Móvel da CPI estará em Ponta Grossa, em local ainda a ser definido.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

15/05/2013 | 15h59

Ponta Grossa recebe CPI da Telefonia Móvel

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

Depois de passar por Foz do Iguaçu (dias 9 e 10), Francisco Beltrão e Pato Branco (14) e Guarapuava (15), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa chega a Ponta Grossa nesta quinta-feira (16) e permanece na cidade até a tarde de sexta-feira (17).

Na capital dos Campos Gerais a Central Móvel da CPI ficará instalada no Parque Ambiental, ao lado do Terminal Central, das 10 às 18 horas, para registrar reclamações e acolher denúncias dos usuários do sistema de telefonia celular. Na Central Móvel os clientes de operadoras de telefonia também poderão receber orientações de um advogado especialista em direito do consumidor.

Na próxima semana a CPI vai estar em Londrina (20), Maringá (21 e 22), Cascavel (23 e 24) e fecha a programação externa em Curitiba nos dias 27, 28 e 29 de maio.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

17/05/2013 | 13h49

CPI da Telefonia Móvel vai a Londrina, Maringá e Cascavel na próxima semana

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa chega a Londrina nesta segunda-feira (20). Londrina é a sexta cidade a receber a equipe da comissão, que já passou por Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Pato Branco, Guarapuava e Ponta Grossa – onde ainda permanece nessa sexta-feira (17).

Em Londrina a Central Móvel da CPI ficará instalada no Calçadão da Avenida Paraná (em frente ao Banco do Brasil), das 10 às 19 horas, recebendo reclamações e registrando denúncias dos usuários do sistema de telefonia celular da cidade.

Nas próximas terça e quarta-feira, dias 21 e 22, a Central Móvel da CPI se desloca para Maringá, e nesses dois dias atenderá aos usuários na Praça Raposo Tavares, na esquina das avenidas Brasil e Getúlio Vargas, também das 10 às 19 horas.

A CPI da Telefonia Móvel encerra a agenda da semana em Cascavel, nos dias 23 e 24, realizando o mesmo trabalho de coleta de informações e acolhendo denúncias dos consumidores. “Todo esse material recolhido pela nossa Central Móvel será exibido na audiência pública em Curitiba e fará parte do relatório final a ser preparado pelo deputado Nereu Moura”, informa o presidente da CPI, deputado Paranhos (PSC).

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

20/05/2013 | 15h06 > atualizado em 20/05/2013 | 15h13

CPI dos Planos de Saúde ouve presidente da Unimed nesta terça-feira (21)

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Vanderson Luiz Pereira.

O presidente da Unimed do Paraná, Orestes Barroso Medeiros Pullin, será ouvido na manhã desta terça-feira (21), a partir das 10 horas, na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa, pelos deputados que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Planos de Saúde. Também participa da oitiva o representante da Sociedade Cooperativa de Serviços Odontológicos (Uniodonto), Paulo Henrique Cariani.

De acordo com o presidente da Comissão, deputado Adelino Ribeiro (PSL), a CPI entrou na reta final e após a reunião desta terça-feira serão realizadas mais três audiências públicas. A primeira delas será quinta-feira (23) em Ponta Grossa; a segunda acontece no dia 6 de junho, em Londrina, e a terceira ocorre no dia 14 de junho, em Cascavel.

"Gostaríamos de realizar mais audiências públicas, mas não haverá tempo para isso. Mesmo assim, pela quantidade de denúncias que recebemos por e-mail ou via telefone, já temos um panorama de praticamente todas as regiões do estado", ressaltou. "Os planos de saúde, segundo a Coordenadoria do Procon do Paraná, só não superam a telefonia em número de reclamações. Foram mais de 1.750 reclamações apenas em 2012. Também recebemos uma vasta documentação da Agência Nacional de Saúde que mostra uma quantidade absurda de notificações e multas aplicadas às operadoras apenas no estado do Paraná. Não são apenas os médicos que estão reclamando das operadoras devido aos seus baixos honorários, mas também os usuários que não estão sendo bem atendidos. A oportunidade de as empresas darem as explicações está sendo aberta na CPI".

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

21/05/2013 | 16h34 > atualizado em 22/05/2013 | 12h51

Representantes da Unimed e da Uniodonto participaram de reunião da CPI dos Planos de Saúde

Por Rodrigo Rossi

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Planos de Saúde ouviu na manhã desta terça-feira (21) o diretor-presidente da Unimed no Paraná, Orestes Barroso Pullin, e o representante da Sociedade Cooperativa de Serviços Odontológicos (Uniodonto), Paulo Henrique Cariani. Eles apresentaram aos parlamentares um balanço dos serviços cooperados que prestam, da forma de funcionamento dos seus procedimentos, além dos respectivos custos operacionais. "Foi importante, porque permite que possamos oportunizar aos planos de saúde a explicação necessária aos trabalhos da CPI. Vamos dar continuidade aos trabalhos agora, ouvindo as pessoas no interior do estado. Iniciaremos por Ponta Grossa, depois seguiremos para Maringá e Cascavel para depois elaborarmos o relatório sobre os levantamentos", disse o presidente da comissão, deputado Adelino Ribeiro (PSL).

Os representantes das operadoras apresentaram dados financeiros e reconheceram durante a reunião

possíveis falhas nos sistemas de atendimento, mas adiantaram que existem políticas permanentes de avaliação dos procedimentos e das reclamações para a constante melhoria dos serviços oferecidos. “Oportunidade para colocarmos à CPI o nosso sistema de funcionamento, métodos, receitas e despesas. Essa foi a expectativa, até para que os deputados conheçam um pouco mais. A Assembleia tem esse papel de esclarecer a sociedade. E aqui viemos para isso, para discutir e contribuir”, disse o diretor-presidente da Unimed.

Os deputados Anibelli Neto (PMDB), Stephanes Júnior (PMDB) e Leonaldo Paranhos (PSC) também participaram da reunião.

22/05/2013 | 13h54 > atualizado em 22/05/2013 | 16h16

CPI dos Planos de Saúde realiza audiência pública em Ponta Grossa

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Vanderson Luiz Pereira.

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Planos de Saúde, instalada na Assembleia Legislativa, inicia nesta quinta-feira (23) uma série de três audiências públicas no interior do estado. A primeira delas será realizada em Ponta Grossa, a partir das 10 horas, na Câmara de Vereadores do Município. Na sequência os deputados estarão em Londrina, no dia 6 de junho, e em Cascavel, no dia 14 de junho.

A Comissão foi instalada para investigar a relação entre as operadoras dos planos de saúde e os prestadores de serviço, após a Associação Médica do Paraná pedir a intervenção da Assembleia Legislativa para resolver a questão dos honorários médicos, defasados, segundo a entidade, há pelo menos dez anos.

A consequência disso é que desde abril de 2011 ocorreram três mil descredenciamentos no Paraná. “Há, claramente, uma negligência da Agência Nacional de Saúde, porque a reclamação sobre os honorários médicos não é exclusiva do Paraná, ela ocorre no Brasil inteiro. E temos visto que as empresas apresentam lucros cada vez maiores. O problema é que os médicos deixam de atender pelos planos de saúde e quem paga sai prejudicado, porque não tem a assistência do seu médico ou, pela redução de credenciados, as consultas e os procedimentos demoraram cada vez mais”, afirmou o deputado Adelino Ribeiro (PSL), presidente da CPI. A audiência pública, segundo o deputado, será uma oportunidade de o consumidor e médicos do interior apresentarem as suas queixas. “A audiência será aberta a todos que tiverem interesse em debater o tema”.

De acordo com o Procon do Paraná, no Estado foram registradas mais de 1,7 mil reclamações contra os planos de saúde apenas no ano passado, número menor apenas que o da telefonia. “É um mercado que movimenta bilhões, anualmente no estado, mas a qualidade do atendimento é questionável em muitos momentos. Quando um usuário do plano de saúde, descontente com o atendimento, sai do plano, ele volta para o Sistema Único de Saúde, que está cada vez mais inchado. Temos denúncia, inclusive, de operadoras que se negam a realizar alguns procedimentos e o paciente, que paga o plano, é encaminhado para o SUS”.

Fonte: Assessoria de Imprensa, (41) 3350-4188 ou 4049

22/05/2013 | 16h51

CPI da Telefonia Móvel encerra em Cascavel roteiro pelo interior

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa encerra em Cascavel nesta quinta e na sexta-feira (dias 23 e 24) sua agenda pelo interior do estado. Nesses dois dias a Central Móvel da CPI fica instalada no calçadão da Avenida Brasil, em frente à Catedral, para registrar reclamações e receber denúncias dos usuários sobre a qualidade do serviço na cidade. Além da equipe formada por repórter, cinegrafista, advogado e técnicos do PROCON, o trabalho em Cascavel contará com o reforço de estudantes do curso de Direito da Univel. "As reclamações e denúncias dos consumidores da telefonia são fundamentais para que a CPI possa mapear os principais problemas em cada cidade e região e, a partir daí, pressionar as operadoras e a Anatel para que encontrem soluções", explica o presidente da comissão, deputado Leonaldo Paranhos (PSC), que também acompanhará o trabalho da CPI em Cascavel.

Iniciado no dia 8 de maio, o roteiro de visitas contemplou as principais cidades em diversas regiões do Paraná. A CPI já apurou informações e colheu denúncias em Foz do Iguaçu (dias 9 e 10), Francisco Beltrão e Pato Branco (14), Guarapuava (15), Ponta Grossa (16 e 17), Londrina (20), Maringá (21 e 22) e Campo Mourão, onde está na tarde desta quarta-feira (22).

Após encerrar a agenda do interior em Cascavel nessa sexta-feira (24), a CPI conclui o trabalho externo em Curitiba, de 27 a 29 de maio, quando a equipe da Central Móvel ficará instalada no calçadão da Rua XV (Boca Maldita), sendo que no dia 28 o atendimento será na Praça Rui Barbosa. Todo esse acervo de informações, queixas e denúncias de consumidores será usado em uma audiência pública no dia 10 de junho, no Plenarinho da Assembleia Legislativa. Serão convocados para debater o tema e apresentar soluções os representantes das operadoras de telefonia que atuam no Paraná e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). "Vamos expor publicamente as deficiências desse sistema que explora o consumidor paranaense, cobrando caro por um serviço notadamente ruim. Junto com os órgãos de defesa do consumidor, a CPI quer, como medida prática, o compromisso de um cronograma de ações que represente a melhoria do serviço em um prazo determinado", afirma Paranhos.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

23/05/2013 | 14h22

CPI da Telefonia identifica que serviço ruim coloca vidas em risco no Oeste

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

O trabalho de pesquisa da CPI da Telefonia Móvel em Cascavel identificou que, além dos problemas comuns de ligações interrompidas e cobranças indevidas, existe outro que coloca até mesmo a vida das pessoas em risco. Um relatório apresentado pelo 4º Grupamento do Corpo de Bombeiros mostra que ligações feitas de municípios vizinhos para o telefone de emergência 193 são desviadas para outras localidades. Assim, se um morador de Espigão Alto do Iguaçu usar o celular para chamar o 193, sua ligação vai ser atendida em Dois Vizinhos, município mais distante e sem estrutura para

atender a região. Em outros casos as chamadas simplesmente não são completadas ou direcionadas para a Polícia Militar.

A Central Móvel da CPI permanece nesta quinta (23) e na sexta-feira (24) em Cascavel, com uma estrutura montada no calçadão da Avenida Brasil, em frente à Catedral. Usuários que tiveram problemas com a telefonia celular podem procurar a Central para fazer reclamações ou denúncias contras as operadoras. "Esse acervo coletado em dez cidades do estado será apresentado durante audiência pública em Curitiba no próximo dia 10 de junho. E vamos cobrar das operadoras e da Anatel ações e prazos para a solução desses problemas", enfatiza o presidente da CPI, deputado Leonaldo Paranhos (PSC).

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

23/05/2013 | 16h40 > atualizado em 23/05/2013 | 16h50

CPI dos Planos de Saúde realiza audiência pública em Ponta Grossa

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Vanderson Luiz Pereira.

Deputados integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Planos de Saúde, instalada na Assembleia Legislativa, realizaram na manhã desta quinta-feira (23) audiência pública na cidade de Ponta Grossa. O presidente da Comissão, deputado Adelino Ribeiro (PSL), considerou positiva a iniciativa de levar a CPI ao interior, pois tomou conhecimento de novos fatos que serão acrescentados ao relatório. Também estiveram presentes ao encontro os deputados Péricles de Melo (PT) e Stephanes Júnior (PMDB).

Participaram da audiência, ainda, o coordenador do Procon de Ponta Grossa, Davisson Silva; o presidente da Unimed do Município, Lecy Ferreira Mattos; o presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa, Eliel Machado Bark, e os vereadores Pietro Arnaudo, Valdenor Paulo do Nascimento e Taico Nunes.

Durante o encontro, o coordenador do Procon demonstrou preocupação com os desligamentos sumários de usuários dos planos de saúde corporativos. "Depois que há o desligamento da empresa, temos casos de pacientes com doenças crônicas e outro que sofreu um AVC, que estavam em tratamento, em que os planos de saúde interromperam o tratamento", denunciou. "O Procon está abrindo processo administrativo imediato nesses casos", prosseguiu. O deputado Adelino Ribeiro solicitou ao coordenador cópia dos processos e lembrou que as operadoras têm a obrigação de dar a opção de o usuário continuar pagando o plano de saúde sem os períodos de carência.

Outro fator preocupante discutido na audiência diz respeito ao Hospital Ana Carolina Lupion, na cidade de Jaguariaíva, que pertence à 3ª Regional de Saúde de Ponta Grossa. A mantenedora do hospital é a Prefeitura do Município, e hoje têm convênios com o Estado e as operadoras de planos de saúde. No entanto, após uma recomendação do Ministério Público, a prefeitura decidiu proibir os atendimentos particulares ou por planos de saúde e o prazo expira no dia 5. "A partir daí todos serão atendidos pelo Sistema Único de Saúde, independente se tenham plano de saúde, ou então serão transferidos para Ponta Grossa", informou o presidente da Unimed de Ponta Grossa, Lecy Ferreira Mattos. "Os planos de saúde remuneram o hospital melhor que o SUS e hoje há leitos excedentes no

hospital. Sem esse convênio é possível que os médicos que hoje trabalham lá deixem a cidade ou que o hospital não consiga se manter”, completou.

O deputado Stephanes Júnior lembrou que a situação já foi levada ao conhecimento do secretário de Estado, Michele Caputo, e que a Regional de Saúde de Ponta Grossa já averiguou a situação em uma sindicância interna. O secretário, segundo o deputado, se mostrou contrário ao fim do convênio. A CPI irá solicitar à regional uma cópia da sindicância.

O advogado Edmar Luiz Costa Júnior, que representou a Unimed, disse aos deputados que hospitais de municípios vizinhos, como Arapoti, Wenceslau Braz, São José da Boa Vista, Santana do Itararé e Sengés, fecharam as portas e o atendimento ficou concentrado em Jaguariaíva. “Apenas com o atendimento pelo SUS acho difícil o hospital se manter e pode ocorrer o mesmo que ocorreu em outras cidades vizinhas, que foi o fechamento”.

A próxima audiência pública da CPI dos Planos de Saúde está programada para o dia 6 de junho, em Londrina.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

27/05/2013 | 14h07 > atualizado em 27/05/2013 | 17h39

CPI da Telefonia Móvel conclui diligências em Curitiba e prepara oitivas

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

Após percorrer nove cidades em diferentes regiões do Paraná em quinze dias – de 9 a 25 de maio, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa chega a Curitiba para encerrar o trabalho externo de coleta de dados, informações e o registro de denúncias dos usuários do sistema. Desta segunda (27) até quarta-feira (29) a Central Móvel da CPI ficará instalada no Calçadão da Rua XV (dias 27 e 29) e na Praça Rui Barbosa (dia 28), das 9 às 20 horas, para colher reclamações e tomar depoimentos de clientes insatisfeitos com os serviços oferecidos pelas operadoras de telefonia.

Desde o dia 9, quando o trabalho foi iniciado em Foz do Iguaçu, a equipe externa da comissão já registrou mais de seis mil denúncias. Outras cinco mil queixas foram cadastradas pelo site da CPI (www.cpiparana.com.br). “Esse volume de reclamações, somadas às que já estão nos Procons de todo o estado, prova de que o serviço é muito pior do que se imaginava e é suficiente para cobrar da Anatel medidas mais duras, como multas, e até a suspensão do CNPJ dessas empresas que insistem em desrespeitar o consumidor paranaense”, avisa o presidente da Comissão, deputado Paranhos (PSC).

Problemas – A jornada da CPI pelo Paraná identificou problemas mais graves do que a interrupção das ligações ou cobranças indevidas – situações mais comuns denunciadas pelos consumidores. Há casos em que a falta de qualidade e desorganização do sistema de telefonia chega a colocar vidas em risco. Um relatório do 4º Grupamento de Bombeiros apontou que ligações feitas de celular para o 193 a partir de cidades próximas a Cascavel são desviadas para municípios mais distantes e onde os bombeiros não dispõem de estrutura para o atendimento regional. O mesmo relatório aponta que muitas ligações para os serviços de emergência não são completadas ou direcionadas para a Polícia Militar. “Essa é uma situação grave e cuja denúncia está respaldada por um documento oficial do Corpo de Bombeiros do Paraná”, enfatiza Paranhos.

Imprensa – Além das denúncias registradas oficialmente pela Central Móvel, onde o usuário preenche um formulário e relata qual é o problema, a imprensa do Paraná tem apurado situações

onde fica evidente o desrespeito ao cidadão e, mais grave, o flagrante descumprimento da legislação e normas que regulamentam o serviço no Brasil. São usuários que não conseguem o cancelamento de serviços, cobranças indevidas e criminosas de serviços não realizados (como o roaming internacional em Foz do Iguaçu), falta da opção prioritária para o atendimento pessoal nos call centers das empresas, entre outras.

Intimações – O grupo jurídico da CPI já está enviando intimações pessoais aos representantes estaduais e nacionais das empresas de telefonia móvel que atuam no Paraná e para o presidente e diretores da Anatel, a fim de que compareçam às oitavas nas datas programadas e para que estejam presentes na audiência pública marcada para o dia 10 de junho no Plenarinho da Assembleia Legislativa. Advogados da CPI irão a Londrina, São Paulo e Rio de Janeiro para garantir que as intimações sejam recebidas nas sedes das empresas Sercomtel, Oi-Brasil Telecom, TIM, Vivo, Claro e Sinditelebrasil (Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Celular e Pessoal).

A CPI do Paraná também está convidando os presidentes de CPIs de telefonia móvel de outros estados e representantes do Congresso Nacional para que acompanhem os trabalhos. O objetivo é criar um novo marco regulatório para a telefonia móvel no Brasil e obrigar as operadoras a cumprirem imediatamente as resoluções da Anatel assim como o Código de Defesa do Consumidor, determinando prazos para que reduzam a níveis aceitáveis os índices de reclamações dos consumidores.

Como parceiros, estão sendo convidados os representantes dos Procons, Ministério Público (Estadual e Federal), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Abratelecom (Associação Brasileira de Agentes, Parceiros e Autorizados do Mercado de Telecomunicações), CREA-PR, Federação das Indústrias (Fiep) e Associação Comercial do Paraná (ACP).

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

JUNHO 2013

03/06/2013 | 15h12 > atualizado em 03/06/2013 | 15h17

CPI dos Planos de Saúde realizará audiência pública em Londrina

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Vanderson Luiz Pereira.

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa que investiga os Planos de Saúde estará em Londrina na próxima quinta-feira (6), a partir das 10 horas, na Câmara de Vereadores, para realização de uma audiência pública. Na próxima semana, dia 14, a CPI realizará encontro em Cascavel, encerrando os seus trabalhos no próximo dia 17.

O presidente da CPI, deputado Adelino Ribeiro (PSL), afirma que esta é a oportunidade de a população apresentar suas reclamações e sugestões no que diz respeito aos planos de saúde. “Todos os segmentos da sociedade estão convidados a participar do encontro. Vamos discutir, ouvir os relatos de médicos, pacientes e dos próprios planos de saúde que queiram participar. Todas as informações que levantarmos serão importantes para a conclusão dos nossos trabalhos”, afirmou.

A CPI dos Planos de Saúde foi criada após várias reuniões realizadas na Assembleia Legislativa do Paraná pela Comissão de Defesa do Consumidor, atendendo reclamação dos prestadores de serviço com relação aos honorários médicos. “Os médicos nos procuraram e reclamaram que estão há dez anos sem reajuste em seus honorários. Nesse período, segundo a Associação Médica, a mensalidade dos planos cresceu 160%, enquanto a inflação do período bateu a casa dos 100%. Como consequência é que está ocorrendo um descredenciamento em massa em todo o Paraná, e a população está com cada vez menos opções de atendimento”, explicou o presidente da comissão. Nos seis meses de atuação, a CPI realizou oitavas na Assembleia Legislativa ouvindo representantes da

Associação Médica do Paraná, Associação Médica Brasileira, Sindicato dos Médicos, Conselho Regional de Medicina, Procon, Agência Nacional de Saúde Suplementar e representantes das operadoras dos planos de saúde. Também já realizou uma audiência pública em Ponta Grossa.

Além disso, a Comissão solicitou à Agência Nacional de Saúde Suplementar o envio de uma série de documentações que serão importantes para a conclusão dos trabalhos. "As reclamações contra os planos de saúde no Paraná são muitas. A ANS sabe disso, tanto que há algumas centenas de processos administrativos e multas. O problema é que a Agência criada para regular o setor não está cumprindo o seu papel adequadamente, deixando a desejar na fiscalização e no cumprimento de normas que ela própria cria. Por isso esse descontentamento dos prestadores de serviço e da própria população", concluiu o deputado Adelino.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

03/06/2013 | 15h31 > atualizado em 03/06/2013 | 15h37

CPI da Telefonia Móvel intima operadoras e Anatel

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

Com a intimação dos diretores nacionais das empresas de telefonia que operam no Paraná e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a CPI da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa inicia nessa semana a segunda fase dos trabalhos. Diretores nacionais da Oi, TIM, Claro, Sercomtel e Vivo estão sendo convocados a comparecer na audiência pública marcada para o dia 10 de junho, no Plenarinho da Assembleia, das 9 às 17 horas. Também estarão na audiência representantes de órgãos de defesa do consumidor, prefeitos, presidentes de câmaras municipais, técnicos e especialistas em telefonia móvel e membros de CPIs de telefonia de outros sete estados onde as investigações já estão em andamento.

De acordo com o presidente da CPI, deputado Leonaldo Paranhos (PSC), durante a audiência pública do dia 10 serão expostos os resultados coletados durante a caravana da comissão pelas principais cidades do Paraná. Do dia 9 a 29 de maio, com uma central móvel, uma equipe da CPI percorreu as cidades de Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Pato Branco, Guarapuava, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Campo Mourão, Cascavel e Curitiba. Nesse período, mais de quinze mil reclamações e denúncias de usuários foram registradas. Muitas delas, gravadas em vídeo, serão exibidas durante a audiência pública, representando as queixas mais frequentes dos consumidores contra as operadoras. "Queremos firmar um acordo que inclua um prazo e o compromisso das empresas de resolver esses problemas e interromper o que já identificamos ser uma atitude de flagrante desrespeito ao Código de Defesa do Consumidor", explica Paranhos.

Todas as denúncias recolhidas pela Central Móvel ou registradas no site da CPI – que continua no ar até o dia 10 (www.cpiparana.copm.br), assim como os depoimentos tomados na audiência pública e os levantamentos técnicos sobre a infraestrutura de telefonia no Paraná, irão compor o relatório final elaborado pelo deputado Nereu Moura (PMDB), e que será apresentado em Plenário no dia 18 de junho.

Membros da CPI– A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa do Paraná é composta pelos deputados Paranhos (PSC), presidente; Nereu Moura (PMDB), relator; Gilberto Martin (PMDB), relator adjunto; Professor Lemos (PT), vice-presidente; Bernardo Carli (PSDB), Roberto Aciolli (PV) e Luiz Carlos Martins (PSD).

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

05/06/2013 | 11h46 > atualizado em 06/06/2013 | 17h36

Londrina recebe CPI dos Planos de Saúde nesta quinta-feira (6)

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Vanderson Luiz Pereira.

A Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Assembleia Legislativa do Paraná para investigar a relação entre operadoras de **Planos de Saúde** Suplementar e prestadores de serviços, realiza audiência pública nesta quinta-feira (6), a partir das 10 horas, na Câmara Municipal de Londrina.

O presidente da Comissão, deputado Adelino Ribeiro (PSL), ressalta que esta será a oportunidade de a população, médicos e as próprias empresas que atuam no setor poderem apresentar queixas, denúncias e sugestões. "A audiência pública é aberta a toda a população de Londrina e região. Se algo está errado com os planos de saúde, queremos saber e vamos colocar essas denúncias no relatório final da CPI".

O deputado membro da CPI, Tercílio Turini (MD), concorda com o presidente da comissão e reforça o convite aos londrinenses e a oportunidade de levar situações que estejam em desconformidade com os contratos com as empresas, para que a CPI possa analisar e tomar as providências necessárias.

A **CPI dos Planos de Saúde** foi criada após várias reuniões realizadas na Assembleia Legislativa pela Comissão de Defesa do Consumidor, atendendo uma reclamação dos prestadores de serviço com relação aos honorários médicos. "Os médicos nos procuraram e reclamaram que estão há dez anos sem reajuste em seus honorários. Nesse período, segundo a Associação Médica, a mensalidade dos planos cresceu 160%, enquanto a inflação do período bateu a casa dos 100%. Como consequência é que está ocorrendo um descredenciamento em massa em todo o Paraná, e a população está com cada vez menos opção de atendimento", explicou o presidente da comissão.

Nos seis meses de atuação, a CPI realizou oitivas na Assembleia Legislativa ouvindo representantes da Associação Médica do Paraná, Associação Médica Brasileira, Sindicato dos Médicos, Conselho Regional de Medicina, Procon, Agência Nacional de Saúde Suplementar e representantes das operadoras dos planos de saúde. Também realizou uma audiência pública em Ponta Grossa.

Além disso, a Comissão solicitou à Agência Nacional de Saúde Suplementar o envio de uma série de documentações que serão importantes na conclusão dos trabalhos. "As reclamações contra os planos de saúde no Paraná são muitas. A ANS sabe disso, tanto que existem algumas centenas de processos administrativos e multas. O problema é que a Agência criada para regular o setor não está cumprindo o seu papel adequadamente, e deixa a desejar na fiscalização e no cumprimento de normas que ela própria cria. Por isso esse descontentamento dos prestadores de serviço e da própria população", concluiu o deputado Adelino.

05/06/2013 | 13h31 > atualizado em 05/06/2013 | 14h34

CPI da Telefonia Móvel pede engajamento das câmaras municipais do Paraná

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da **Telefonia Móvel** da Assembleia Legislativa está requerendo a todas as 399 câmaras municipais do Paraná para que informem à coordenação geral da CPI sobre a qualidade dos serviços de telefonia móvel e quais áreas ou localidades do respectivo município não são abrangidas pelo sinal das operadoras. A **CPI** também está convocando os presidentes de legislativos municipais ou seus representantes para que compareçam à audiência

pública marcada para a próxima segunda-feira (10), no Plenarinho da Assembleia. “Embora tenhamos percorrido as principais cidades do estado, é fundamental termos uma radiografia sobre a qualidade do serviço em cada município. Temos muitas informações de localidades com população expressiva que não dispõem de qualquer cobertura das operadoras”, explica o presidente da Comissão, **deputado Leonaldo Paranhos** (PSC).

Segundo o coordenador geral da CPI, Jefferson Abade, além de compor o relatório final da CPI, as informações repassadas pelas câmaras servirão para cobrar das empresas a solução de problemas pontuais considerados mais graves, sobretudo a ausência de sinal que compromete o acesso das pessoas a serviços essenciais como Corpo de Bombeiros e Polícia Militar. “A CPI tem relatórios que comprovam a falta de comunicação em muitas comunidades do interior com os serviços de emergência”, enfatiza Abade.

As câmaras devem enviar informações para a CPI impreterivelmente até o dia 10 de junho, data em que acontece audiência pública com as operadoras de telefonia, das 9 às 17 horas, no Plenarinho da Assembleia. Após análise, os relatórios dos legislativos municipais serão repassados às empresas para que pontualmente resolvam os problemas informados.

As câmaras devem enviar as informações para o e-mail cpiparana@gmail.com ou para o endereço da CPI:

CPI da Telefonia Móvel

Assembleia Legislativa do Paraná

Gabinete 603 – 6º andar

Praça Nossa Senhora de Salete, s/nº

CEP: 80.530-911 – Curitiba - PR

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

07/06/2013 | 14h39 > atualizado em 07/06/2013 | 14h51

CPI ouve dirigentes nacionais das empresas de telefonia móvel nesta segunda-feira (10)

Por Rodrigo Rossi

Os dirigentes nacionais e regionais das operadoras de telefonia móvel deverão prestar esclarecimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia Móvel em andamento na Assembleia Legislativa, nesta segunda-feira (10), a partir das 9 horas, no Plenarinho do Legislativo estadual, em reunião que deverá se prolongar pelo restante do dia.

A audiência será para que os deputados possam questionar as empresas acerca dos problemas já levantados pela comissão, inclusive a partir de diversas incursões realizadas em diferentes municípios e polos regionais do estado, e com base nas frequentes reclamações dos usuários do sistema no Paraná. Representantes dos órgãos de defesa do consumidor, bem como do Ministério Público Estadual e Federal, representantes de várias entidades de classe, vão participar das oitivas.

O presidente da comissão, deputado Leonaldo Paranhos (PSC), já havia pedido às Câmaras Municipais que fizessem um trabalho de levantamento de dados sobre a qualidade dos serviços de telefonia

móvel nas suas respectivas cidades. Segundo Paranhos, isto vai facilitar no mapeamento da ineficiência do atendimento pelas operadoras.

CPI itinerante – Uma Central Móvel da CPI percorreu os municípios de Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Pato Branco, Guarapuava, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Campo Mourão, Cascavel, além de Curitiba, entre os dias 9 a 29 de maio último, para qualificar as demandas no setor. O site específico da comissão (www.cpiparana.com.br), que ficará no ar até segunda-feira (10), foi outro mecanismo para a coleta de dados, informações e denúncias da população.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

10/06/2013 | 17h33 > atualizado em 11/06/2013 | 11h50

Nota Oficial - CPI da Telefonia Móvel interrompe depoimentos

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

Atendendo a uma medida liminar (*Habeas Corpus Crime* em caráter preventivo) expedida pela Justiça, que desobrigava os intimados de dizer a verdade, a CPI da Telefonia Móvel foi obrigada a interromper a tomada de depoimentos dos diretores de operadoras durante a audiência dessa segunda-feira (10) no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná. A decisão foi tomada pelo presidente da CPI, deputado Leonaldo Paranhos (PSC), atendendo a uma questão de ordem levantada pelo relator, deputado Nereu Moura (PMDB), como forma de não comprometer a validade do relatório final.

Já no início dos trabalhos pela manhã, os membros da comissão foram surpreendidos pela liminar expedida pelo juiz Marco Antonio Massaneiro, da 3ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, que desobrigava os diretores das empresas TIM, Oi e Claro de assinarem o juramento pelo qual ficariam comprometidos em dizer a verdade, como ficou exposto no item III do despacho judicial: "... expedição de salvo conduto em favor dos pacientes acima nominados e qualificados para o fim de garantir-lhes o exercício dos direitos relativos a não serem compelidos a firmar compromisso legal de dizer a verdade na condição de testemunhas, podendo ficar em silêncio diante de questionamento que implique em vulneração do princípio da impossibilidade da autoincriminação, não podendo ser presos, detidos ou mesmo retidos, pela eventual prática dos delitos de desobediência ou falso testemunho".

Segundo o presidente da comissão, "prosseguir com as oitivas significaria infringir uma ordem judicial e colocar em risco a validade dos depoimentos e como consequência de todo o relatório", explicou o deputado Paranhos.

A suspensão dos trabalhos ocorreu em meio ao depoimento do diretor de Relações Governamentais da Oi, José Luiz Gattás Hallam, que mesmo amparado pela liminar, aceitou voluntariamente assinar o juramento da verdade, praxe regimental exigida para depoentes intimados. Também foram ouvidos os diretores da Vivo e Sercomtel, Enylson Camolesi e Christian Perillier Schneider, respectivamente, que não solicitaram medidas preventivas do Poder Judiciário.

10/06/2013 | 17h36 > atualizado em 11/06/2013 | 11h48

Liminar impede depoimentos de três das operadoras de telefonia à CPI

Por Rodrigo Rossi

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel ouviu na manhã desta segunda-feira (10), em reunião realizada no Plenarinho da Assembleia Legislativa, o superintendente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Roberto Pinto Martins, e os representantes das empresas Vivo e Sercomtel. Uma liminar concedida pela Justiça a pedido do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) impediu a CPI de exigir que os depoentes representantes da Oi, da Tim e da Claro, presentes à reunião, fizessem o juramento de veracidade da prestação de informações perante a comissão. Segundo o advogado da entidade, David Rechulski, não haveria nenhum impeditivo em relação à participação das empresas na CPI, porém o pedido liminar foi apenas para assegurar direitos constitucionais. "O que a liminar pretende é que eles possam exercer o direito constitucional, uma vez que não vieram depor como testemunhas, mas como investigados. Ninguém pretende se calar. Estão todos aqui", disse o advogado.

Por sugestão e prudência do relator da CPI, deputado Nereu Moura (PMDB), em questão de ordem, a reunião foi suspensa para que a determinação judicial fosse cumprida, sem qualquer risco à fundamentação do relatório, apesar dos depoimentos voluntários de alguns dirigentes das empresas. Já o representante da Anatel reconheceu que existem algumas deficiências no segmento da telefonia móvel, especialmente na infraestrutura das telecomunicações. Ele disse, no entanto, que o setor está em permanente processo de melhoria. "Este debate vai permitir que a gente possa aprimorar a questão. Mas é preciso fazer uma reflexão sobre as legislações municipais, que impedem alguns procedimentos. Estamos trabalhando diuturnamente para resolver os problemas", afirmou Martins.

Ele apresentou ainda o sistema de funcionamento da agência, explicando que à medida que a população faz as suas reclamações, os mecanismos de fiscalização são colocados em prática. O depoimento de Martins durou quase toda a manhã. Os parlamentares fizeram diversas indagações, inclusive sobre a possibilidade da Anatel determinar a suspensão da comercialização de novas linhas por parte das operadoras que não melhorarem de fato os seus serviços, como propôs o deputado Luiz Carlos Martins (PDT).

Reconhecimento – No início da tarde, as empresas Vivo e Sercomtel foram ouvidas pela CPI. Elas, porém, não se opuseram a firmar o compromisso de veracidade nos depoimentos. Por cerca de duas horas, seus representantes falaram sobre o número de atendimentos, além da estrutura de serviços e investimentos feitos no Paraná. Ainda que pudessem mostrar à comissão balanços internos e a representação nas fatias de mercado, reconheceram a necessidade de melhorias constantes no serviço. "Acredito que todos os questionamentos são pertinentes. Isso melhora o relacionamento. Esse é um dever das operadoras", reconheceu o presidente da Sercomtel, Christian Perillier Schneider, para quem as empresas de telefonia devem melhorar a própria comunicação com a sociedade.

Em seguida o representante da Oi, que embora domine o mercado de telefonia fixa, mas represente 11% da telefonia móvel no Paraná, falou aos deputados. Indagado pelo relator da CPI, deputado Nereu Moura (PMDB), o diretor de relações governamentais da empresa, José Luiz Gattás Hallak, chegou a falar sobre o relacionamento com a Anatel aos membros da CPI. "Sofremos fiscalizações constantes da Anatel, que faz uma série de solicitações e adequações. Mas buscamos sempre formas para melhorar o serviço. Não dá para negar que problemas existem", ponderou o dirigente, minutos antes da interrupção das oitivas.

Ajuste de conduta – As outras operadoras não foram ouvidas. O presidente da CPI, deputado Leonaldo Paranhos (PSC), suspendeu a reunião. Mas adiantou que um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) deverá ser proposto para as companhias, com a participação de todos os órgãos envolvidos nas discussões pautadas pela comissão. Segundo ele, o trabalho desenvolvido vem sendo positivo, embasado com depoimentos da população. "A CPI é um instrumento de investigação. Queremos que eles falem a verdade. Mostramos a eles, por meio de um vídeo de quase 20 minutos,

um resumo das reclamações dos consumidores. Portanto, vamos, em seguida, propor um TAC, e em sintonia com dos demais legislativos estaduais, buscar mudanças na legislação federal sobre a questão das telecomunicações”.

Além de membros do Ministério Público do Paraná, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Procon, também participaram da audiência os presidentes das CPIs da Telefonia Móvel dos estados de Santa Catarina, deputado Sílvio Dreveck; e do Espírito Santo, deputado Sandro Locutor. Também os deputados paranaenses Gilberto Martin (PMDB), Roberto Aciolli (PV), Bernardo Ribas Carli (PSDB) e Professor Lemos (PT), acompanharam os trabalhos.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), fez questão de parabenizar a CPI. De acordo com ele, o Poder Legislativo mais uma vez coloca em prática o seu papel de estar ao lado da sociedade, ao trazer para a Casa um problema que atinge praticamente todos os paranaenses, com a má qualidade de atendimento dos serviços de telefonia móvel. “A comissão tem feito um belo trabalho, diferenciado e com total dedicação. Esperamos que esta CPI traga os resultados esperados pelos paranaenses”, comentou o chefe do Legislativo estadual, minutos antes de abrir a sessão plenária.

12/06/2013 | 16h15

Operadoras voltam à CPI da Telefonia Móvel para discutir TAC

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

Após o impasse criado na audiência da última segunda-feira (10), quando uma medida liminar obrigou a presidência da CPI da Telefonia Móvel a suspender as oitivas no Plenarinho da Assembleia Legislativa, representantes das operadoras Oi, Vivo, TIM, Claro e Sercomtel voltaram a se reunir nesta quarta-feira (12) com a coordenação geral da Comissão para discutir a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Segundo o presidente da CPI, deputado Paranhos (PSC), o que está sendo proposto e foi discutido pela coordenação da CPI e consultores das empresas é um termo com medidas que representem resoluções imediatas de alguns problemas identificados durante as investigações e melhoria dos serviços prestados aos consumidores do Paraná, sobretudo na área de atendimento. “Trata-se de um documento com medidas bastante simples e perfeitamente exequíveis, bastando boa vontade e um mínimo de investimento”, diz.

Os representantes das empresas pediram prazo até sexta-feira (14) para responder se aceitam ou não assinar o TAC.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

12/06/2013 | 17h34 > atualizado em 12/06/2013 | 17h45

CPI dos Planos de Saúde encerra trabalhos em Cascavel na sexta-feira (14)

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Vanderson Luiz Pereira.

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa que investiga os Planos de Saúde realiza audiência pública em Cascavel nesta sexta-feira (14), a partir das 10 horas, na Câmara

Municipal de Vereadores, encerrando os trabalhos após 120 dias. "Já conseguimos detectar algumas irregularidades, situações que constarão no relatório final e diante das quais essa CPI estará tomando as medidas necessárias", afirmou o deputado Adelino Ribeiro (PSL), presidente da Comissão.

"Há uma deficiência na fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar e isso ficou claro em todas as reuniões e audiências que realizamos. Mas não é o único problema. Há situações graves que precisam de ações enérgicas porque está ocorrendo um descredenciamento em número considerável dos planos de saúde. A população paga mais a cada ano e o atendimento está ficando cada dia mais limitado, com menos profissionais. Os médicos estão descontentes com seus honorários, que não sofrem o reajuste com a mesma frequência com que aumentam as mensalidades. Mas quem está pagando por isso é a população, que não tem o atendimento que espera", relatou.

De acordo com o deputado, a audiência pública será a oportunidade de médicos, usuários de planos de saúde e as próprias empresas manifestarem suas denúncias ou reclamações. "A CPI está abrindo o espaço para que todos participem. O Procon do Paraná relatou mais de 1,7 mil reclamações contra planos de saúde no estado do Paraná, o que é um número significativo. Então é o momento de apresentar à CPI os problemas para que possamos tomar as devidas providências".

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

17/06/2013 | 19h01 > atualizado em 18/06/2013 | 11h20

CPI da Telefonia aguarda resposta das operadoras sobre TAC

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

A CPI da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa aguarda até esta terça-feira (18) uma resposta das operadoras sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no qual estão relacionadas ações que as empresas devem adotar para resolver problemas identificados pela comissão nos últimos dois meses.

Na última sexta-feira (14), prazo final dado pela CPI para uma resposta, as empresas enviaram uma contraproposta, que não foi aceita. "Insistimos nos pontos que consideramos importantes, como apresentação de um plano de investimentos no Paraná, retirada do nome de consumidores dos cadastros dos serviços de proteção ao crédito e resolução das reclamações colhidas pela CPI, entre outros compromissos", enfatiza o presidente da Comissão, deputado Paranhos (PSC). Na visão do presidente da CPI, o Termo de Ajustamento é um gesto de boa vontade para com a população do Paraná e a demonstração clara de compromisso das empresas com a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à sociedade.

Nesta terça-feira (18) os deputados da CPI têm reunião deliberativa às 10 horas para discutir o relatório final e os próximos passos que o Poder Legislativo poderá tomar com o objetivo de resguardar o direito dos consumidores a um serviço de qualidade na telefonia móvel. "Trabalhamos para um final positivo da CPI, com resultados práticos para a sociedade. Se isso não for possível agora, vamos adotar outras medidas. A única coisa que não faremos é desistir. Vamos às últimas consequências para garantir os direitos dos usuários da telefonia celular, que merecem mais respeito por parte das empresas", diz Paranhos.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

19/06/2013 | 14h31 > atualizado em 25/06/2013 | 11h07

TAC proposto pela CPI da Telefonia Móvel é assinado por apenas uma operadora

Por Rodrigo Rossi

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa avançou no trabalho de proposição de melhorias nos serviços de telefonia aos consumidores paranaenses. Na manhã desta quarta-feira (19) a empresa TIM assinou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), elaborado pela comissão, comprometendo-se a fazer mudanças qualitativas no atendimento ao consumidor. As operadoras Vivo, Oi e Claro, que chegaram a participar das negociações, não assinaram o documento.

A Sercomtel solicitou mais prazo para manifestar-se, pedido já encaminhado à comissão, porque o presidente da empresa está hospitalizado, embora tenha informado do interesse em endossar o termo.

O presidente da CPI, deputado Leonaldo Paranhos (PSC), disse que a população do estado poderá ter esperanças a partir de agora em relação aos serviços ao menos de uma das operadoras, que se comprometeu em fazer ajustes. "Um grande avanço no trabalho da CPI. Tivemos a manifestação de uma das operadoras, que mostrou boa vontade em prestar um bom serviço para a população. Isso é positivo. As demais, agora, ficarão por conta do Ministério Público, para a devida responsabilização", afirmou o parlamentar.

A empresa Vivo pediu ajustes no Termo de Ajustamento, ainda na primeira parte da reunião, iniciada às 10 horas, na Sala das Comissões da Assembleia. A CPI então interrompeu a audiência para que as mudanças pontuais fossem feitas no documento. Mas em seguida, quando do momento da assinatura do documento, na sala da Presidência do Legislativo, às 11h30, a operadora não se apresentou. "Quem não assinou será indiciado. Temos material suficiente para fazer constar no relatório, demonstrando a péssima qualidade dos serviços prestados, como a falta de cumprimento de contratos, cláusulas desrespeitadas, enfim, vários pontos. Demos todos os prazos, mas agora não é mais possível. Por isso, temos que destacar que a TIM merece o nosso reconhecimento pela postura de assinar o termo", disse o deputado Nereu Moura (PMDB), relator da CPI.

Para o diretor de relacionamento institucional da TIM, Leandro Guerra, a empresa vai buscar as soluções apontadas pela CPI e acordadas no termo, ressaltando que a operadora tem total interesse nos avanços e melhorias no serviço. "A TIM é a empresa líder no segmento e tem o compromisso com a população paranaense. E não teríamos como não assinar este termo. O desafio da empresa será sempre buscar o melhor para os clientes".

Balanco –O chefe do Poder Legislativo, deputado Valdir Rossoni (PSDB), parabenizou o trabalho da CPI, principalmente pelo resultado alcançado, com a assinatura do TAC. "Temos procurado dar condições para o trabalho das CPIs. Cumprimento os membros pelo belo trabalho realizado, engrandecendo esta Casa. Deixo aqui o meu reconhecimento pelo cumprimento do papel por parte dos parlamentares membros. Certamente este resultado ficará na história", avaliou. "Mas é preciso dizer que, se existe CPI, é porque o serviço é ruim. Daremos o encaminhamento judicial que for necessário", finalizou Rossoni.

[Clique aqui](#) para ler a íntegra do TAC.

19/06/2013 | 19h13 > atualizado em 20/06/2013 | 11h20

Empresas Oi, Claro e Vivo decidem assinar também o TAC proposto pela CPI da Telefonia Móvel

Por Rodrigo Rossi e Luiz Alberto Pena

As empresas de telefonia Oi, Claro e Vivo reconsideraram suas posições e decidiram subscrever também o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa, a exemplo do que já havia sido feito pela empresa TIM, na manhã desta quarta-feira (19). O TAC foi assinado pelos representantes das empresas no início da noite, no Gabinete da Presidência do Legislativo. Com isso, as empresas assumem uma série de compromissos no sentido de melhorar os serviços oferecidos aos consumidores paranaenses, a partir de deficiências e omissões que foram levantadas pelos deputados que integram a CPI, ao longo dos últimos meses.

Além disso, após a assinatura, um termo aditivo ao documento foi firmado, também pelas quatro operadoras, considerando, por determinação da CPI, que as reclamações dos consumidores possam ser feitas também por meio dos Correios, especialmente naquelas localidades que não contem com lojas próprias da operadoras, como ocorre em muitos pequenos municípios.

Segundo o diretor de Relacionamento Institucional da Oi, Gabriel Ribeiro de Campos, "a Oi reafirma com os seus clientes a política do bom atendimento". Em relação ao atendimento de eventuais reclamações também pelos Correios, ele acrescentou que a empresa irá "oferecer alternativas aos clientes do estado por correspondência".

[Clique aqui para fazer o download do boletim](#)

JULHO 2013

08/07/2013 | 17h06 > atualizado em 09/07/2013 | 12h52

Rossoni instala CPI do Pedágio e aguarda indicação de membros pelos partidos

Por Rodrigo Rossi

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), anunciou nesta segunda-feira (8) a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pedágio. Ao abrir a sessão plenária, Rossoni comunicou aos deputados o deferimento do pedido do deputado Nelson Luersen (PDT) para manutenção da assinatura do deputado licenciado e atual secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Eduardo Cheida (PMDB), do documento para implantação da comissão parlamentar, após análise da questão a partir do Regimento Interno do Legislativo. Com isso, Rossoni assegura a abertura dos trabalhos da CPI na Casa.

"Tendo em vista que o deputado Luiz Eduardo Cheida continua no exercício do cargo de secretário de Estado e não tendo reassumido o mandato de deputado estadual, defiro o requerimento do deputado

Nelson Luersen para o fim de manter no requerimento 6697/2012 a assinatura do deputado Luiz Eduardo Cheida”, afirmou o chefe do Poder Legislativo, no despacho lido em Plenário.

Rossoni disse ainda que pretende assegurar todas as condições para que a CPI funcione da melhor maneira possível. O presidente acredita que os trabalhos devem iniciar ainda antes do recesso parlamentar, previsto para iniciar a partir do dia 17 de julho, conforme o Regimento Interno da Assembleia Legislativa. “A minha decisão de acatar o requerimento do deputado Luersen foi baseada no Regimento Interno. Devo respeitá-lo. Agora é o tempo apenas para que os partidos indiquem os membros que vão compor a CPI. O que cabe ao presidente desta Casa foi feito. E daremos totais condições para que ela funcione”.

Reconhecimento – Com a permanência da assinatura do deputado licenciado Luiz Eduardo Cheida, o documento agora possui 18 assinaturas. Na avaliação do deputado Nelson Luersen (PDT), o posicionamento do presidente foi importante. “O presidente seguiu a lei. E acatou o nosso pedido. O próximo passo agora é a composição da CPI por nove membros. Queremos uma CPI com transparência e que traga resultados”.

Também ao utilizar a tribuna, o deputado Douglas Fabrício (MD) reconheceu a iniciativa por parte do chefe do Poder Legislativo estadual. “O presidente cumpriu a palavra, de que implantaria a CPI do Pedágio. Aproveito para parabenizá-lo pela postura”.

De acordo com o Regimento Interno (art. 34, § 2º), os partidos têm até 48 horas para indicar os nove membros para composição da CPI.

08/07/2013 | 18h32 > atualizado em 08/07/2013 | 18h50

Tercílio Turini apresenta nome para CPI do Pedágio

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração da assessoria parlamentar.

O deputado Tercílio Turini colocou seu nome à disposição para ser indicado pelo MD (Mobilização Democrática) como representante do partido na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pedágio, na Assembleia Legislativa. “Quero participar e já conversei com os deputados do nosso bloco partidário, Douglas Fabrício e Dr. Batista, para confirmarem minha indicação como membro da CPI. É um tema importante e desde que assumi o mandato, no início deste ano, venho defendendo o debate, a investigação e a transparência nas informações sobre o pedágio”, afirma o parlamentar. Turini elogiou a instalação da CPI anunciada no início da tarde desta segunda-feira (8) pelo presidente Valdir Rossoni (PSDB) e destacou que a iniciativa da Assembleia atende aos anseios da população e da sociedade organizada.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

09/07/2013 | 18h44

Definição de presidente e relator da CPI do Pedágio deve sair nesta quarta-feira (10)

Por Rodrigo Rossi

Os deputados presidente e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios deverão ser definidos nesta quarta-feira (10), às 14 horas, em reunião na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa. Com a instalação da CPI por parte do presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), e com a indicação pela proporcionalidade partidária dos membros da comissão, houve um impasse em relação às indicações do presidente e do relator da CPI.

De acordo Rossoni, esta definição é exclusiva dos membros da CPI, ou seja, dos nove parlamentares que integram a comissão. "O que cabe ao presidente da Assembleia é dar o encaminhamento regimental para a instalação. Agora, quem define e escolhe presidente e relator de CPI são os seus nove membros. Não o presidente da Assembleia". A expectativa de Rossoni é de que a CPI possa iniciar os seus trabalhos ainda antes do próximo período de recesso parlamentar.

Pelo PMDB, os indicados foram os deputados Nereu Moura e Artagão Júnior; Alceu Maron e Bernardo Carli foram indicados pelo PSDB. Já pelo PT, o titular é o deputado Péricles de Mello. O PDT indicou o parlamentar Nelson Luersen. A vaga do bloco PSB/PSC/PRB será ocupada pelo deputado Wilson Quintero. O bloco PP/PV/PTB/PSL indicou o deputado Adelino Ribeiro. E o deputado Douglas Fabrício é o titular do MD.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

10/07/2013 | 17h59 > atualizado em 11/07/2013 | 11h00

Membros da CPI dos Pedágios definem presidente e relator em votação aberta

Por Rodrigo Rossi

Os deputados Nelson Luersen (PDT) e Douglas Fabrício (MD) foram escolhidos presidente e relator, durante reunião dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios, realizada no início da tarde desta quarta-feira (10), na Assembleia Legislativa. Os nove membros da comissão escolheram, por meio de voto aberto, os deputados ocupantes dos cargos. Luersen foi o único a se candidatar à vaga de presidente, enquanto Fabrício venceu por seis votos o deputado Péricles de Mello (PT), que também pleiteava a posição de relator na CPI, mas ficou com três votos.

Já na próxima segunda-feira (15) os integrantes da comissão farão a primeira reunião de trabalho, a partir das 10 horas, na Sala das Comissões. O cronograma de atividades deverá ser estabelecido pelos parlamentares. "Esperamos a participação efetiva de todos os membros, além das entidades e instituições representativas para discutir esta questão do pedágio. Vamos fazer com muita transparência. Será um trabalho sério, queremos respostas para muitas questões acerca dos pedágios. Agradeço a confiança dos colegas deputados. Esta é uma missão de muita responsabilidade", disse Luersen.

O vice-presidente é o deputado Adelino Ribeiro (PSL). E o relator-adjunto é o deputado Wilson Quintero (PSB). Na opinião do relator, o processo será totalmente transparente. Fabrício destacou

que o acompanhamento pela sociedade e da imprensa será fundamental. "Queremos um trabalho sério e transparente nesta CPI. Porque a população espera uma resposta. E este será o encaminhamento que daremos aqui", ressaltou.

O presidente do Poder Legislativo, deputado Valdir Rossoni (PSDB), afirmou que durante o período de recesso parlamentar, que inicia no dia 17 de julho, os deputados terão também mais tranquilidade para se dedicar ao trabalho da CPI. "Os partidos indicam os membros. Com a indicação e a escolha exclusivamente do presidente e do relator pelos membros da comissão, nós daremos todas as condições para o andamento desta CPI. E com o recesso parlamentar fica até mais fácil, uma vez que não haverá sessões plenárias".

Os membros da CPI são Nereu Moura e Artagão Júnior, do PMDB; Alceu Maron e Bernardo Carli foram indicados pelo PSDB. Já pelo PT, o titular é o deputado Péricles de Mello. O PDT indicou o parlamentar Nelson Luersen. A vaga do bloco PSB/PSC/PRB será ocupada pelo deputado Wilson Quinteiro. O bloco PP/PV/PTB/PSL indicou o deputado Adelino Ribeiro. E o deputado Douglas Fabrício é o titular do MD.

15/07/2013 | 13h04 > atualizado em 16/07/2013 | 10h40

CPI do Pedágio realiza primeira reunião e estabelece cronograma de trabalhos

Por Rodrigo Rossi

Os deputados que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios na Assembleia Legislativa realizaram a primeira reunião na manhã desta segunda-feira (15). Os membros estabeleceram inicialmente o cronograma dos trabalhos. Ficou estabelecido que as reuniões ordinárias acontecerão sempre às terças-feiras, às 9 horas, na Sala das Comissões da Casa e também no Plenarinho, conforme a necessidade.

Os parlamentares discutiram também a formação de uma equipe técnica, especialmente com a presença de assessoria jurídica e contábil, além da necessidade de participação e acompanhamento por representantes de entidades e organizações sociais. Ainda nesta quarta-feira (17), às 10 horas, antes do recesso parlamentar, os deputados farão nova reunião. "Neste primeiro momento definimos com os parlamentares o cronograma de trabalhos. Em seguida, de forma democrática, teremos algumas questões ainda pendentes sobre indagações dos deputados e que serão definidas na próxima reunião. Pretendemos convocar secretários de Estado, além de representantes de concessionárias", disse o presidente da CPI, deputado Nelson Luersen (PDT).

O prazo de atuação da CPI é de 120 dias, prorrogáveis por mais 60 dias. Os parlamentares pretendem contar ainda com a participação de órgãos como o Tribunal de Contas do Estado e da União, além do Ministério Público Estadual e Federal. Os deputados Douglas Fabrício (MD), Wilson Quinteiro (PSB), Artagão Júnior e Nereu Moura (PMDB), Adelino Ribeiro (PSL), Bernardo Ribas Carli e Alceu Maron (PSDB), Péricles de Mello (PT), além dos deputados suplentes, Cleiton Kielse (PMDB) e Tercílio Turini (MD), participaram da reunião.

17/07/2013 | 15h00 > atualizado em 19/07/2013 | 11h20

CPI dos Pedágios aprova Regimento Interno e pretende solicitar documentos sobre processos de concessão

Por Rodrigo Rossi

Os deputados que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios aprovaram na segunda reunião ordinária realizada nesta quarta-feira (17), na Assembleia Legislativa, um Regimento Interno e o cronograma de trabalhos, especialmente com a realização de audiências públicas em cidades polo do estado, para discutir a situação das concessões das rodovias no Paraná. Entre elas, Guarapuava, Cascavel, Campo Mourão e Paranaguá. Os deputados também deverão solicitar desde já documentos ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), relativos aos pedágios.

O Regimento Interno da CPI, aprovado nesta quarta, segue o texto do Regimento do próprio Legislativo e também as prerrogativas previstas na Constituição do Estado, que vão balizar as ações da comissão. A próxima reunião da CPI será no dia 6 de agosto, às 9 horas, na Sala das Comissões do Legislativo. O presidente Nelson Luersen (PDT) descarta, neste momento, convidar ou convocar as empresas concessionárias de pedágio para falar sobre o assunto. Nesta etapa preliminar o objetivo é o de solicitar e de reunir o maior número de documentos e informações acerca das condições do processo de implantação do pedágio.

“Teremos esta pausa em virtude do recesso parlamentar. Mas a equipe da CPI vai dar continuidade no trabalho, já buscando oficial os órgãos necessários. Queremos também levar a discussão para as cidades do interior. Não para sabermos que o pedágio é caro, e sim para coletarmos novos dados e novas informações. Não acho que devemos solicitar a vinda dos representantes das concessionárias neste momento. Vamos analisar os documentos primeiro”, disse o presidente da CPI, deputado Nelson Luersen (PDT).

30/07/2013 | 15h04 > atualizado em 30/07/2013 | 15h14

Cumprindo TAC firmado com CPI, operadoras iniciam mutirão de atendimento

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

As operadoras de telefonia móvel Oi, TIM, Vivo, Claro e Sercomtel iniciam nesta quinta-feira (1º) um mutirão de atendimento em todo o território do Paraná para resolução de problemas. Esse é um dos compromissos constantes do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com a CPI da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa no dia 19 de junho.

Simultaneamente ao mutirão, as operadoras devem realizar ampla divulgação nas emissoras de rádio e televisão, convocando seus clientes para comparecerem às lojas ou às agências dos Correios no caso de municípios onde não existirem lojas próprias ou terceirizadas – nos jornais os anúncios foram publicados no dia 25 de julho. “Os consumidores devem aproveitar esse momento para resolverem seus problemas. As empresas têm cinco dias para receber e verificar a reclamação e mais cinco dias

para dar uma solução”, explica o deputado Paranhos, que presidiu a CPI.

Até o dia 5 de agosto a CPI deve encaminhar às operadoras as mais de 15 mil reclamações que foram recepcionadas pela Central Móvel que percorreu o estado entre 8 e 29 de maio, período em que foram visitadas as cidades de Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Pato Branco, Guarapuava, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Campo Mourão, Cascavel e Curitiba. “Estamos finalizando o relatório e fazendo uma triagem das denúncias para enviar às operadoras apenas as queixas que dizem respeito a problemas pontuais, deixando de fora as reclamações sobre falta de sinal, cuja solução depende de outras ações, que também serão executadas”, enfatiza Jefferson Abade, coordenador geral da CPI.

A fiscalização do mutirão será feito pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa e pelos órgãos de defesa do consumidor, como Procon, OAB e Ministério Público. O deputado Paranhos lembra que, ao subscrever o documento, as empresas se comprometeram também a entregar à Comissão de Defesa do Consumidor, até o prazo de 31 de agosto, um plano de investimentos para o Paraná. “Nesse plano devem estar contemplados investimentos que representem uma melhora significativa do sinal em médio prazo”, avisa.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

19/07/2013 | 13h22 > atualizado em 22/07/2013 | 10h51

CPI da Telefonia Móvel apresentará seu relatório final

Por Luiz Alberto Pena

O relatório final da CPI da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa deverá ser apresentado no próximo dia 7 agosto, a partir das 14h30, durante a sessão plenária do Legislativo estadual. Requerimento neste sentido, de autoria do deputado Nereu Moura (PMDB), relator da CPI, foi aprovado na última quarta-feira (17).

31/07/2013 | 17h33 > atualizado em 31/07/2013 | 17h41

Carli ressalta resultados da CPI da Telefonia Móvel

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração da assessoria parlamentar.

Terá início nesta quinta-feira (1º) um mutirão de atendimento em todo o Paraná realizado pelas operadoras de telefonia móvel Oi, TIM, Vivo, Claro e Sercomtel, para resolução de problemas com clientes. A ação é resultado dos trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia Móvel, da Assembleia Legislativa, da qual o deputado Bernardo Ribas Carli (PSDB) fez parte como membro titular.

Conforme explicou o parlamentar, o mutirão é um dos compromissos constantes do Termo de Ajustamento de Conduta assinado com a Comissão, no dia 19 de junho. "As operadoras devem divulgar nos meios de comunicação e convocar os clientes a comparecer às lojas. E as pessoas devem aproveitar este momento para fazer suas reclamações. As empresas terão cinco dias para receber as observações e mais cinco dias para dar uma solução", detalhou. A Comissão deverá encaminhar às operadoras até 5 de agosto as mais de 15 mil reclamações registradas pela Central Móvel, que percorreu o estado no mês de maio.

"Esta é uma demonstração prática dos resultados dos trabalhos da CPI, que teve uma atuação séria e transparente. É sem dúvida uma medida importante para os clientes, que terão a oportunidade de fazer suas reclamações e, com isso, melhorarmos a qualidade do serviço prestado em todo o nosso Estado", destacou o deputado. O mutirão será fiscalizado pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa e pelos órgãos de defesa do consumidor, como Procon, Ordem dos Advogados do Brasil e Ministério Público.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

AGOSTO 2013

02/08/2013 | 14h01 > atualizado em 02/08/2013 | 14h25

CPI dos Pedágios realiza reunião na terça-feira (6)

Por Rodrigo Rossi

Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios retomam as atividades do segundo semestre legislativo a partir da próxima terça-feira (6), às 9 horas. A comissão é presidida pelo deputado Nelson Luersen (PDT), tendo como relator o deputado Douglas Fabrício (MD). A reunião será na Sala das Comissões, no terceiro andar o prédio da Administração. O último encontro da CPI foi no dia 17 de julho, quando os parlamentares aprovaram o Regimento Interno, bem como a realização de audiências públicas em regiões pólos do Estado.

Fonte: Assessoria de Imprensa - (41) 3350-4188 ou 4049

07/08/2013 | 17h00 > atualizado em 08/08/2013 | 18h06

CPI da Telefonia Móvel apresenta relatório final dos trabalhos na Assembleia

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa apresentou nesta quarta-feira (7), em Plenário, o relatório final com as conclusões dos trabalhos realizados entre 18 de maio e 18 de julho último, período em que a CPI percorreu todo o estado e investigou em profundidade a estrutura do sistema de telefonia celular no Paraná. A apresentação coube ao

deputado Nereu Moura (PMDB), relator da CPI, que enaltecendo o comprometimento dos deputados membros e da equipe de assessores da comissão, destacou a qualidade das apurações realizadas, para frisar que a CPI é sem dúvida o instrumento mais poderoso de que o Parlamento dispõe, em seu papel fiscalizador. “Esta CPI cumpriu exemplarmente com seu papel. Não foi uma CPI laranja. Não acabou em pizza!”, emendou.

Na mesma linha, o presidente da CPI, deputado Leonaldo Paranhos (PSC), fez questão de sublinhar a adesão dos paranaenses aos trabalhos da CPI, com apresentação de críticas e sugestões que permitiram o mais amplo levantamento da situação da telefonia móvel no estado. Entre outras informações, o relatório traz indicadores mostrando o grau de satisfação dos usuários com os serviços. Dos mais de 15 mil consumidores pesquisados em campo pela Central Móvel ou pelo site da CPI, 72% demonstraram insatisfação com a qualidade do atendimento nos *call centers* das empresas; 71% se disseram descontentes com a qualidade e estabilidade do sinal; 66% reclamaram da falta de qualidade dos serviços em geral e outros 68% registraram queixas quanto a cobranças indevidas. Além disso, os consumidores também reclamaram do consumo indevido de créditos, desrespeito à portabilidade, recebimento de fatura após a data de vencimento, adesão a planos sem autorização prévia, mensagens invasivas em horários inoportunos e propaganda enganosa, entre outras reclamações documentadas pela CPI.

A CPI também apurou que todas as operadoras investiram menos do que o previsto por elas próprias na melhoria do sistema. Com faturamento anual global de R\$ 287 bi, as teles investiram menos de 10% dessa receita na infraestrutura – a que menos investiu foi a Claro, com apenas 3,3%, infringindo plano de investimentos entregue à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

TAC – Para resolver os problemas mais imediatos e pontuais dos consumidores, a CPI propôs e as operadoras aceitaram assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no qual assumem uma série de compromissos, entre os quais a realização de um mutirão de atendimento durante o mês de agosto (já em andamento) e a solução das queixas no prazo máximo de dez dias a contar do registro da reclamação.

Outra obrigação das operadoras no TAC é apresentar até 31 de agosto um plano de investimentos específico para o Paraná, informando detalhadamente como e quando será feita a ampliação da estrutura e a melhoria dos serviços.

Indiciamento – O relatório da CPI enfatiza que a Anatel não cumpre seu papel regulador e fiscalizador, atuando sempre em polo passivo e se omitindo em suas obrigações. A partir dessa conclusão, a CPI solicita ao Ministério Público Federal que faça a representação judicial (indiciamento) contra o presidente da Anatel, João Batista de Rezende.

Antenas – Com aproximadamente 14 milhões de usuários no Paraná, o sistema de telefonia móvel sofre com a falta de Estações Rádio-Base (ERBs). Com uma média acima de quatro mil linhas por antena, são frequentes os problemas de falta de sinal ou de interrupção nas ligações. “Há casos no Paraná em que existem mais de dez mil usuários por antena”, comenta o presidente da CPI, deputado Paranhos (PSC), chamando atenção para a urgência em se produzir uma legislação que regulamente em todo o estado e, se possível, no país, a instalação de novas antenas.

Pacto por antenas – Com o objetivo de reduzir as dificuldades para ampliação da rede, a CPI está propondo em seu relatório final um “Pacto Estadual das Antenas”, envolvendo as comissões permanentes de Defesa do Consumidor; de Assuntos Municipais; de Obras Públicas, Transporte e

Comunicação; de Ecologia e Meio Ambiente e com membros da CPI da Telefonia Móvel, Sinditelebrasil, Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), associações de municípios e vereadores de todo o estado.

O relatório inclui ainda uma minuta sugestiva de projeto de lei que poderia ser usado pelos municípios, dispondo normas gerais urbanísticas, unificando a legislação e agilizando a instalação de ERBs para promover a melhoria da cobertura do sinal.

Composição da CPI– A CPI da Telefonia Móvel foi composta pelos deputados Paranhos (PSC), presidente; Nereu Moura (PMDB), relator; Professor Lemos (PT), vice-presidente; Gilberto Martin (PMDB), relator adjunto; Bernardo Carli (PSDB), Luiz Carlos Martins (PSD) e Roberto Aciolli (PV).

13/08/2013 | 14h46

CPI do Pedágio aprova convite para depoimento de procurador da República

Por Rodrigo Rossi

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios realizou mais uma reunião ordinária nesta terça-feira (13), no Plenarinho da Assembleia Legislativa. O deputado Cleiton Kielse (PMDB) apresentou aos membros da comissão o estudo técnico-financeiro que realizou, apontando o desequilíbrio econômico entre o lucro das concessionárias de pedágio e a falta de investimentos nas rodovias paranaenses. Em seguida os parlamentares aprovaram requerimento para convidar o procurador Osvaldo Soweck Júnior, do Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é que ele apresente na CPI as análises e os resultados das ações propostas pelo MPF em relação às empresas que, conforme o deputado Péricles de Melo (PT), autor da solicitação, constituem "importante trabalho sobre assuntos relativos ao pedágio". Os deputados também acataram requerimento pedindo informações à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) sobre o procedimento de concessões no Paraná.

Já os requerimentos relativos à convocação do ex-governador Jaime Lerner, subscrito pelo deputado Alceu Maron Filho (PSDB), e ao pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal das empresas concessionárias, tiveram as apreciações adiadas. A maioria dos membros da CPI entendeu que ainda não é o momento para estas solicitações. "Os dados apresentados hoje foram importantes para termos mais clareza sobre a situação dos pedágios, principalmente em relação ao retorno destas concessões para a população paranaense, que hoje é muito baixo. Agora vamos confrontar estas informações, de forma técnica, para darmos os encaminhamentos nas próximas reuniões", disse o relator da CPI, deputado Douglas Fabrício (MD).

Trabalho técnico – Nos próximos encontros os deputados já deverão apresentar uma lista com os nomes das pessoas que deverão ser convidadas ou convocadas para depor na CPI. Para o caso de alguns representantes a serem chamados, conforme sugestão dos parlamentares, o apoio do Ministério Público estadual, com a participação de promotores de Justiça, será muito importante, auxiliando nos trabalhos da comissão. A intenção, em todo caso, é de não politizar a discussão, como

defendeu o deputado Wilson Quintero (PSB), que atua como relator adjunto. Segundo ele, também é preciso tomar ciência das demandas judiciais envolvendo os pedágios. "Tivemos questões judiciais que autorizaram, por exemplo, o aumento das tarifas. Chamo atenção também para esta questão, porque muitos processos que já transitaram em julgado já estarão fora do foco da CPI. Temos que olhar tecnicamente para o trabalho, tendo equilíbrio e cautela", ponderou.

19/08/2013 | 16h09 > atualizado em 20/08/2013 | 13h08

Procurador do MPF fala sobre os pedágios em reunião da CPI, nesta terça-feira (20)

Por Rodrigo Rossi

O procurador do Ministério Público Federal (MPF) Osvaldo Soweck Júnior fará uma exposição nesta terça-feira (20) aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios, a partir das 9 horas, na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa, sobre o andamento de ações ajuizadas pela instituição envolvendo o Estado e as concessionárias das rodovias pedagiadas.

O convite ao procurador foi proposto pelo deputado Péricles de Mello (PT), com o apoio dos demais membros da comissão, votado e aprovado na semana passada. "Queremos ouvir o procurador sobre as ações envolvendo o pedágio. E que ele possa nos dar ainda uma visão jurídica, caminhos para contribuir com a CPI. Entendo que será uma reunião muito produtiva", disse o parlamentar petista.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

20/08/2013 | 14h13 > atualizado em 21/08/2013 | 12h13

Descumprimento de contratos deve ser alvo preferencial da CPI dos Pedágios, afirma procurador

Por Rodrigo Rossi

Ao falar aos parlamentares que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios na manhã desta terça-feira (20), na Assembleia Legislativa, o procurador do Ministério Público Federal, Osvaldo Soweck Júnior, disse que embora seja importante discutir o valor das tarifas praticadas nas praças de pedágio do estado, a falta do cumprimento dos contratos e da realização das duplicações nas rodovias é o principal problema a ser enfrentado. O procurador foi convidado para dar explicações aos deputados sobre o trabalho do MPF na análise das possíveis distorções nos contratos de pedágio, assim como para apresentar sugestões que contribuam com os trabalhos da CPI. "É preciso passar a limpo a história do pedágio no Paraná nestes últimos quinze anos. Por isso tenho grande esperança neste trabalho feito pela Assembleia Legislativa", disse.

A vinda de Soweck foi solicitada pelos deputados Péricles de Mello (PT) e Cleiton Kielse (PMDB). Na opinião do procurador da República, a questão envolvendo os pedágios é lastreada por todos os governos, nos últimos quinze anos. Segundo ele, outra situação importante e que deve ser analisada

é a possível proposta danosa ao Estado de prorrogação dos atuais contratos. Ele sugeriu ainda a necessidade de confrontar o faturamento das empresas com os investimentos previstos nas estradas, o que somente seria possível com a quebra do sigilo bancário e fiscal das concessionárias. “A população vem pagando por algo que não aconteceu. Seria importante saber o que as concessionárias ganharam nestes anos”, afirmou Soweck.

Convites – Os parlamentares aprovaram ainda a expedição de convite ao ex-governador Jaime Lerner para falar à CPI sobre o processo de implantação do pedágio no Paraná, assim como, em momento oportuno, do procurador-geral do Estado da época, do procurador-geral atual, de diretores de órgãos como o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e também de representantes das empresas concessionárias.

Na próxima reunião, que será no dia 27, novamente a partir das 9 horas e no mesmo local, os deputados esperam ouvir procuradores do Ministério Público estadual sobre o andamento de ações judiciais propostas pela instituição. Ainda nesta terça-feira os membros terão encontro com o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, às 17 horas, para discutir o assunto e solicitar apoio aos trabalhos da CPI. “Já aprovamos estes convites e na hora certa vamos ouvi-los. É importante que tenhamos os documentos que estão sendo levantados em paralelo, para tornarmos as oitivas ainda mais produtivas”, destacou o relator da CPI, deputado Douglas Fabrício (PPS).

23/08/2013 | 13h03 > atualizado em 26/08/2013 | 18h06

Assembleia vota na segunda-feira (26) o relatório final da CPI da Telefonia Móvel

Por Nádia Fontana

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa, que investigou a baixa qualidade do serviço e as sucessivas quedas de sinal das empresas operadoras de telefonia móvel no Paraná, será votado pelo Plenário na sessão de segunda-feira (26). A matéria, projeto de resolução nº 17/13, é o último item da pauta dos trabalhos – a Ordem do Dia – que relaciona mais sete proposições e 15 indicações parlamentares.

O relatório da CPI da Telefonia Móvel apresenta as conclusões dos trabalhos desenvolvidos entre 18 de maio e 18 de julho último, período em que a Comissão percorreu todo o estado e investigou a estrutura do sistema de telefonia celular no Paraná. Entre outras informações, o documento traz indicadores mostrando o grau de satisfação dos usuários com os serviços. Dos mais de 15 mil consumidores pesquisados em campo pela Central Móvel ou pelo site da CPI, 72% demonstraram insatisfação com a qualidade do atendimento nos *call centers* das empresas; 71% se disseram descontentes com a qualidade e estabilidade do sinal; 66% reclamaram da falta de qualidade dos serviços em geral e outros 68% registraram queixas quanto a cobranças indevidas.

Além disso, os consumidores também reclamaram do consumo indevido de créditos, desrespeito à portabilidade, recebimento de fatura após a data de vencimento, adesão a planos sem autorização prévia, mensagens invasivas em horários inoportunos e propaganda enganosa, entre outras

reclamações documentadas. A CPI apurou que todas as operadoras investiram menos do que o previsto por elas próprias na melhoria do sistema. Com faturamento anual global de R\$ 287 bi, as teles investiram menos de 10% dessa receita na infraestrutura – a que menos investiu foi a Claro, com apenas 3,3%, infringindo plano de investimentos entregue à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A CPI da Telefonia Móvel foi composta pelos deputados Paranhos (PSC), presidente; Nereu Moura (PMDB), relator; Professor Lemos (PT), vice-presidente; Gilberto Martin (PMDB), relator adjunto; Bernardo Carli (PSDB), Luiz Carlos Martins (PSD) e Roberto Aciolli (PV).

Odontologia – Em primeira discussão começa a ser votado o projeto de lei nº 46/13, da deputada Luciana Rafagnin (PT). A proposição altera o artigo 1º e respectivo parágrafo único da Lei nº 16.786/11, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de Odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs). Conforme a deputada, o objetivo é tornar obrigatória a presença de dentistas em todas as equipes multidisciplinares existentes no ambiente hospitalar. “Estender a todo ambiente hospitalar a presença de cirurgião dentista é levar aos pacientes internados um cuidado essencial para prevenção e tratamento de doenças. Com a complementação da lei nesse sentido, estamos diante da oportunidade de definir um padrão de atendimento que pode vir a ser referência para outros estados”, argumenta a autora do projeto.

Duas proposições do Poder Executivo também estão em pauta: a de nº 268/13, autorizando a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária a participar do Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho (FONSET); e a de nº 305/13, que autoriza o Governo a efetuar a doação de imóveis ao município de Ponta Grossa.

Vacinações – Será votada em redação final, última etapa do processo legislativo em Plenário, a proposta de iniciativa do deputado Leonaldo Paranhos (PSC) tornando obrigatória a afixação de cartazes em escolas, hospitais e postos de saúde – da rede pública e privada – com informações sobre as vacinações infantis obrigatórias. De acordo com o parlamentar, a finalidade do projeto (de nº 502/12) é educativa, criando mecanismos que permitam aos pais vacinarem corretamente seus filhos. Ele destaca que é de conhecimento público que a vacinação infantil é a forma mais barata e eficaz de prevenção das doenças infecciosas.

Igualmente em redação final está uma proposição do deputado Gilberto Martin (PMDB), o projeto de lei nº 152/13, instituindo no estado o dia 9 de cada mês como “Dia de Ação Contra a Dengue”. “A dengue deve ser enfrentada todos os dias do ano. O que tenho observado é que só nos preocupamos com a doença quando começa a intensificação dos casos confirmados e saímos todos correndo atrás do mosquito, mas neste momento a doença já está instalada”, alerta o deputado. “Só vamos lembrar em setembro, outubro, quando já está instalada uma nova epidemia. O objetivo deste projeto de lei é que todos os anos, todos os meses, tenhamos pelo menos uma vez a obrigatoriedade da sociedade, dos órgãos de governo, das organizações sociais, de envolvimento no combate ao *Aedes aegypti*”, acrescenta.

23/08/2013 | 15h01 > atualizado em 23/08/2013 | 15h04

CPI dos Pedágios ouve membros do Ministério Público federal e estadual na próxima terça-feira (27)

Por Rodrigo Rossi

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios volta a se reunir na próxima terça-feira (27). O deputado Péricles de Mello (PT) fará exposição sobre o estudo feito por ele acerca do processo de implantação de uma das praças de pedágio no estado. A apresentação será feita na Sala de Reuniões das Comissões, a partir das 9 horas. Na mesma ocasião, a promotora de Justiça do Ministério Público do Paraná (MPPR), Márcia Cecília Delise Rosa Pereira, e o procurador da República, Diogo Castor de Mattos, convidados pela comissão, falam de ações judiciais envolvendo o pedágio.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

26/08/2013 | 18h03 > atualizado em 28/08/2013 | 11h43

Assembleia aprova o relatório final da CPI da Telefonia Móvel

Por Nádia Fontana

Os deputados aprovaram na sessão plenária desta segunda-feira (26) o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa, que investigou a baixa qualidade do serviço e as sucessivas quedas de sinal das empresas operadoras de telefonia móvel no Paraná. O relatório da CPI da Telefonia Móvel – projeto de resolução nº 17/13 – passou com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

O documento apresenta as conclusões dos trabalhos desenvolvidos durante quase dois meses, período em que a Comissão percorreu o estado e investigou a estrutura do sistema de telefonia celular no Paraná. Entre outras informações, o relatório traz indicadores mostrando o grau de satisfação dos usuários com os serviços. Dos mais de 15 mil consumidores pesquisados em campo pela Central Móvel ou pelo site da CPI, 72% demonstraram insatisfação com a qualidade do atendimento nos *call centers* das empresas; 71% se disseram descontentes com a qualidade e estabilidade do sinal; 66% reclamaram da falta de qualidade dos serviços em geral e outros 68% registraram queixas quanto a cobranças indevidas.

O deputado Leonaldo Paranhos (PSC), presidente da CPI, explica que os consumidores também reclamaram do consumo indevido de créditos, desrespeito à portabilidade, recebimento de fatura após a data de vencimento, adesão a planos sem autorização prévia, mensagens invasivas em horários inoportunos e propaganda enganosa, entre outras reclamações documentadas. A CPI apurou que todas as operadoras investiram menos do que o previsto por elas próprias na melhoria do sistema. Com faturamento anual global de R\$ 287 bi, as teles investiram menos de 10% dessa receita na infraestrutura – a que menos investiu foi a Claro, com apenas 3,3%, infringindo plano de investimentos entregue à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Além de Paranhos,

integraram a CPI os deputados Nereu Moura (PMDB), relator; Professor Lemos (PT), vice-presidente; Gilberto Martin (PMDB), relator adjunto; Bernardo Carli (PSDB), Luiz Carlos Martins (PSD) e Roberto Aciolli (PV).

Dentistas – O projeto de lei nº 46/13, da deputada Luciana Rafagnin (PT), foi aprovado nesta sessão em primeira discussão. A proposição altera o artigo 1º e respectivo parágrafo único da Lei nº 16.786/11, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de Odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs). Conforme a deputada, o objetivo é tornar obrigatória a presença de dentistas em todas as equipes multidisciplinares existentes no ambiente hospitalar. “Estender a todo ambiente hospitalar a presença de cirurgião dentista é levar aos pacientes internados um cuidado essencial para prevenção e tratamento de doenças. Com a complementação da lei nesse sentido, estamos diante da oportunidade de definir um padrão de atendimento que pode vir a ser referência para outros estados”, argumenta a autora do projeto, que recebeu 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

Duas proposições do Poder Executivo também passaram pelo Plenário: a de nº 268/13, autorizando a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária a participar do Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho (FONSET), aprovada em primeira discussão; e a de nº 305/13, que autoriza o Governo a efetuar a doação de imóveis ao município de Ponta Grossa, aprovada em segunda discussão.

Saúde – Seguem para sanção (ou veto) do governador duas propostas que passaram hoje em redação final, última etapa do processo legislativo em Plenário. Uma é de iniciativa do deputado Leonaldo Paranhos (PSC), tornando obrigatória a afixação de cartazes em escolas, hospitais e postos de saúde – da rede pública e privada – com informações sobre as vacinações infantis obrigatórias. De acordo com o parlamentar, a finalidade do projeto (de nº 502/12) é educativa, criando mecanismos que permitam aos pais vacinarem corretamente seus filhos. Ele destaca que é de conhecimento público que a vacinação infantil é a forma mais barata e eficaz de prevenção das doenças infecciosas. A outra é uma proposição do deputado Gilberto Martin (PMDB), de nº 152/13, instituindo no estado o dia 9 de cada mês como “Dia de Ação Contra a Dengue”.

Imóveis - O presidente do Conselho Regional de Corretores do Paraná – 6ª Região (CRECI- PR), Admar Pucci Junior, fez um pronunciamento nesta segunda-feira (26), na tribuna do Plenário da Assembleia Legislativa. Ele discorreu sobre o crescimento do setor e as comemorações alusivas ao Dia do Corretor de Imóveis, data celebrada no dia 27 de agosto, ocasião que marca os 51 anos de regulamentação da profissão. “Vivenciamos um momento histórico, com o mercado registrando um crescimento acima do PIB nacional”, afirmou Pucci. Ele lembrou que os corretores de imóveis têm uma contribuição importante na vida dos cidadãos, colaborando com a realização do sonho de aquisição da casa própria.

A participação de Pucci Junior ocorreu por proposição do deputado Leonaldo Paranhos (PSC), que enalteceu a profissão. Paranhos destacou que o CRECI exerce a função de órgão fiscalizador da profissão, criado pela necessidade de organizar a categoria e coibir o mau exercício da atividade profissional. Juridicamente, trata-se de uma autarquia corporativa (condição outorgada pela Lei federal nº 6.530/78), isto é, uma organização criada pelo Estado, mas que dispõe de certa autonomia para dirigir uma série de funções ou serviços de interesse coletivo. O deputado Valdir Rossoni (PSDB), presidente da Assembleia, cumprimentou os profissionais do setor que lotaram as galerias do

Legislativo, para participar da sessão. E recordou que os corretores de imóveis têm participado diretamente de lutas importantes da sociedade, travadas na Assembleia, como a da questão das taxas e custas cartorárias, debatidas no fim do ano passado.

SETEMBRO 2013

02/09/2013 | 09h36 > atualizado em 03/09/2013 | 11h53

Assembleia realiza audiência nesta terça-feira (3) para debater "Pacto das Antenas"

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Luís Zuchi.

A Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa realiza nesta terça-feira (3), às 10 horas, no seu Plenarinho, uma audiência pública para debater um pacto pela instalação de mais antenas de telefonia celular em todo o estado. O "Pacto das Antenas" é uma das propostas contidas no relatório final da CPI da Telefonia Móvel, aprovado em Plenário pelos deputados no dia 26 de agosto. "Queremos discutir com os municípios e entidades uma legislação que regulamente e facilite a instalação de novas antenas e, com isso, promover a melhoria da cobertura de sinal do celular, uma das principais reclamações colhidas pela CPI junto aos consumidores", explica o presidente da Comissão, deputado Paranhos (PSC).

Foram convidados e devem participar do debate representantes de 25 associações de municípios e câmaras municipais de todas as regiões do estado, diretores das empresas operadoras de telefonia, do Sindicato das Empresas de Telefonia (Sinditelebrasil) e técnicos de entidades como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU-PR), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-PR) e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), especialistas convidados e deputados membros das comissões permanentes de Defesa do Consumidor; Assuntos Municipais; Obras Públicas, Transporte e Comunicação; e Ecologia e Meio Ambiente.

A preocupação em buscar uma solução para o problema da falta de sinal (cobertura deficiente) foi um dos principais focos da investigação conduzida pela CPI, depois de feito o diagnóstico de que a relação entre aparelhos por antena no Paraná está muito acima da média mundial. Enquanto nos EUA e Europa a média é de mil aparelhos por antena, o Paraná tem quase cinco mil linhas por antena e, como mostra o relatório, há municípios onde há mais de dez mil aparelhos para cada antena instalada. A explicação das empresas é de que a legislação é burocrática demais e difere em cada município, o que demandaria tempo para elaborar projetos personalizados para cada localidade. "As operadoras se debruçam nesse argumento para justificar a falta de qualidade na cobertura, quando deveriam ter pensado nisso antes de venderem linhas de forma ilimitada", diz o deputado Paranhos.

Nova legislação– Para contribuir com a solução do problema, a CPI incluiu no relatório uma minuta sugestiva de projeto de lei que pode ser usado pelos municípios para regulamentar a instalação de novas Estações Rádio-Base (ERBs). A minuta estabelece normas gerais e urbanísticas para a

instalação de antenas e equipamentos já autorizados e homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), nos termos da legislação federal vigente. "A ideia é uniformizar a legislação e facilitar a ampliação da estrutura, melhorando assim o sinal da telefonia no médio prazo", enfatiza Paranhos.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

02/09/2013 | 16h59

CPI do Pedágio ouve procurador geral do Estado nesta terça-feira (3)

Por Rodrigo Rossi

O procurador geral do Estado, Júlio César Zem Cardozo, falará aos deputados membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios nesta terça-feira (3), às 9 horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa. O convite foi aprovado na semana passada. O objetivo é que o representante do Poder Executivo apresente aos parlamentares a situação envolvendo as demandas judiciais por parte do governo paranaense em relação às empresas concessionárias.

"Queremos agora saber a situação das ações judiciais, porque temos a informação de que estas ações estão suspensas. Queremos saber a razão destas suspensões. Acho que será muito proveitosa essa reunião com o procurador", disse o presidente da CPI, deputado Nelson Luersen (PDT).

Ainda durante o encontro semanal, o deputado Péricles de Mello (PT) fará a apresentação de um estudo de caso envolvendo uma das empresas concessionárias de pedágio, desde o processo licitatório até a sua implantação efetiva, com demonstração de balancetes e demais informações técnicas, como previsão e execução de obras. "É um estudo muito rico que pretendo apresentar à comissão sobre a implantação do pedágio", afirmou o deputado.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

03/09/2013 | 14h34 > atualizado em 04/09/2013 | 11h55

Deputados da CPI debatem estudo técnico sobre lotes de concessão de pedágios

Por Rodrigo Rossi

Um estudo técnico do processo de implantação do pedágio, no seu modelo original, foi apresentado pelo deputado Péricles de Mello (PT) na manhã desta terça-feira (3), durante reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios. Segundo o parlamentar, que detalhou os seis lotes de concessão, existe desequilíbrio entre a receita bruta das empresas e o retorno em investimentos, chegando, em alguns casos, ao máximo de 29% do previsto. Péricles disse que o Governo do Estado, em 1997, definiu a tarifa básica, ou seja, quanto deveria ser cobrado inicialmente com o pedágio, proposta que, em seguida, foi acatada e apresentada pelas empresas como de viabilidade técnica e comercial das concessões. "Queremos saber como foi possível chegar a essa tarifa básica, de

referência, apresentada pelo Governo do Estado, na época, e que representou a proposta técnica por parte das empresas”, indagou Péricles.

O deputado ressaltou também que o estudo independente feito por ele, que contou com informações levantadas a partir de uma verificação de engenharia, há distorções entre valores praticados pela tabela de obras do Departamento de Estradas de Rodagens (DER) e o custo previsto por parte das concessionárias para as intervenções nas rodovias. “Confrontamos dados da proposta comercial com a tabela do DER e vemos claramente a diferença de valores, que estão superestimados, em alguns casos, em mais de 200%”.

O procurador Geral do Estado, Júlio César Zem Cardozo, que foi convidado para falar aos parlamentares, não compareceu à reunião. Ele enviou ofício à CPI destacando incompatibilidade de agenda. Assim, os membros aprovaram a convocação tanto do próprio Cardoso, quanto dos ex-procuradores Sérgio Botto de Lacerda e Jozélia Nogueira, que comandaram a PGE. Na avaliação do relator da comissão, deputado Douglas Fabrício (PPS), estes depoimentos serão importantes. “As informações técnicas apresentadas pelo deputado Péricles enriqueceram a CPI. Agora queremos saber dos procuradores. Que venham aqui falar conosco. Porque parece que o Estado foi omissos também nestes 15 anos”, analisou.

03/09/2013 | 16h30 > atualizado em 03/09/2013 | 17h03

Relatório final da CPI dos Planos de Saúde é entregue na Assembleia

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Planos de Saúde, constituída na Assembleia Legislativa, foi protocolado nesta terça-feira (3), para ser votado em Plenário. O Regimento Interno da Casa prevê que a votação ocorrerá no prazo de cinco sessões. A CPI foi criada para investigar a relação entre operadoras de planos de saúde suplementar e prestadores de serviço.

O documento aponta 16 medidas que serão apresentadas e propostas a partir de agora, entre elas, a notificação das irregularidades encontradas ao Ministério Público Federal e ao Ministério da Saúde. Os deputados também irão apresentar um projeto de lei para que no Paraná os médicos que atendem pelos planos de saúde suplementar não recebam valores inferiores aos previstos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM).

“Valores pagos aos médicos paranaenses hoje por uma consulta são baixos e isso impacta diretamente na qualidade do atendimento, porque muitos profissionais estão abandonando os planos de saúde e as opções aos pacientes estão ficando reduzidas. Existe uma tabela especificando os valores que devem ser praticados, mas as empresas não cumprem”, afirmou o deputado Adelino Ribeiro (PSL), presidente da CPI.

Ele resalta que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) peca na fiscalização e por esse motivo existe este descontentamento dos médicos e também dos usuários com relação aos planos de saúde. “Não adianta a agência criar regulamentações e depois não acompanhar o seu cumprimento. Também não vai surtir efeito apenas impedir que as empresas vendam novos planos, como ocorreu recentemente com a suspensão de mais de duas mil operadoras, se a ANS não consegue fiscalizar e nem fazer cumprir o que ela mesma impõe ao mercado de saúde suplementar”.

A CPI irá encaminhar à bancada paranaense no Congresso Nacional sugestão de projeto para que algumas normativas da ANS se tornem leis federais e sejam cumpridas em todos os estados da Federação. “Uma das justificativas apresentadas pela ANS para a ausência de fiscalização é a falta de funcionários e também pelo fato de suas determinações serem apenas normativas e não obrigatórias. Então iremos encaminhar ao Congresso Nacional a sugestão de que normas específicas se tornem leis e, assim, ajudar na regulação do setor”, completou o deputado.

A Comissão também encaminhará à ANS pedido para uma fiscalização específica no estado do Paraná, para se averiguar o cumprimento de contratos entre as operadoras e prestadores de serviços. “A fiscalização é a principal obrigação da ANS e ela não pode se omitir, muito menos ficar se escondendo atrás de justificativa de que não há profissionais suficientes. Então que seja feita uma força-tarefa de fiscalização no Paraná e que os problemas encontrados aqui sejam resolvidos”.

O deputado Adelino Ribeiro citou ainda que ao longo das investigações muitas pessoas procuraram a Comissão para apresentar denúncias contra as operadoras de planos de saúde. “Felizmente conseguimos resolver a maioria dos casos, outros um pouco mais complicados, estão em andamento, mas não deixamos ninguém desamparado. O que comprova, também, que as operadoras, com pouco mais de boa vontade, poderiam atender melhor os usuários”. O deputado citou, como exemplo, a situação de um empresário de Cascavel, cuja esposa precisou passar por um procedimento cirúrgico e o hospital passou a cobrar uma fatura de R\$ 42 mil por recusa da operadora de cobrir as despesas. “A própria operadora estava criando dificuldades para solucionar o caso. Após a intervenção da CPI, o empresário foi atendido e o caso resolvido. E acredito que existem muitos outros casos semelhantes, em que o contrato prevê a cobertura, mas as empresas se negam, mesmo sendo direito do usuário, e neste caso os órgãos responsáveis precisam agir”, acentuou.

O parlamentar também justificou que a entrega do relatório final demorou um pouco além do previsto devido à quantidade de documentos enviados para avaliação. “Tínhamos cinco CPIs em andamento na Casa, o que reduziu o número de pessoas à disposição para o trabalho. Por este motivo os trabalhos se estenderam um pouco além do previsto, mas queríamos ter a certeza de não deixar passar nada”.

O deputado também agradeceu o envolvimento dos demais deputados da Comissão, deputados Anibelli Neto (PMDB – relator), Stephanes Júnior (PMDB), Péricles de Mello (PT), Tercílio Turini (PPS), Leonaldo Paranhos (PSC) e Mauro Moraes (PSDB), “que participaram e se envolveram com todas as situações para dar uma resposta à sociedade”.

Fonte: Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Vanderson Luiz Pereira.

09/09/2013 | 16h39 > atualizado em 12/09/2013 | 17h00

CPI dos Pedágios ouve ex-procuradores do Estado nesta terça-feira (10)

Por Rodrigo Rossi

Os ex-procuradores do Estado Júlio César Zem Cardozo e Sérgio Botto de Lacerda serão ouvidos na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios, às 9 horas, nesta terça-feira (10). A reunião ordinária será na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa. O objetivo é que eles falem aos

deputados sobre a situação das ações judiciais movidas por parte do Poder Executivo contra as concessionárias de pedágio, especialmente em relação a obras e demais investimentos previstos em contratos e ainda não executados.

Segundo informações repassadas aos membros da comissão, as ações judiciais estariam suspensas. Na opinião do deputado Douglas Fabrício (PPS), relator da CPI, é importante que os deputados tenham clareza a respeito das demandas judiciais envolvendo o pedágio. "Que eles possam esclarecer à CPI se estas ações estão paradas e por que estão paradas", ressaltou.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

10/09/2013 | 15h15 > atualizado em 13/09/2013 | 15h46

Ex-procuradores falam à CPI dos Pedágios sobre ações judiciais entre governo e concessionárias

Por Rodrigo Rossi

Ao comparecer à reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios, na Assembleia Legislativa, nesta terça-feira (10), o ex-procurador Geral do Estado, Júlio César Zem Cardozo, disse aos parlamentares que algumas ações judiciais envolvendo as concessionárias estão suspensas para que o governo e as empresas possam chegar a um entendimento sobre a revisão de tarifas e a realização de obras nas rodovias pedagiadas. Atualmente, conforme o procurador, as maiores demandas na Justiça são das próprias empresas, que equivalem a 60%. Por parte do Estado, apenas 10% das ações representam o total destes litígios.

Ele informou ainda que um estudo técnico da Fundação Instituto de Administração (FIA), vinculado à Universidade de São Paulo (USP), e solicitado pelo Departamento de Estradas de Rodagens (DER), está em andamento. O objetivo é apontar a existência ou não de desequilíbrio econômico e demais situações envolvendo o pedágio, como a possibilidade de descumprimento dos contratos. "Não houve suspensão ou desistência das ações pela PGE. O que houve foi a suspensão em razão de uma negociação entre o Estado e as empresas. A maioria das ações são das empresas contra o Paraná. As ações movidas pelo Estado dizem respeito principalmente à questão dos aditivos firmados em 2000 e 2002. O que estamos discutindo é a validade destes aditivos", disse.

Em seguida, o ex-procurador Sérgio Botto de Lacerda, também depôs. Para ele, é importante que a União também se envolva com o tema do pedágio no Paraná. De acordo com ele, as ações também precisam tramitar, pois existe expectativa de que o Estado seja vitorioso ao final dos processos. Uma das alternativas apontadas e recomendadas por Botto ainda em 2005, quando ocupava o cargo de procurador Geral do Estado, foi de que o Paraná devolvesse as rodovias à União. "A União tem que participar. Não é possível que o Paraná seja penalizado pela omissão federal. A União parece que esqueceu que as rodovias são suas. E quem ficou com o mico foi o Paraná", afirmou.

Balanco – Na opinião do deputado Nelson Luersen (PDT), a vinda dos procuradores enriqueceu o trabalho da CPI, dando ainda mais subsídios aos membros da comissão, sobre a situação dos pedágios. "Tenho certeza que a presença dos procuradores foi importante, porque mostrou aos deputados a situação destas discussões judiciais entre o Estado e as empresas. Agora daremos continuidade aos trabalhos. Pretendemos ouvir mais pessoas, inclusive a atual procuradora do Estado. A CPI está trabalhando com seriedade e precisamos dar uma resposta à população paranaense",

avaliou Luersen, durante a reunião.

O deputado Alceu Maron (PSDB) propôs ainda que o representante da Advocacia Geral da União (AGU) no Paraná possa oportunamente comparecer perante a CPI e apresentar aos parlamentares dados ou ações técnicas do órgão federativo sobre esta relação envolvendo concessionárias, o Paraná e a União. "Tenho dito que a União também deve ter participação nesse debate. E quem responde juridicamente pela União aqui é a AGU. Por isso, queremos que o responsável venha até nós e fale aos deputados sobre todas essas situações já levantadas na comissão", destacou Maron.

A CPI dos Pedágios volta a se reunir ordinariamente na próxima terça-feira (17), às 9 horas, na Sala das Comissões do Legislativo.

10/09/2013 | 17h11 > atualizado em 11/09/2013 | 10h59

Tercílio propõe à CPI projeto para obrigar cupom fiscal no pedágio

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração da assessoria parlamentar.

O deputado Tercílio Turini (PPS) protocolou requerimento nesta terça-feira (10), solicitando à CPI dos Pedágios que apresente projeto de lei na Assembleia Legislativa para obrigar as concessionárias de rodovias a emitirem cupom fiscal como comprovante de pagamento da tarifa do pedágio. A intenção é criar mecanismo legal para fiscalizar o movimento de veículos, a receita das empresas e o recolhimento de impostos.

Para o deputado, a emissão do cupom fiscal cria condições para se apurar números reais sobre o pedágio. "Esse sistema exige maquinário específico, o chamado Emissor de Cupom Fiscal (ECF), que segue regulamentação própria, é fiscalizado e autorizado a funcionar pelas agências estaduais do fisco. O equipamento só tem validade se homologado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)", explica. Turini argumenta ainda que como o ECF registra em software todos os dados da operação para emissão do cupom, as informações ficam armazenadas e podem ser fiscalizadas a qualquer momento. "É possível verificar inclusive qualquer tentativa de manipulação de dados" acrescenta.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

13/09/2013 | 10h46 > atualizado em 13/09/2013 | 12h28

CPI dos Pedágios ouve procuradora geral do Estado e representantes do TCE na próxima terça-feira (17)

Por Rodrigo Rossi

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Pedágios (CPI) da Assembleia Legislativa deverá ouvir a procuradora geral do Estado, Jozélia Nogueira, na próxima terça-feira (17), a partir das 9 horas, na Sala de Reuniões das Comissões. Representantes do Tribunal de Contas do Estado (TCE) também

deverão participar da oitiva. O objetivo é que eles apresentem mais detalhes aos membros da comissão acerca de um relatório produzido pelo órgão, que aponta divergências no cumprimento de obras nas rodovias paranaenses.

Já a procuradora, cujo depoimento estava agendado inicialmente para a semana passada, mas que não ocorreu em razão de compromissos perante o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), falará aos deputados sobre o andamento de ações judiciais envolvendo o pedágio e quais serão, a partir desta nova gestão na PGE, as alternativas para um entendimento entre o Poder Executivo e as empresas concessionárias.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

17/09/2013 | 15h56 > atualizado em 18/09/2013 | 11h00

Desequilíbrio financeiro e demandas judiciais são temas dominantes na CPI dos Pedágios

Por Rodrigo Rossi

A procuradora geral do Estado, Jozélia Nogueira, disse aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios, na manhã desta terça-feira (17), na Assembleia Legislativa, que as ações ajuizadas tanto pelo Poder Executivo contra as concessionárias, quanto pelas concessionárias contra o Estado, estão momentaneamente suspensas, de comum acordo. Segundo ela, o governo aguarda o resultado de um estudo técnico em andamento pela Fundação Instituto de Administração (FIA), vinculado à Universidade de São Paulo (USP), acerca da existência de desequilíbrio econômico em relação às tarifas e a realização de obras previstas nos termos dos contratos celebrados entre as partes.

Embora no cargo de procuradora geral há pouco mais de uma semana, Jozélia Nogueira ressaltou que a suspensão das ações busca o entendimento para o devido cumprimento dos contratos, mas que o Estado não desistiu nem desistirá de prosseguir com as demandas no Judiciário, caso as tratativas e o diálogo não prosperem. "O Estado buscou e tentou por várias vias o reequilíbrio financeiro, até mesmo com a revisão da tarifa. A suspensão das ações é para tentar um acordo e resolver esta questão. Não iríamos e não iremos desistir das ações judiciais. Mas esta negociação está sendo feita para garantir a defesa do interesse público", analisou.

Já o relatório feito por auditores do Tribunal de Contas do Estado (TCE) em 2010, relativo ao lote três, na BR-277, no trecho compreendido entre Guarapuava e Foz do Iguaçu, apresentado aos deputados nesta terça-feira, concluiu pela existência de um flagrante desequilíbrio financeiro a favor da empresa concessionária. De acordo com os dados, seriam necessários R\$ 350 milhões em investimentos na estrada para recompor o equilíbrio. "Existe um desequilíbrio sim, conforme os números estudados. Os dados são de 2010. Possivelmente, os valores atualizados já seriam outros, em relação àquilo que deveria ser investido", analisou Alexandre Antônio Santos, auditor e um dos responsáveis pela análise do TCE.

Balanco – Na opinião do presidente da CPI, deputado Nelson Luersen (PDT), as oitivas realizadas nesta terça-feira foram bastante esclarecedoras. "O depoimento a partir do relatório conclusivo do TCE mostra que o contrato não está sendo cumprido. Portanto, os parlamentares tiveram hoje mais

e importantes informações sobre esta caixa preta que é o pedágio. Vamos dar continuidade ao trabalho técnico, para em seguida continuarmos ouvindo novos depoentes”, ponderou.

Já na opinião do relator da CPI, deputado Douglas Fabrício (PPS), a possibilidade de rompimento unilateral do contrato, por parte do Estado, uma vez configurado o descumprimento dos contratos pelas empresas, poderia gerar um prejuízo financeiro ainda muito maior ao Paraná e, portanto, precisa ser melhor avaliado. “A procuradora trouxe embasamento jurídico, com fundamento e conhecimento. As ações poderão dar ganho de causa para o Paraná. Mas já foi dito nesta CPI que qualquer um poderia romper unilateralmente o contrato, já que não ocorreram os devidos investimentos das empresas. Ela afirmou também que talvez o Estado tenha que pagar um custo ainda maior por isso, ficando um passivo muito grande para a população paranaense. Se fosse tão fácil assim, outros governos já teriam feito (o rompimento)”, analisou Douglas Fabrício.

Reunião extraordinária – Ainda nesta quinta-feira (19) os membros da CPI estarão em Jacarezinho, no Norte paranaense, em reunião extraordinária, para discutir com a população, representantes do poder público, entidades de classe e empresários sobre a situação e o impacto da praça de pedágio que corta a cidade e afeta a região. A audiência pública será na Câmara Municipal, a partir das 10 horas.

17/09/2013 | 17h13 > atualizado em 18/09/2013 | 11h37

União da Vitória aprova legislação sugerida pela CPI da Telefonia para facilitar instalação de novas antenas

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Zuchi.

A Câmara Municipal de União da Vitória aprovou na sessão plenária de segunda-feira (16) o projeto de lei nº 22/2013, modificando a legislação que regulamenta a instalação de novas antenas de telefonia celular no município. O projeto se baseou na minuta sugerida pela CPI da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa, uma das propostas constantes do relatório final da comissão para agilizar a instalação de novas Estações Rádio-Base (ERBs) e, dessa forma, melhorar a qualidade do sinal das ligações, a principal reclamação dos consumidores paranaenses. “As operadoras se debruçavam nesse argumento de que as leis municipais são restritivas à instalação de novos equipamentos. Sugerimos então uma legislação que facilita o processo e elimina esse argumento”, comenta o deputado Leonaldo Paranhos (PSC), presidente da Comissão de Defesa do Consumidor.

A aprovação do projeto de lei 22/13 foi informada oficialmente à Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia pelo vereador Luilson Schwartz, 1º secretário do Legislativo de União da Vitória. Segundo ele, o projeto segue agora para a sanção do Executivo Municipal.

A legislação sugerida pela CPI da Telefonia foi discutida e apresentada a vereadores de todo o estado em audiência pública realizada no Plenarinho da Assembleia Legislativa no dia 3 de setembro. O documento, denominado de “Pacto das Antenas”, assinado pelas operadoras e diversas entidades, incluindo os conselhos regionais de Engenharia e Agronomia (CREA) e de Arquitetura (CAU), diz que “as entidades representadas se comprometem a envidar esforços, no sentido de propor aos poderes Executivos e Legislativos Municipais do Paraná, que adotem no prazo de 90 dias a contar da

publicação deste Pacto em Diário Oficial, a Proposta de Legislação anexa, que dispõe sobre normas gerais urbanísticas para a instalação de Estruturas de Suporte das Estações Rádio Base e equipamentos afins autorizados e homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações, legislação municipal esta, que propiciará às Operadoras de Telefonia Móvel condições de ampliação ou instalação de Estações Rádio Bases nesses municípios”.

Em parceria com a Associação das Câmaras Municipais do Paraná (Acampar), a Assembleia Legislativa promoverá reuniões regionais com o objetivo de apresentar e discutir a proposta de nova legislação. “As operadoras assumiram o compromisso de priorizar os investimentos em infraestrutura nos municípios que aprovarem a nova legislação, eliminando restrições de ordem urbanística local”, informa Paranhos.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

23/09/2013 | 17h19

Reunião da CPI dos Pedágios dá continuidade nas oitivas

Por Rodrigo Rossi

Os deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios farão mais uma reunião ordinária nesta terça-feira (24), no Plenarinho da Assembleia Legislativa, a partir das 9 horas. Serão ouvidos representantes da Engefoto – empresa de engenharia que elaborou o estudo de viabilidade técnica e econômica que balizou o modelo de concessões no Estado, quando da implantação das praças de pedágio. Requerimento nesse sentido foi apresentado pelo deputado Bernardo Ribas Carli (PSDB).

“Vamos ouvir estas pessoas, acerca do estudo de viabilidade apresentando por uma empresa de engenharia. Continuamos ainda na fase de oitivas e daremos prosseguimento nesta etapa do trabalho”, analisou o presidente da comissão, deputado Nelson Luersen (PDT).

O parlamentar disse que ainda os diversos documentos enviados pelas empresas concessionárias de pedágio já estão sendo analisados. “São documentos que já haviam sido pedidos pela CPI. E agora eles chegaram. Faremos uma análise criteriosa destes dados e vamos confrontar com outras informações que já foram levantadas pela comissão e pelos demais parlamentares”, disse o presidente da CPI.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

24/09/2013 | 15h59 > atualizado em 25/09/2013 | 11h59

Técnicos falam à CPI dos Pedágios e deputados definem oitiva de ex-governador Jaime Lerner

Por Rodrigo Rossi

Depoimentos técnicos de engenheiros marcaram a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios na manhã desta terça-feira (24), realizada no Plenarinho da Assembleia

Legislativa. Representantes da empresa Engefoto, que no final da década de 90 promoveu estudo de viabilidade acerca da proposta de concessão das rodovias no Paraná, a pedido da então Secretaria de Estado dos Transportes, estiveram na audiência. Foi ouvido também o engenheiro civil Joel Laroca Júnior, que analisou os custos operacionais do lote rodoviário nº 5, que une o Norte/Noroeste do Paraná a Curitiba, após a implantação do pedágio.

Segundo Djalma Rocha Pereira, da Engefoto, o levantamento de viabilidade solicitado pelo Governo do Estado previa inclusive uma pesquisa de campo sobre a aceitação dos pedágios por parte dos usuários das rodovias. De acordo com ele, o anel de integração, com a instalação das praças, seria relativo a pouco mais de dois mil quilômetros de rodovias cortando o Paraná, com cerca de 90% do público pesquisado mostrando-se disposto a pagar a tarifa, até mesmo em razão de melhorias e duplicações nas estradas. Na conclusão da empresa, o valor que deveria ser cobrado à época seria de R\$ 0,03 por quilômetro rodado para a pista simples e R\$ 0,04 para a pista dupla – números que seriam compatíveis com os praticados pelo mercado em outros estados, de acordo com a Engefoto.

“O estudo que fizemos foi de apoio à Secretaria dos Transportes para viabilidade de implantação do modelo de concessão, com apuração dos seus custos. Inclusive nos baseamos nas informações a partir de dados do próprio DER. Isso foi feito. Mas qualquer outra situação sobre os preços estabelecidos em contrato e pactuado entre o Estado e as empresas, já estava fora da nossa responsabilidade”, afirmou.

Desequilíbrio – Já o engenheiro Laroca Júnior, que analisou a proposta comercial específica de um dos lotes, apontou desequilíbrio entre os valores praticados pelas concessionárias em relação à tabela do Departamento de Estrada de Rodagens (DER). Insumos e materiais de engenharia estariam, na proposta das empresas de pedágio, acima do valor estabelecido pelo órgão estatal. “Foram análises de engenharia, de tarefas típicas de engenharia. E vimos que em alguns casos as empresas praticavam o dobro, ou em alguns casos o preço estava até 80% acima. Era possível contratar serviços e utensílios mais em conta”, disse.

Quebra de sigilo – A proposta de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das empresas de pedágio, formulada pelo deputado Cleiton Kielse (PMDB), foi rejeitada por seis votos a dois. Os parlamentares Jonas Guimarães (PMDB), Artagão Júnior (PMDB), Bernardo Carli (PSDB), Alceu Maron (PSDB) e Douglas Fabrício (PPS) acompanharam o voto do sub-relator, Wilson Quinteiro (PSB), que embora defenda esta prerrogativa da CPI, alegou que aquele ainda não era o momento adequado para tal procedimento. “Temos este poder constitucional. Mas acho temerário, mesmo porque as empresas já nos enviaram diversos documentos, inclusive com informações financeiras. Se nos precipitarmos, facilmente poderemos judicializar a questão. Entendo que a CPI pode analisar primeiro estes documentos”, ponderou.

Os deputados Péricles de Mello (PT) e Adelino Ribeiro (PSL), por outro lado, foram favoráveis ao requerimento. “Acho que a CPI está num momento excepcional. O que pedimos foi a quebra do sigilo, porque entendemos que este é o momento. Estamos falando de empresas concessionárias de serviço público. Entendo que temos condições, até mesmo em razão das questões técnicas já apresentadas pelos depoimentos e pelos estudos técnicos”, analisou o deputado do PT.

Jaime Lerner – A CPI definiu ainda que o ex-governador Jaime Lerner será o próximo convidado a prestar informações aos deputados da comissão. Ele comandou o Estado no período em que foram concebidos os estudos técnicos e a implantação dos pedágios nas rodovias. Os deputados pretendem ouvi-lo na próxima terça-feira (1º). Mas, antes disso, a comissão estará nesta quinta-feira (26) em Paranaguá, em mais uma reunião extraordinária, às 10 horas, na sede da Câmara Municipal, para debater o assunto com representantes do poder público do litoral, entidades de classe e a comunidade.

30/09/2013 | 17h53

Membros da CPI dos Pedágios reúnem-se nesta terça-feira (1º)

Por Rodrigo Rossi

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios da Assembleia Legislativa realiza reunião ordinária nesta terça-feira (1º), a partir das 9 horas, na Sala das Comissões do Legislativo. O local foi transferido do Plenarinho da Casa em razão da realização de uma audiência pública para discutir o programa Mais Médicos, do governo federal, no mesmo horário.

Ainda nesta semana os parlamentares que integram a comissão promovem encontro extraordinário com lideranças, entidades de classe e membros do poder público nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

OUTUBRO 2013

08/10/2013 | 15h41 > atualizado em 09/10/2013 | 13h27

Diretor do DER diz à CPI dos Pedágios que governo dialoga com empresas para antecipar obras nas rodovias

Por Rodrigo Rossi

O diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do Paraná, Nelson Leal Junior, esteve na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios da Assembleia Legislativa, nesta terça-feira (8), e afirmou que o Governo do Estado está buscando, por meio do diálogo com as empresas concessionárias, a realização e a inclusão de obras no cronograma de investimentos nas rodovias, bem como a redução das tarifas nas praças de pedágio.

O representante do Poder Executivo falou aos deputados após convite aprovado na semana passada, para detalhar a situação dos contratos e também as atribuições e responsabilidades do DER frente às demandas no processo de concessões. Além de dar explicações técnicas sobre o cronograma de obras, ele ressaltou que não existe nenhuma discussão sobre a prorrogação das atuais concessões. "Esta discussão passa e envolve também a União, até porque dois terços das rodovias são federais e foram delegadas ao Estado. Até o momento não há qualquer sinalização sobre a prorrogação. Isso ainda não foi discutido", afirmou.

Segundo Leal Junior, o governo vem dialogando com as empresas pela antecipação de investimentos em trechos importantes e de maior fluxo de tráfego. "Hoje estamos conversando com as concessionárias para revisarmos os contratos. O governo cumpre os contratos. Mas esta negociação é para reduzirmos também a tarifa, anteciparmos e incluirmos novas obras. Este tem sido o melhor

caminho. Porque em oito anos muito foi discutido e não se chegou a nenhum resultado efetivo”, destacou.

Vencimento – O ex-diretor do DER durante o governo de Jaime Lerner, Paulinho Dalmaz, também foi ouvido na CPI. Embora ressaltando que hoje não vem mais acompanhando a situação dos pedágios, disse que o vencimento dos contratos seria uma alternativa para se pensar em um novo modelo de concessão. “O momento hoje é outro. Naquela época a situação das rodovias era caótica. O Brasil e o Paraná viviam um momento totalmente diferente. Talvez hoje o melhor fosse o vencimento dos contratos para uma nova licitação. O ônus do cancelamento dos contratos seria muito maior do que mantê-los”, ponderou.

Dalmaz explicou ainda que nos aditivos de 2000 e 2002 algumas obras previstas foram retiradas do cronograma, até por conta de uma posição unilateral tomada por parte do governo da época, que reduziu a tarifa em 50%. “Seis meses após a assinatura do contrato, começaram as cobranças dos pedágios. A posição do governo então era de que a tarifa precisava baixar. Tentamos, negociamos. Mas isso não avançou. Baixamos unilateralmente. A questão foi para a Justiça. E uma tutela antecipada garantiu que as empresas ficassem desobrigadas, portanto, de realizar certas obras e investimentos. Em seguida, entraram os aditivos, que foram embasados tecnicamente e juridicamente. No período foram retiradas algumas obras e outras foram postergadas”, explicou.

Contribuição – Na opinião dos membros da CPI, os depoimentos prestados foram novamente positivos, especialmente para esclarecimentos sobre a posição do governo em relação aos procedimentos de negociação com as empresas. Para o presidente da comissão, deputado Nelson Luersen (PDT), os trabalhos avançam. “Acho que a discussão desta questão do pedágio, que embora seja um assunto de constante reclamação da população, estava adormecida. E a vinda de técnicos, membros do governo, enfim, das pessoas convidadas pela CPI, tem sido fundamental para compreendermos o que de fato aconteceu. E o que será feito. A CPI está avançando e certamente daremos uma resposta positiva ao povo paranaense. Mas o que temos observado é que estes aditivos foram muito prejudiciais”, avaliou.

Na próxima terça-feira (15), além de Rogério Tizzot, que comandou o DER na gestão do governador Roberto Requião e não compareceu à CPI nesta terça-feira por motivo de viagem, representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Ágide Meneguette, serão os depoentes.

14/10/2013 | 17h32

CPI dos Pedágios colhe novos depoimentos nesta terça-feira (15)

Por Rodrigo Rossi

Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios na Assembleia Legislativa colhem novos depoimentos de convidados nesta terça-feira (15). A reunião terá início às 9 horas, no Plenarinho da Casa. O diretor-presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (Agepar), Antônio José Correia Ribas, já confirmou presença para ser ouvido pelos deputados.

Além dele, foram convidados auditores do Tribunal de Contas da União (TCU), o ex-diretor do

Departamento de Estradas de Rodagem, Rogério Tizzot, que na semana passada justificou ausência em razão de viagem, e o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Ágide Meneguette.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

15/10/2013 | 14h38 > atualizado em 16/10/2013 | 11h23

Diretor da Agepar afirma à CPI dos Pedágios que acordo pode garantir obras e redução de tarifas

Por Rodrigo Rossi

O diretor-presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (Agepar), Antônio José Correia Ribas, falou à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios da Assembleia Legislativa na manhã desta terça-feira (15). Ele disse que entre as atribuições da agência está a mediação da negociação entre o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e as concessionárias para a redução de tarifas e a execução de obras nas rodovias.

O objetivo é que até novembro seja pactuado um acordo entre Governo e as empresas. "Estamos fazendo esta mediação. Sem acordo entre as partes nada será possível neste processo de revisão dos pedágios. Mas estamos trabalhando para a redução das tarifas, a execução das obras e até mesmo a inclusão de novas obras", disse.

Ressaltando que a Agepar ainda está em fase de estruturação, uma vez que iniciou efetivamente suas ações a partir de 2012, Ribas afirmou também que a agência funciona em defesa de projetos de Estado. "Temos um compromisso com a coisa pública, sob o ponto de vista de uma ação de Estado, não servindo tão somente aos interesses de governo. Esta é uma das nossas razões de existir".

Um estudo encomendado pela Agepar também vai balizar os dados referentes aos pedágios, juntamente com outras informações levantadas pelo DER, na busca pela análise dos contratos. "Os contratos deveriam ser revisados periodicamente. E isso nunca aconteceu. E agora estamos fazendo isso", ponderou Ribas.

Avaliação – Para o relator da CPI, deputado Douglas Fabrício (PPS), as explicações do diretor-presidente da Agepar foram satisfatórias. "Foi um bom depoimento. Ele nos trouxe informações técnicas, inclusive sobre o que a agência está fazendo, que é exatamente acompanhar esta negociação entre o governo e as empresas. Os deputados tiveram ainda a oportunidade de levantar os devidos questionamentos. De modo geral, fiquei satisfeito", avaliou.

Ainda estavam previstas as oitivas do ex-diretor do DER, Rogério Tizzot, de auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) e do presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Ágide Meneguette, que justificaram as ausências por motivos de viagem. Nesta semana, mais precisamente na quinta-feira (17), a CPI dos Pedágios promove ainda reuniões extraordinárias na Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil), às 9 horas, e na Câmara Municipal de Maringá, às 17 horas, com membros do poder público, lideranças, entidades de classe e população local.

22/10/2013 | 14h36 > atualizado em 23/10/2013 | 15h22

Ex-diretor do DER diz na CPI que Judiciário deve ser mais sensível à questão do pedágio

Por Rodrigo Rossi

O ex-diretor do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) entre 2003 e 2007, Rogério Tizzot, foi o depoente na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios nesta terça-feira (22), na Assembleia Legislativa. Tizzot resgatou alguns pontos do processo de implantação do pedágio, no final dos anos 90, e afirmou que o Poder Judiciário precisa ser mais sensível às questões que envolvem o assunto que, atualmente, embora com as ações suspensas, já foi extremamente judicializado.

Segundo ele, “os contratos atuais são lesivos ao interesse público”, porque na sua essência, favorecem sempre as empresas de pedágio. Na opinião de Tizzot, no entanto, o processo de concessões no Paraná, ao ser pioneiro, acabou assumindo hoje muitos dos problemas existentes, inclusive com o desequilíbrio a favor das empresas, que se viram desobrigadas a realizar obras nas rodovias. “Não falo que houve má fé. Houve pouca experiência no processo de implantação do pedágio”, acrescentou.

Tizzot lembrou aos parlamentares que o governo passado buscou a suspensão dos termos aditivos na justiça, mas que a cada ação do Executivo, naquela época, havia uma resposta por parte das empresas. “Nós tentamos, inclusive com o governo buscando a suspensão de aditivos e o cumprimento dos contratos. Nós não autorizamos reajustes por parte das concessionárias, em relação às compensações financeiras pleiteadas por elas. E as empresas entraram na Justiça. Tenho, portanto, esperanças de que esta CPI também possa resolver muitos equívocos envolvendo o pedágio”.

Pela Faep– Antes, porém, o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Ágide Meneguette, já havia apontado os prejuízos enfrentados pelo segmento com o valor elevado das tarifas e a falta de obras e manutenção nas estradas. Para ele, é imprescindível que seja feita uma revisão nesta relação entre aquilo que se paga nas rodovias e a qualidade dos serviços oferecidos aos produtores e mesmo à população em geral. “O preço do pedágio é incompatível. A Faep, desde o início, foi contra estes preços abusivos. E advogamos pela abertura da caixa preta do pedágio. Continuamos pagando caro pela falta de duplicações. Cito uma passagem: não importa qual é a cor do gato, desde que ele pegue o rato. Então, esperamos que se encontre uma solução para o pedágio”.

24/10/2013 | 12h31 > atualizado em 24/10/2013 | 12h39

Relatório da CPI dos Planos de Saúde é entregue ao ministro Alexandre Padilha

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Vanderson Luiz Pereira.

O deputado estadual Adelino Ribeiro (PSL) se reuniu na quarta-feira (23) com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em Brasília. Na oportunidade, o parlamentar fez a entrega do relatório final da CPI dos Planos de Saúde, que presidiu na Assembleia Legislativa, e também protocolou pedidos para a

liberação de recursos para o Hospital Universitário do Oeste, em especial a soma de R\$ 13,8 milhões para a ampliação do pronto-socorro da instituição.

“Há cerca de um mês estive com o diretor-geral do HU, Allan Araújo, em audiência com o secretário de Saúde, Michele Caputto, quando apresentamos um projeto para liberação de R\$ 40 milhões para a compra de equipamentos, construção das unidades de queimados e materno-infantil e ampliação do pronto-socorro. Agora reforçamos com o ministro Padilha a necessidade desses recursos, já que a compra de equipamentos era uma promessa do governo federal e isso deve ser atendido ainda neste ano”, observou o deputado.

Adelino Ribeiro também pediu ao ministro a antecipação do envio de três UTIs móveis que irão atender no Samu Regional de Cascavel, que entra em operação no dia 29 próximo.

“As ambulâncias já deveriam ter sido encaminhadas, mas a entrega foi prorrogada para o próximo mês, segundo o ministro, porque os veículos não foram entregues. Queremos antecipar aquelas destinadas ao Samu Regional de Cascavel, que atenderá 43 municípios do Oeste, até para não prejudicar as operações”, explicou.

Trevo– A convite do deputado federal Nelson Padovani (PSC/PR), o deputado Adelino Ribeiro também participou de reunião no Ministério dos Transportes para discutir a construção do Trevo Cataratas. Também estiveram presentes o deputado federal André Vargas (PT/PR), o presidente da Associação Comercial e Industrial de Cascavel (Acic), José Torres Sobrinho, e o vice-presidente da Associação de Micro e Pequenas Empresas de Cascavel (Amic), Nando Cruz.

O ministro César Borges disse que vai solicitar ao Governo do Estado o projeto da construção e o objetivo é ter todos os trâmites aprovados em 60 dias, para iniciar a primeira etapa de obras, avaliada em R\$ 5 milhões. O restante dos recursos seria empenhado no próximo ano. “Já têm R\$ 5 milhões empenhados e para não perder esse dinheiro tudo terá de estar pronto em 60 dias”, explicou Adelino Ribeiro.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

NOVEMBRO 2013

04/11/2013 | 17h05 > atualizado em 05/11/2013 | 10h29

Deputados da CPI ouvem representantes das empresas de pedágio nesta terça-feira (5)

Por Rodrigo Rossi

Representantes das empresas concessionárias de pedágio serão ouvidos pelos deputados nesta terça-feira (5), no Plenarinho da Assembleia Legislativa, pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Pedágios (CPI). A reunião terá início às 9 horas. A expectativa é que diretores da Ecocataratas e da

Ecovia sejam ouvidos pelos membros da comissão. Os depoimentos dos representantes das empresas começaram a ser prestados na semana passada. "Estamos ouvindo agora o outro lado, as empresas. Já temos elementos suficientes a partir de outros depoimentos. E agora daremos continuidade às oitivas das concessionárias", disse o relator da CPI, deputado Douglas Fabrício (PPS).

05/11/2013 | 15h45 > atualizado em 06/11/2013 | 11h31

Presidente da Ecocataratas reconhece tratativas para a redução das tarifas de pedágio

Por Rodrigo Rossi

O presidente da Ecocataratas, Evandro Couto Viana, prestou depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios na manhã desta terça-feira (5), no Plenarinho da Assembleia Legislativa. Por mais de três horas ele apresentou dados relativos à concessionária, que opera nas rodovias da região Oeste do Paraná. Segundo ele, a empresa está em tratativas com o Governo do Estado, por meio do corpo técnico do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), para um estudo de viabilidade de redução no valor das tarifas e também para a realização de novas obras.

Ele adiantou, entretanto, que segundo o contrato vigente, inclusive com os posteriores aditivos, a concessionária está desobrigada de fazer obras de duplicação. "Estamos negociando com o Estado. Colocando todos os pontos de desequilíbrio, tanto a favor das concessionárias quanto dos usuários. Passamos oito anos numa guerra jurídica. Mas estamos negociando. A conta é longa. Estamos abertos, inclusive, para pensarmos em novas obras", considerou Viana.

A informação prestada pelo representante da Ecocataratas aos parlamentares é de que o contrato original previa a duplicação de 158,9 quilômetros de rodovias, mas que com um aditivo, negociado com o governo passado, garantiu-se a redução da tarifa em 30%, porém com a retirada de algumas obras inicialmente previstas. "Os termos aditivos hoje são legais. Até que se diga o contrário, eles são legais e temos que cumpri-los. E os 57 quilômetros de duplicação previstos já foram realizados", garantiu Evandro Viana, para acrescentar que não haveria qualquer duplicação ainda pendente.

Na opinião do deputado Nereu Moura (PMDB), o principal objetivo da CPI é buscar alternativas que melhorem as condições das estradas e que isso não onere ainda mais os usuários. "Nossa meta, ou seja, desta CPI e dos parlamentares, é que a gente chegue a um denominador comum, reduzindo tarifas e fazendo obras. Tenho certeza que se conseguirmos isso vamos atender os interesses da nossa população. Esta CPI está buscando resolver os problemas. E esta é a oportunidade de indagarmos as empresas sobre a situação", disse Moura.

Os membros da CPI promovem nesta quarta-feira (6), às 19 horas, na Câmara Municipal de Ponta Grossa, e na quinta-feira (7), às 9 horas, em Guarapuava, também no Legislativo Municipal, reuniões extraordinárias com membros do poder público, entidades de classe, e a população em geral.

07/11/2013 | 13h57 > atualizado em 07/11/2013 | 15h19

CPI dos Pedágios realiza audiências públicas em Ponta Grossa e Guarapuava

Por Assessoria de Imprensa, com informações das assessorias parlamentares.

Os deputados que integram a CPI dos Pedágios na Assembleia Legislativa estiveram na Câmara Municipal de Ponta Grossa e na Câmara Municipal de Guarapuava, na noite de quarta-feira (6) e na manhã desta quinta-feira (7), respectivamente, para realização de novas audiências públicas. Presidida pelo deputado Nelson Luersen (PDT), a comissão visa coletar nestas oportunidades as denúncias e manifestações de populares, de lideranças e de representantes de entidades de classe.

As informações apresentadas aos deputados também servirão de base para o relatório final dos trabalhos, a ser produzido pelo deputado Douglas Fabrício (PPS), relator da CPI. "Estou tentando trabalhar sem politizar, porque esse tema já foi muito politizado e já sabemos que esse problema não será resolvido com discurso", destaca o parlamentar.

Antes de Ponta Grossa e de Guarapuava, receberam audiências públicas itinerantes da CPI os municípios de Jacarezinho, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina, Maringá, Campo Mourão e Paranaíba.

11/11/2013 | 16h51 > atualizado em 11/11/2013 | 18h14

Representantes de duas concessionárias serão ouvidos na CPI do Pedágio nesta terça-feira (12)

Por Rodrigo Rossi

Na reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pedágio nesta terça-feira (12), os deputados vão ouvir os representantes das empresas Viapar e Caminhos do Paraná, às 9 horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa. Na opinião do relator da comissão, deputado Douglas Fabrício (PPS), estas oitivas com as concessionárias estão sendo fundamentais. Para ele, a CPI deverá ainda ouvir membros do governo. "Ouviremos mais duas empresas nesta terça. E vamos dar continuidade até encerrarmos todos os depoimentos com as concessionárias. Estes depoimentos têm sido muito importantes. Muito foi falado em negociação com o governo para que sejam feitas obras e para que haja redução da tarifa. Então, assim que encerrarmos esta fase, deveremos ouvir também a posição do governo sobre isso", disse Fabrício.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

12/11/2013 | 14h12 > atualizado em 13/11/2013 | 12h07

Representantes da Caminhos do Paraná e da Viapar participaram de reunião da CPI do Pedágio

Por Rodrigo Rossi

Os presidentes das empresas concessionárias Caminhos do Paraná e Viapar, respectivamente Rui Sérgio Giublin e Marcelo Stachow Machado da Silva, foram os depoentes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pedágio na manhã desta terça-feira (12), em reunião realizada no Plenarinho da Assembleia Legislativa. Ambos ressaltaram a existência de uma negociação com o Governo do Estado para a antecipação de obras nas rodovias, bem como a possível inclusão de novos trechos de duplicação e até mesmo a redução das tarifas do pedágio.

Eles apresentaram dados acerca da arrecadação das empresas, desde a implantação dos pedágios, no final da década de 90, e os efeitos a partir de aditivos firmados em 2000 e 2002. "Estamos em negociação para dar continuidade nas obras, além daquelas previstas em contrato", afirmou o representante da Caminhos do Paraná, Rui Giublin.

Segundo ele, existe ainda a previsão de investimentos de R\$ 300 milhões em obras de duplicação. Giublin disse, porém, que há a possibilidade de aplicação de um degrau tarifário com reajustes a partir de dezembro de 2014. "A redução unilateral, em 98, penalizou os contratos. E isso trouxe consequências. Mas estamos dialogando com o atual governo, desde 2011. E dentro desta conversa, vamos avaliar novos investimentos. Mas pode haver no próximo ano, dependendo do resultado da negociação, a necessidade de recomposição por conta de novos investimentos", ponderou.

Alternativas – Na opinião do dirigente da Viapar, Marcelo Machado da Silva, o poder público deve estabelecer os mecanismos para que as negociações avancem. "Existem várias possibilidades, como a instalação de novas praças, diluindo o pedágio naquelas já instaladas, o Estado baixar impostos ou até mesmo que o governo assuma algumas das obras. Mas estamos dispostos a fazer esta negociação. Aliás, estamos preparados. E os Poderes devem se envolver nisso, porque a prorrogação passa por uma decisão de governo", disse Silva.

Os deputados fizeram diversos questionamentos de ordem técnica durante os depoimentos, principalmente em relação aos balancetes financeiros das empresas. Na avaliação do deputado Artagão Júnior (PMDB), a partir de dados apresentados pela Caminhos do Paraná, a concessionária foi a única, entre as seis concessionárias que atuam nas rodovias paranaenses, que cumpriu mais proximamente os encargos previstos em contrato. "Tenho a impressão, pelas informações apresentadas aqui, que a Caminhos do Paraná foi a empresa que teve a menor diminuição das obrigações contratuais, ou seja, daquilo que era previsto, pouca coisa foi alterada".

Para o presidente da CPI, deputado Nelson Luersen (PDT), a participação das empresas têm sido importante para buscar soluções para a questão dos pedágios. Luersen destacou que o principal objetivo é que as obras aconteçam e as tarifas diminuam. "A gente sabe aonde quer chegar. Espero que o Governo do Estado, a União, que todos possam dar sua contribuição. E rever ainda as questões judiciais, porque não é possível que se valide, por exemplo, uma ata como sendo um aditivo, sem assinatura do governador, por exemplo, como é o caso da negociação de 2005. Vamos trabalhar para que a situação seja satisfatória para todos, principalmente para a população paranaense", disse Luersen.

18/11/2013 | 17h24 > atualizado em 19/11/2013 | 15h33

Membros da CPI do Pedágio ouvem diretores da Ecovia e da Rodonorte nesta terça-feira (19)

Por Rodrigo Rossi

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pedágio dá continuidade aos depoimentos das empresas concessionárias, a partir das 9 horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta terça-feira (19). Representantes da Ecovia e da Rodonorte falarão aos deputados sobre o processo de implantação das concessões, relativas aos trechos correspondentes e administrados pelas empresas, nas rodovias paranaenses. As duas empresas fecham a fase de oitivas com as concessionárias.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

19/11/2013 | 15h42 > atualizado em 20/11/2013 | 11h03

Manifestações da Ecovia e da Rodonorte encerram fase de participação das empresas na CPI do Pedágio

Por Rodrigo Rossi

Encerrando a fase de depoimentos dos representantes das empresas, a Ecovia e a Rodonorte foram as duas concessionárias presentes na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pedágio, nesta terça-feira (19), na Assembleia Legislativa. Tanto o presidente da Rodonorte, José Alberto Moita, quanto o da Ecovia, Evandro Couto Vianna, reiteraram que está em andamento uma negociação com o Governo do Estado para realização de obras e a possível redução das tarifas do pedágio.

Segundo eles, o diálogo vem ocorrendo com os técnicos do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), mas a questão não é resolvida tão fácil ou rapidamente uma vez que existem seis concessionárias atuando nas estradas. "Para reequilibrar o contrato, a empresa pode sim antecipar algumas obras. Temos feito essas revisões com o governo. O Estado tem colocado na mesa de negociações a necessidade de novas obras e também a redução da tarifa", adiantou José Alberto Moita.

No caso da empresa responsável pela ligação entre a capital paranaense e o litoral do estado, pela BR-277, entre as atribuições da concessionária, conforme disse o presidente da Ecovia, ainda existe a previsão de 19,5 quilômetros de duplicação. Ele alegou que os valores cobrados na praça de pedágio não são caros, ao contrário do que se costuma afirmar. "As pessoas não levam em conta a economia com combustível, pneus e toda a manutenção que um carro precisaria caso a estrada estivesse sem o devido reparo e manutenção pela concessionária".

Participação do Legislativo – Na opinião do relator da CPI, deputado Douglas Fabrício (PPS), entre as sugestões a serem feitas ao término dos trabalhos da comissão, deve estar a de que toda e qualquer alteração contratual envolvendo concessões e pedágios no Paraná tenha que passar necessariamente pelo crivo da Assembleia Legislativa. "Temos visto que estas mudanças contratuais, com aditivos e mais atos unilaterais por parte de governos, resultaram neste imbróglio todo. As

alterações nos termos aditivos têm que passar antes pela Assembleia. E vamos fazer constar isso no relatório final dos trabalhos”, alertou o deputado.

25/11/2013 | 16h14

CPI do Pedágio ouve representante do TCU nesta terça-feira (26)

Por Rodrigo Rossi

Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pedágio pretendem aprofundar a discussão sobre o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou distorções nos contratos de concessão no Estado, principalmente em relação aos aditivos firmados nos anos subsequentes ao processo de implantação das praças nas rodovias paranaenses, no final dos anos 1990.

O auditor fiscal Davi Ferreira Gomes Barreto, que é secretário de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes do TCU falará aos parlamentares nesta terça-feira (26), a partir das 9 horas, no Plenarinho da Casa. Assim, os deputados dão prosseguimento à fase de oitivas, após ouvirem, por diversas reuniões, os representantes das seis empresas que administram os lotes integrantes do Anel de Integração.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

26/11/2013 | 15h36 > atualizado em 28/11/2013 | 14h07

Auditor do TCU expõe relatório aos deputados da CPI do Pedágio

Por Rodrigo Rossi

O auditor da Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes do Tribunal de Contas da União (TCU), Davi Ferreira Gomes Barreto, falou aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pedágio na manhã desta terça-feira (26), no Plenarinho da Assembleia Legislativa. O representante do TCU deu explicações aos deputados sobre o relatório do órgão que aponta desequilíbrio econômico em desfavor da população usuária das rodovias pedagiadas no Paraná.

Barreto lembrou que o plenário da Corte de Contas aprovou o relatório, cujos apontamentos destacam ainda a não realização e remanejamento de obras previstas, embora sem qualquer redução na tarifa. “O que foi constatado é que o contrato não está equilibrado. O TCU verificou que os aditivos desequilibraram a favor das empresas”, afirmou.

Ele explicou também que o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) já encaminhou ao TCU os estudos feitos, a pedido do Governo do Estado, pela Fundação Instituto de Administração (FIA), da Universidade de São Paulo, acerca da realidade dos pedágios. “Existe um recurso apresentado pelo DER que está sendo analisado em relação ao prazo para o cumprimento das determinações do TCU. O Tribunal havia dado prazo de 360 dias para as adequações, inclusive relativas à fiscalização por parte do DER. Mas agora, com este recurso apresentado pelo governo, e com o encaminhamento do estudo

da FIA, o prazo deixa de existir até ser analisada a questão apresentada pelo DER”.

Questionado pelo deputado Douglas Fabrício (PPS), relator da CPI, sobre a retomada das rodovias pela União, o auditor ressaltou que cabe ao Ministério dos Transportes avaliar esta situação, sendo atribuição do Tribunal de Contas, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, recomendar e orientar as decisões. Barreto lembrou ainda que tanto a CPI quanto os deputados estaduais podem, desde que com a devida comprovação, representar alguma demanda envolvendo pedágios no TCU.

O presidente da CPI, deputado Nelson Luersen (PDT), também com a manifestação de outros deputados, disse que uma audiência específica será agendada com o presidente do TCU, em Brasília, para apresentar as demandas paranaenses na questão das concessões de rodovias. Para o deputado Adelino Ribeiro (PSL), a presença do auditor na reunião foi bastante esclarecedora. “Muito importante este trabalho do TCU e a vinda do seu representante nesta CPI. Tenho certeza que as informações prestadas hoje serão extremamente válidas para compor o relatório da comissão”, analisou.

Logo no início da reunião da CPI, às 9 horas, José Roberto Pinto Carneiro, da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, atendendo requerimento do parlamentar Bernardo Ribas Carli (PSDB), falou aos deputados sobre a prestação de serviços feita por sua empresa às concessionárias, especialmente à Rodonorte e Ecorodovias.

Nas próximas três reuniões, nos dias 3, 10 e 17 de dezembro, antes do início do recesso parlamentar, os deputados pretendem focar as oitivas nos depoimentos de representantes da Fundação Instituto de Administração (FIA) e também da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), contratadas pelo Governo do Paraná para mapear a situação do pedágio, além do secretário de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, para apresentar a posição do Executivo sobre as negociações em andamento com as concessionárias.

29/11/2013 | 15h55 > atualizado em 29/11/2013 | 17h34

Relator da CPI, Douglas Fabrício defende suspensão do reajuste do pedágio

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração da assessoria parlamentar.

O relator da CPI do Pedágio na Assembleia Legislativa, deputado Douglas Fabrício (PPS), defendeu, nesta semana, a suspensão do reajuste das tarifas de pedágio, previsto para o próximo domingo (1º), para depois do fim da negociação entre empresas concessionárias e o Governo do Estado.

“Se os representantes do Governo do Estado afirmam na CPI do Pedágio que as negociações estão em andamento, o Tribunal de Contas da União (TCU) confirma que há desequilíbrio econômico e os representantes das concessionárias dizem que é possível reduzir o valor pago nas cancelas, por que não suspender o reajuste anual até que a negociação seja concluída?”, questionou.

Por contrato, os valores sofrem reajuste, anualmente, no 1º de dezembro. O aumento deste ano deve girar em torno de 5,72%. A posição do parlamentar reflete a opinião dos membros da CPI, que também se manifestaram nesta semana a favor do adiamento.

As ações judiciais movidas pelo Executivo contra as concessionárias – pedindo a execução de obras adiadas e redução das tarifas – estão suspensas desde que o Governo do Paraná iniciou a negociação com as empresas.

DEZEMBRO 2013

02/12/2013 | 16h38

Deputados da CPI do Pedágio ouvem representante da Fipe nesta terça-feira (3)

Por Rodrigo Rossi

Os parlamentares que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pedágio deverão ouvir nesta terça-feira (3), na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa, a partir das 9 horas, Fernando Albino de Oliveira, representante da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), que foi contratada pelo governo do Estado para análises e estudos acerca das concessões no Paraná. O convite foi formalizado pela comissão ainda na semana passada, quando os deputados estabeleceram para o encerramento do período Legislativo as oitavas tanto da Fipe quanto da Fundação Instituto de Administração (FIA), que também possui contrato com o governo sobre a prospecção de viabilidade econômica e técnica dos pedágios, bem como do secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, José Richa Filho. Os dois encontros deverão ocorrer nas próximas terças-feiras.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

09/12/2013 | 16h44 > atualizado em 10/12/2013 | 14h38

CPI ouve representante da empresa responsável por auditoria em contratos de pedágio

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração da assessoria parlamentar.

A CPI do Pedágio ouvirá nesta terça-feira (10), às 9 horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, José Ribeiro Ferreira Savoia, representante da Fundação Instituto de Administração (FIA), empresa contratada pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) para fazer um estudo detalhado dos contratos com as concessionárias de rodovias a fim de verificar se existe algum desequilíbrio contratual a favor da população ou das empresas concessionárias.

É o estudo da FIA que deverá balizar as reuniões e tentativas de acordo entre concessionárias e o Governo do Estado. É também este estudo que poderá ser usado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) em ações que estão suspensas na Justiça. "Este é um relatório técnico e temos que ouvir o que ele demonstrou claramente. Nada melhor do que trazer quem assinou o relatório para depor na CPI", disse o deputado Nelson Luersen (PDT), presidente da CPI. Também será ouvido o representante da empresa Vieceli & Furlan Soluções, Pedro Ricardo Furlan, que é a empresa responsável pelo projeto de automação das praças de pedágio.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

10/12/2013 | 14h59 > atualizado em 11/12/2013 | 15h52

Deputados da CPI do Pedágio ouvem representante da FIA sobre estudo contratado pelo DER

Por Rodrigo Rossi

O resultado de um levantamento sobre as concessões das rodovias contratado pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) à Fundação Instituto de Administração (FIA), vinculada à Universidade de São Paulo (USP), foi apresentado na manhã desta terça-feira (10) na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pedágio da Assembleia Legislativa.

Segundo informações prestadas aos parlamentares pelo representante da fundação, José Ribeiro Ferreira Savóia, o mapeamento sinaliza para situações em que a tarifa de pedágio deveria ser reduzida em 15%, mas também vislumbra a necessidade de reajuste em algumas praças para que seja feito o equilíbrio financeiro a favor das empresas, no mesmo percentual. "É um relatório que encerrou em setembro deste ano a pedido do governo. Fizemos uma análise de matriz de risco do contrato e os principais eventos em relação ao desequilíbrio econômico. Importante salientar que é uma simulação, cabendo agora ao DER, juntamente com as empresas, estabelecer a negociação", afirmou.

Ele disse ainda que em alguns casos em que não houve alteração na Taxa Interna de Retorno (TIR) que é prevista pelas empresas, o equilíbrio já foi contemplado no decorrer dos anos. Mas em outras circunstâncias, especialmente com os termos aditivos de 2002, desfigurando pontos do contrato, cuja TIR foi revista, pode haver desequilíbrio tanto favorável quanto desfavorável às concessionárias. "O reequilíbrio às vezes parece uma coisa simples. Mas não é. Muitas coisas foram incorporadas nos contratos e houve uma distorção. Faço ainda uma ressalva de que os números apresentados aqui podem ser diferentes hoje, em razão da negociação em andamento com o governo. O que fizemos foi uma simulação. Este trabalho foi concluído em setembro", ponderou Savóia.

Na opinião do presidente da CPI, deputado Nelson Luersen (PDT), o trabalho da fundação trouxe poucos elementos para os deputados, uma vez que as análises são feitas exclusivamente em cima dos contratos, não considerando o modelo econômico e a atual situação de tráfego pelas rodovias. "Foi uma análise dos contratos. É evidente que teremos um desequilíbrio mínimo. Mas vivemos uma nova realidade. O Brasil mudou e o Paraná também. Temos hoje um fluxo de carros muito maior. E temos também exemplos de pedágio no Brasil na ordem de R\$ 2,00 – enquanto aqui pagamos pedágios acima de R\$ 10,00. O que precisamos é diminuir estes valores e realizar obras", avaliou.

Antes, a CPI ainda ouviu Pedro Ricardo Furlan, um dos diretores da empresa Viceli e Furlan, que é responsável pelo sistema de informações de veículos que passam pelas praças de pedágio da empresa Rodonorte. Embora contrariado outros depoimentos, ele disse que os cupons emitidos com o pagamento da tarifa possuem valor fiscal. "O cupom de pedágio é um item validado para a União e à Receita Federal. Isso pode ser contabilizado pelas empresas".

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-400

13/12/2013 | 17h16 > atualizado em 13/12/2013 | 17h23

Deputados baianos vêm conhecer trabalho realizado pela CPI da Telefonia Móvel

Por Assessoria de Imprensa, com a colaboração do jornalista Ivan Luís Zuchi.

Deputados estaduais da Bahia estarão em Curitiba na próxima quarta-feira (18) para conhecer como foram realizados os trabalhos e quais foram os resultados da CPI da Telefonia Móvel realizada pela Assembleia Legislativa do Paraná, entre 18 de maio e 18 de julho de 2013.

Composta pelos deputados Paulo Azi (DEM), Joseildo Ramos (PT), Cacá Leão (PP) e Leur Lomanto Jr (PMDB) – presidente, relator e membros, respectivamente – a comitiva baiana se reúne com os deputados que participaram da CPI paranaense a partir das 14 horas, na sala de reuniões da Presidência da Assembleia.

Além dos baianos, deputados de outros dez estados da federação tomaram como modelo o trabalho desenvolvido pela CPI paranaense, cujo relatório final foi apresentado durante assembleia da União Nacional dos Legislativos e Legisladores Estaduais (Unale), em Brasília, no mês de agosto. “Os resultados positivos obtidos pela nossa CPI, em especial o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelas operadoras, acabaram repercutindo em todo o país e chamando a atenção das comissões instaladas em outros estados”, comenta o deputado Paranhos (PSC), que presidiu a CPI paranaense.

Entre os resultados mais imediatos gerados pela investigação conduzida pelos deputados paranaenses estão o compromisso das empresas em instalar 300 novas antenas até o final de 2014 (Pacto das Antenas) e a definição de um cronograma de investimentos que contemple também a melhoria dos serviços de atendimento ao consumidor, dois avanços importantes que já estão em execução no estado.

Composição da CPI– A CPI da Telefonia Móvel foi composta pelos deputados Paranhos (PSC), presidente; Nereu Moura (PMDB), relator; Professor Lemos (PT), vice-presidente; Gilberto Martin (PMDB), relator adjunto; Bernardo Carli (PSDB), Luiz Carlos Martins (PSD) e Roberto Aciolli (PV).

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

16/12/2013 | 18h44 > atualizado em 17/12/2013 | 10h45

CPI do Pedágio ouve secretário José Richa Filho nesta terça-feira (17)

Por Rodrigo Rossi

O secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, falará aos deputados que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio (CPI) nesta terça-feira (17), a partir das 9 horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa. O objetivo, segundo informou o presidente da comissão, deputado Nelson Luersen (PDT), é saber a real situação sobre as negociações entre o

Governo do Estado e as concessionárias para a redução nas tarifas e para a execução de obras. "Vamos terminar o ano ouvindo o secretário que vem tratando destes prazos para as negociações entre as concessionárias, com a retomada de obras e possível redução das tarifas".

O parlamentar acredita que o depoimento será importante para a CPI, até para elucidar algumas dúvidas e informações. "Vamos querer saber os motivos da suspensão das ações na Justiça envolvendo o governo e as empresas. Os deputados poderão saber ainda sobre a atuação do DER, que é o órgão de fiscalização das rodovias. Enfim, será o momento de tirarmos todas as dúvidas", ponderou Luersen.

Fonte: Assessoria de Imprensa (41) 3350-4188 ou 4049

DVD
VÍDEOS DA PESQUISA,
MATÉRIAS ASSESSORIA DE IMPRENSA ALEP,
JORNAL METRO EM 2013